

JÚLIA MORIM DE MELO

MAIS ALÉM DA RUA DO BOM JESUS:

A revitalização do Bairro do Recife, a população e outros
usos do local.

Recife, 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MAIS ALÉM DA RUA DO BOM JESUS:

A revitalização do Bairro do Recife, a população e outros usos do
local.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Antropologia da
Universidade Federal de Pernambuco como
requisito para obtenção de grau de Mestre
em Antropologia sob a orientação da Prof^a.
Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Recife, 2003

Para Alice

AGRADECIMENTOS

A minha mãe pelo amor e apoio incondicional.

À Professora Salete Cavalcanti pelo suporte, estímulo, correções e orientação.

A Marcelo pelo carinho, companhia e incentivo.

A minhas irmãs Olívia, Viviana e Tomasina, a meu pai Joaquim, a Marcelo, a Liliana, enfim a minha família por todas as formas de carinho e apoio.

Aos amigos que estiveram presentes no decorrer dessa empreitada.

A Norma Lacerda pela ajuda e atenção.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela troca de conhecimento e experiências.

Aos colegas de turma: Abmalena, Helena, Cristiano, Suziene, Germana, Tânia, Izabella, Daniella, Luiz Antônio, Jozelito, Caroline, Aleksandra, Clarissa, Sumaia, Taíssa, James, pelas discussões, descobertas e apoio.

Às funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, pela atenção e preocupação.

Ao Bairro do Recife e sua população residente e trabalhadora, pois sem eles o trabalho não seria possível.

O BAIRRO DO RECIFE

Carlos Pena Filho

*Ali é que é o Recife
Mais propriamente chamado,
Com seu pecado diurno
E o seu noturno pecado,
Mas tudo muito tranqüilo,
Seren e equilibrado.
No andar térreo, moram
Os bancos
(capitais da Capital)
No primeiro, a ex-austera
Associação Comercial,
No segundo, a sempre fútil,
Câmara Municipal
E, no terceiro, afinal,
Está a alegre pensão
Da redonda Alzira, a viga
Mestra da prostituição.*

*Mas como vivem tão bem,
Em tão segura união,
Qualquer dia, todos juntos,
Vão fundar a Associação
Dos Múltiplos Pecadores,
Com banqueiros, comerciantes,
Prostitutas, vereadores,
Ingleses do British Club
Homens doentes e sãos,
Pois o camelô já disse
Que somos todos irmãos.*

*Esse é o bairro do Recife
Que tem um cais debruçado
Nas verdes águas do Atlântico
E ainda tem o cais do Apolo,
Apodrecido e romântico,
Beleza que ainda resiste
Lá nos desvãos da memória
Desse bairro que se escoa
Pela Ponte Giratória,
Que é uma estranha armação
Que agüenta em seu férreo dorso
Automóvel, caminhão
E trem de carga bem cheio,
Mas não resiste às barcas
Que a fendem do meio a meio.*

RESUMO

Uma ilha. Nessa ilha, séculos de acontecimentos guardados no subsolo, na arquitetura e na memória. Um lugar que detém a história de uma cidade desde o seu princípio e que parece merecer um olhar mais cuidadoso de todos que nessa cidade habitam. Estou falando do Bairro do Recife, também conhecido como Recife Velho ou Recife Antigo, localizado na cidade de mesmo nome, no Estado de Pernambuco.

O presente trabalho se propõe a analisar o processo de revitalização do Bairro do Recife, levando em conta o discurso oficial sobre a reforma dos autores do Plano, a Prefeitura da Cidade do Recife, o Governo do Estado de Pernambuco e outros atores sociais envolvidos. Através de documentos, textos e entrevistas com técnicos ligados ao projeto, definirei os fatores que contribuíram para tal reforma. Também, e principalmente, levo em consideração o ponto de vista dos sujeitos atingidos diretamente, moradores e trabalhadores da região, e sua convivência com essas transformações, mergulhando no contexto em que vivem, para melhor compreender suas opiniões e preocupações.

Para realizar este trabalho, por observação direta e entrevistas, tentei compreender as vidas, rotinas, maneiras de pensar e relações que esses moradores e trabalhadores mantinham com o espaço, e desta forma, descobrir como cada um reagiu, sentiu, percebeu os impactos da revitalização do Bairro, no seu local de moradia e de trabalho.

O trabalho de campo realizado, no período de 2001-2003, me permitiu destacar a existência de três universos representativos da população local, três níveis de vivência do lugar, configurando o grupo dos moradores da Comunidade do Pilar, o grupo dos moradores de pensões e o grupo dos trabalhadores do porto. As opiniões sobre as mudanças no lugar variaram segundo as diferenças individuais na experimentação da vida.

Além da separação entre esses três universos que destaquei, as evidências empíricas revelam existir uma separação entre eles e os novos frequentadores e trabalhadores do espaço em revitalização. Os trabalhadores do porto, por exemplo, sentem essa imposição, posto que seu sindicato está localizado na rua mais valorizada do bairro: a Rua do Bom Jesus. Ao analisar como os moradores do Pilar se referem à comunidade e ao bairro revitalizado, é possível distinguir que realmente eles não fazem parte desse "Recife Antigo", desse Recife voltado para o lazer, desse Recife "colorido, alegre e histórico". Esta dissertação oferece ao leitor a oportunidade de compreender os processos que ocorrem além da Rua do Bom Jesus.

ABSTRACT

BEYOND BOM JESUS STREET: the revitalization of the historical center of Recife known as Bairro do Recife, its inhabitants and other uses of the place

One island. On this island centuries of events buried under the ground, in its architecture and its memory. A place in which lies the history of a city since its beginning and which deserves a closer look from those who inhabit the city of Recife. I am talking about the Bairro do Recife also known as Recife Velho (Old Recife) or Recife Antigo (Ancient Recife), located in the downtown area of Recife, Pernambuco, and which has been undergoing an effective revitalization process for ten years.

The aim of this dissertation is to analyze the revitalization process of the Bairro do Recife taking into account the official view of the revitalization of those who have designed the Plan (of Revitalization), the City Hall of Recife, the state of Pernambuco government and other social agents. Through documents, texts and interviews with the technicians involved in the project, the factors that contributed to the renovation will be defined. In order to have a better understanding of the opinions and concerns brought about by the changes proposed the point of view of those directly affected – the people who live and work in the area – will also be taken into consideration.

By means of interviews and direct observation I tried to understand the lives, routines, ways of thinking and relationships established among inhabitants and workers of the area and thereby find out how they felt and reacted to the impacts on their place of residence and work caused by the revitalization process of the Bairro do Recife.

The field work, during the years of 2001 through 2003, helped me identify three worlds, three levels of interrelation between people and place: the group made up of inhabitants of the community known as Comunidade do Pilar, the group composed of bed and board dwellers, and the group constituted of harbour workers. Their opinions about the changes in progress were divergent and sometimes contradictory, varying according to individual differences in experiencing life.

Besides the separation between the three worlds identified, the empirical evidences show that there is a separation between them and the people who visit and work in the area. The harbour workers, for example, feel this more strongly because their Union is located in a building situated in one of the most valued streets in the Bairro of Recife: Bom Jesus Street.

Considering the way the inhabitants of the Comunidade do Pilar refer to their community and to the revitalized area, I realized that they do not belong to this Recife Antigo, to this Recife devoted to leisure, to this colourful, joyful and historical Recife. This dissertation offers the reader the opportunity to understand the process that goes on beyond Bom Jesus Street.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Lista de Ilustrações..... | ix |
| Apresentação..... | x |
| Capítulo I – Aspectos Teórico-Metodológicos..... | 01 |
| 1.1 - A Mudança no Olhar: Desafio..... | 02 |
| 1.2 - Caracterizando o Bairro do Recife..... | 07 |
| 1.3 – Metodologia..... | 19 |
| Capítulo II – Antropologia Contemporânea e Cidade..... | 24 |
| 2.1 – O Estudo de e em Cidades..... | 26 |
| 2.2 – As Cidades e a Economia Global..... | 33 |
| 2.3 – Centro Históricos e Revitalização..... | 37 |
| 2.3.1 – A Revitalização do Bairro do Recife como Objeto de Estudo..... | 41 |
| Capítulo III – O Bairro do Recife..... | 48 |
| 3.1 – Planos e Projetos..... | 59 |
| Capítulo IV – Os Discursos da Revitalização..... | 62 |
| 4.1 – O Plano de Revitalização do Bairro do Recife e suas adaptações..... | 66 |
| 4.2 – A História se Repete? - A Reforma de 1910 <i>versus</i> A Revitalização do Bairro do Recife..... | 81 |
| Capítulo V – A População Local: trabalhadores do porto, moradores de pensões e da Comunidade do Pilar..... | 87 |
| 5.1 – Quem Mora no Bairro do Recife?..... | 87 |
| 5.1.1 – A Comunidade do Pilar - A Pobreza Escondida..... | 89 |
| 5.1.2 – Os Moradores das Pensões..... | 107 |
| 5.2 – Os Trabalhadores do Porto..... | 111 |
| 5.3 – Diferenças e Desigualdades entre a população local..... | 116 |
| Considerações Finais..... | 121 |
| Referências Bibliográficas..... | 124 |
| Anexo..... | 131 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01 – Atividades e Usos do Bairro do Recife. Fonte: Zancheti, Marinho & Lacerda (1998)..... | 12 |
| Figura 02 – Localização dos edifícios do Complexo Paço Alfândega. Fonte: Folder Paço Alfândega (2002)..... | 15 |
| Figura 03 – Complexo Paço Alfândega após sua conclusão. Fonte: Folder do Paço Alfândega (2002)..... | 18 |
| Figura 04 – Bairro do Recife. Século XVII. Fonte: <i>Site</i> da Prefeitura da Cidade do Recife (2003)..... | 48 |
| Figura 05 – Gravura do Povo dos Arrecifes. Século XVII. Fonte: <i>Site</i> da Prefeitura da Cidade do Recife (2003)..... | 49 |
| Figura 06 – Bairro do Recife em 1631 e em 2001. Fonte: Gonçalves e Reynaldo (2001)..... | 57 |
| Figura 07 – Praça Rio Branco antes da reforma de revitalização. Fonte: Cartão Postal da Agência Imago (1998)..... | 73 |
| Figura 08 – Croqui Pólo Pilar. Fonte: <i>Site</i> da Prefeitura do Recife, (2003)..... | 79 |

FOTOS – 01 a 07 de minha autoria.

| | |
|---|----|
| Foto 01 – Cruzamento das ruas Mariz e Barros e Moeda (2000)..... | 09 |
| Foto 02 – Praça do Arsenal da Marinha (2002)..... | 10 |
| Foto 03 – Mergulho no Cais (2002)..... | 10 |
| Foto 04 – Obra do Porto Digital. Novembro/2002..... | 18 |
| Foto 05 – Praça Rio Branco com Terminal Marítimo de Passageiros ao Fundo, em 2002..... | 73 |
| Foto 06 – Parque das esculturas (2000)..... | 74 |
| Foto 07 – Atores na Praça do Arsenal (2002)..... | 75 |
| Foto 08 – Igreja do Pilar. Fonte: <i>Site</i> da Prefeitura do Recife..... | 78 |
| Foto 09 – Comunidade do Pilar. Fonte: <i>Site</i> do CDI-PE..... | 94 |

MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 01 – Bairro do Recife: Monumentos e área tombada, setores e área ocupada pela Comunidade do Pilar. Fonte: URB – Recife..... | 08 |
| Mapa 02 – Bairro do Recife: Setores, monumentos e área tombada. Fonte: URB – Recife..... | 68 |
| Mapa 03 – Bairro do Recife: Pólos de Interesse e monumentos tombados. Fonte: URB – Recife..... | 71 |

APRESENTAÇÃO

A escolha do bairro do Recife como objeto de estudo se deu como continuação do meu trabalho de pesquisa de graduação durante o ano de 2000, no qual analisei grupos que freqüentavam o espaço à noite. As observações realizadas nesse período me alertaram para outros níveis de vivências e usos do lugar especialmente revelados pela presença dos catadores de lata, que sempre via, os trabalhadores do porto e os moradores da Comunidade do Pilar.

Para descobrir essas realidades, me propus a ir a campo, conhecer, observar e pesquisar esses grupos, procurando compreender como se dava inserção no novo espaço revitalizado.

O presente trabalho se propõe a analisar o processo de revitalização do Bairro do Recife, verificando como as mudanças ocorridas interferiram no cotidiano dessas pessoas - o processo de revitalização é um procedimento executado por muitas cidades como forma de recuperar áreas degradadas e marginais para inseri-las novamente no conjunto da cidade e transformá-las em espaços de lazer e turismo, estratégia freqüentemente utilizada como instrumento de desenvolvimento local e geração de renda - e sua relação com a população residente e trabalhadora.

O primeiro capítulo é dedicado a uma reflexão sobre as implicações de se fazer pesquisa em um local aparentemente familiar, à atual caracterização do Bairro do Recife e ao trabalho de campo.

O segundo capítulo apresenta as discussões recentes sobre a antropologia e o estudo das cidades e do Bairro do Recife como objeto de estudo.

O terceiro capítulo trata da história do Bairro do Recife, desde sua ocupação até o início dos projetos de reabilitação do lugar, na década de 1980.

Os discursos sobre o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, as etapas realizadas, as adaptações do projeto e as propostas futuras são analisados no quarto capítulo.

O quinto e último capítulo apresenta aspectos da organização do espaço e da convivência da população local, destacando suas história de vida, problemas, sonhos, questionamentos. As evidências empíricas e as análises feitas ressaltam as desigualdades presentes e as barreiras que separam aqueles que se aproximam dos novos espaços revitalizados e demonstram que a (re)invenção de um espaço claramente voltado para indivíduos com poder de compra se choca com a realidade diária vivida pelos menos favorecidos moradores do lugar.

I – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Uma ilha. Nessa ilha, séculos de acontecimentos guardados no subsolo, na arquitetura e na memória. Um lugar que detém a história de uma cidade desde o seu princípio e que parece merecer um olhar mais cuidadoso de todos que nessa cidade habitam. Estou falando do Bairro do Recife, também conhecido como Recife Velho ou Recife Antigo, localizado na Cidade do Recife, Pernambuco, que passa por um processo efetivo de revitalização há dez anos.

“Bairro do Recife vive metamorfose diária” (FOLHA, 1997), *“Prostituição perde espaço para o lazer”* (FOLHA, 1998), *“Cores vivas dão luz a casarões antigos”* (FOLHA, 2000), *“Comunidade do Pilar vai ser reurbanizada”* (COMMERCIO, 2002), *“Restauração de casario impulsiona Pólo Moeda”* (COMMERCIO, 2002), *“Empresas privadas dão exemplo e revitalizam o Bairro do Recife”* (COMMERCIO, 2002), *“Recife Antigo se consolidou como um dos principais pólos de animação do carnaval”* (DIÁRIO, 2003).

Conforme ilustrado nas manchetes dos jornais acima, durante esse processo ocorreram, e ainda ocorrem, transformações na estrutura, na aparência e no cotidiano do bairro. Investimentos públicos levaram a investimentos privados que provocaram a saída de parte da tradicional e conhecida população constituída, em sua maioria, de prostitutas sobreviventes da decadência do porto; causaram a implantação de novos bares, vizinhos aos antigos bordéis e boates, os quais atraem novos tipos de freqüentadores; propiciaram a reforma, às vezes metamorfose, de determinadas áreas da ilha como, por exemplo, a Praça do Marco Zero.

Apesar da saída de uns, outros continuaram a morar e/ou viver no Recife Antigo, porém agora algumas novas questões vão surgindo em consequência da revitalização. A tentativa da Prefeitura em urbanizar determinada parte do bairro e colocar esses

moradores em pequenos edifícios gera discussões, deixando alguns satisfeitos, outros não. A valorização da área pode resultar ou contribuir para a saída de outros moradores do bairro. Essas pessoas, as quais convivem há tempo com o Bairro do Recife, têm muitas histórias para contar, além de queixas a fazer e soluções a propor. Nós, antropólogos, temos ouvidos para ouvir e mãos para escrever.

O presente trabalho se propõe a analisar o processo de revitalização do Bairro do Recife, levando em conta o discurso oficial dos autores do Plano, a Prefeitura da Cidade do Recife, o Governo do Estado de Pernambuco e outros atores sociais envolvidos, sobre a reforma. Através de documentos, textos e entrevistas com técnicos envolvidos no projeto, definirei os fatores que contribuíram para tal reforma. Também, e principalmente, levo em consideração o ponto de vista dos sujeitos atingidos diretamente, moradores e trabalhadores da região, e sua convivência com essas transformações, mergulhando no contexto em que vivem, para melhor compreender suas opiniões e preocupações.

1.1 - A mudança no olhar: desafio

O primeiro desafio a ser enfrentado: Como fazer pesquisa num lugar que freqüentava e conhecia? Como iria pesquisar uma realidade que para mim já era conhecida?

A primeira tentativa realizada para responder a essas indagações ocorreu durante o ano de 2000 quando fiz minha pesquisa de conclusão do curso de graduação no Bairro do Recife, a qual me rendeu uma monografia (Melo, 2001) sobre os usos dos espaços do bairro no período noturno, ressaltando o contraste entre as regiões e os grupos que se formavam.

Indo ao Bairro para me divertir à noite, percebi uma certa segregação entre grupos, o que me interessou e me fez investigá-la de uma forma metódica. Constatei que determinado grupo ocupava a região da Rua da Moeda, também chamada de Pólo Moeda, outro grupo diferente de pessoas freqüentava a região da Rua do Bom Jesus, enquanto as Avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco eram a fronteira, o espaço intermediário por onde todos passavam. Essa divisão era reforçada pelas atrações oferecidas, qualidade de serviços e preços de produtos existentes em cada pólo, atraindo, cada um, pessoas com estilos de vida e de níveis econômicos diferentes.

O Pólo Bom Jesus, com seu casario recuperado, fachadas bem pintadas e valor histórico ressaltado¹, oferecia bares e restaurantes bem decorados, arrumados e confortáveis, que colocavam suas mesas nas calçadas, à maneira dos cafés parisienses. Ofereciam também, em alguns dias da semana, música ao vivo para os clientes. O custo desse conforto era elevado, acessível para um público com um bom poder aquisitivo, geralmente de classe média. Famílias, casais, turistas e grupos de pessoas adultas, na faixa etária dos quarenta anos, podiam ser vistos no local, todos muito bem vestidos. A prefeitura, em determinadas épocas do ano, colocava um palco no final da rua e promovia *shows* e espetáculos de artistas como Antônio Carlos Nóbrega e Alceu Valença.

O Pólo Moeda era o oposto. Seus prédios estavam em mau estado de conservação, com aparência suja e decadente. Era uma área que estava negligenciada, com pouca, ou nenhuma atenção recebida pela revitalização. Foi justamente por essas condições que uma ocupação espontânea se deu. Bares que tinham um perfil alternativo, que fugiam da imagem de conforto e beleza, se instalaram na região, trazendo consigo um público jovem composto por estudantes, músicos, jornalistas, *skatistas*, cineastas,

¹ Rua que sobreviveu às reformas do início do século XX, onde está localizada a primeira Sinagoga das Américas.

pessoas ligadas à arte, entre outros². Um público de estilo de vida também alternativo. Esses bares ofereciam bebidas a um preço baixo, festas e som ambiente comandado por *djs* da cidade. A Prefeitura também promovia *shows* na Moeda, porém de *rock* e de bandas locais, mais voltados para os interesses dos frequentadores da área.

A região que chamei de fronteira está localizada entre os dois Pólos. São duas grandes avenidas que ligam o Bairro ao centro da cidade através de pontes. As pessoas transitavam por aí, mas não paravam porque quase não havia atrativos. Podiam-se ver frequentadores da Rua da Moeda atravessando essa região, seguindo em sentido ao Pólo Bom Jesus e vice-versa. Mas notei que essas pessoas não permaneciam do "outro lado". Visualmente, pelas roupas que vestiam e maneira que se portavam, era possível distinguir indivíduos de cada grupos e cada vez que um adentrava no território do outro, cabeças se voltavam e olhares acusavam estranheza.

Apesar da distinção entre grupos, era possível perceber uma vontade, uma busca de todos por uma construção de uma identidade local, recifense, a qual era reforçada com ajuda da propaganda promovida pelo governo. Uma afirmação de um passado e a atualização do lugar, em novas formas de utilização, de acordo com as premissas globais. A Ilha do Recife tornava-se local de referência para pernambucanos e para o Brasil. Ao final desse trabalho, as seguintes considerações foram tecidas:

“Observar o Bairro do Recife é observar o que se passa hoje na sociedade. O resgate dentro do contexto global, as divisões internas, as desigualdades, a pluralidade de estilos de vida. A possibilidade de ser diferente e ao mesmo tempo ser igual. Ser local e global. Recifenses e opostos, separados por idéias, classe, posturas, espaços visíveis e invisíveis” (Melo, 2001: 45).

² O bar mais conhecido do Pólo Moeda, o Pina de Copacabana, existia antes no bairro do Pina, com o nome de Soparia e era ponto de encontro dos alternativos. Mudou-se para o Bairro do Recife, em 1999, trazendo consigo seu público fiel. Hoje o bar encontra-se fechado.

Ao pensar em voltar ao local em que passei um tempo a observar, essas questões começaram a surgir e me preocupar. Entretanto, eu estava empenhada em conhecer melhor o bairro e decidi investigar uma outra face da sua realidade, a dos que convivem naquele espaço diariamente, no contexto de revitalização.

Antes de iniciar minha pesquisa ficava apreensiva porque pensava que já sabia o que tinha que saber sobre o Bairro do Recife. Todos aqueles problemas metodológicos causados pela proximidade me apareceram: o problema de o local pesquisado ser em minha própria cidade, de eu costumar ir ao bairro para diversão ou passeio, de achar que já conhecia aquele lugar. Busquei leituras, experiências e conselhos.

Movida por esses questionamentos que me angustiavam em relação a fazer antropologia, me deparei e me apoiei em autores que discutem o trabalho antropológico no mundo contemporâneo. Velho (1978), DaMatta (1978) e Magnani (2000) são alguns que abordam a problemática de se fazer uma antropologia das sociedades contemporâneas, levantando questões e refletindo sobre como realizá-la.

Relativizar o familiar e o exótico é um ponto indispensável, como sugere Velho:

“O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido” (1978:39).

Faz-se necessário olhar esse familiar de outra forma, transformando-o em exótico, acrescenta DaMatta:

“O problema é, então, o de tirar a capa de um membro de uma classe e de um grupo social específico para poder – como etnólogo – estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os

“porquês”) o exótico no que está petrificado dentro de nós pelos mecanismos de legitimação” (1978:28).

Com o outro sempre em seu foco, a antropologia se faz presente no cotidiano das sociedades de seus pesquisadores, desvendando regras e padrões até então comuns e familiares, sempre mantendo a distância necessária para o estranhamento e reconhecimento do outro. Não importa onde esteja sendo feita, *“a antropologia, lá ou cá, na floresta ou na cidade, na aldeia ou na metrópole, não dispensa o caráter relativizador que a presença do ‘outro’ possibilita”* (Magnani, 2000:21).

Após leitura, parti para o campo na tentativa de olhar esses lugares e essas pessoas, aparentemente tão próximas, de outro ângulo, deixando de lado os preconceitos, o olhar acostumado, cotidiano, rotineiro, repetido e o aprofundar, estranhar e descobrir realidades que estavam ao meu lado, mas ainda não tinham sido percebidas.

Decidi, então, antes de partir para qualquer entrevista, voltar ao bairro e passar dias andando, "passeando", visitando, observando, registrando novidades, rotinas e delineando roteiros.

1.2 - Caracterizando o Bairro do Recife

O Bairro do Recife (Mapa 01) é uma ilha, cercada pelo Oceano Atlântico a leste e pela foz dos rios Beberibe e Capibaribe a oeste, ligada ao resto da Cidade do Recife por suas quatro pontes: Limoeiro, Buarque de Macedo, Maurício de Nassau e 12 de setembro, antiga Ponte Giratória. Nesta ilha estão a Prefeitura e o porto da cidade, seus armazéns, casarios históricos, edifícios modernos, fábricas, sedes de bancos nacionais e internacionais, órgãos governamentais, o Forte do Brum, o Teatro Apolo, igrejas, bares,

MAPA 01



SETORES, MONUMENTOS E ÁREA TOMBADOS E ÁREA OCUPADA PELA COMUNIDADE DO PILAR

restaurantes e futuramente *shoppings* e cinemas. Também estão o comércio ambulante e os mendigos, a Comunidade do Pilar e as pensões.

O Bairro do Recife é uma mistura de diversas faces, luzes, cheiros e sons, conforme alertou Medeiros (2001),

"Há sons do dia e sons da noite. Há, também, os da madrugada, os do domingo, da segunda-feira e da sexta boêmia...Os cheiros são peculiares. Lá o nariz prova de tudo...Cheiro de pombo, de biscoito da Fábrica Pilar...de maresia, de rio, de ferrugem, de peixe" (pg.49-50).

Dependendo do horário e por onde se chega, pode-se ter diferentes primeiras impressões do Bairro do Recife. Pela manhã, chegando-se pela Ponte Giratória, ao sul, sente-se um vazio. Uma avenida larga, com pouquíssimos pedestres, se apresenta constituída por velhos armazéns fechados, à direita, e velhos prédios à esquerda. Também à esquerda, uma rua interditada para reforma sinaliza a localização do futuro *shopping* Paço Alfândega.



Foto 01 – Cruzamento das ruas Mariz e Barros

e Moeda

Entretanto, ao se aproximar do Marco Zero, percebe-se um aumento na movimentação. Nas Avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco, é possível ver mais pessoas nas ruas, embaixo de uma sombra uns amigos conversando, carros estacionados, músicas sendo tocadas pelos ambulantes que vendem *cds* piratas, catadores de papel. Seguindo pela Av. Rio Branco, em direção a Rua

da Moeda, carros e mais carros estacionados. A região onde está a Rua da Moeda (Foto 01) se transforma em um estacionamento durante o dia, provavelmente porque não é preciso pagar Zona Azul, taxa de estacionamento cobrada pela Prefeitura nas áreas revitalizadas. *Flanelinhas* podem ser vistos por lá levantando seu ganha-pão. Barzinhos, que também funcionam como lanchonetes, estão abertos. Alguns se aventuram a uma cervejinha matinal. Pombos, gatos e cachorros compõem a paisagem do lugar a qualquer hora.

Deslocando-se para a Rua do Bom Jesus vê-se grupos de turistas e estudantes fazendo o percurso histórico: Marco Zero, Rua do Bom Jesus, com destaque para a Sinagoga, Torre Malakoff. Alguns se aventuram a ir até o Teatro Apolo, na Rua do Apolo. Nesta mesma rua, os bares ainda permanecem fechados, uns abrindo para o almoço e outros apenas à tardinha. Do outro lado da rua, oposto ao lado onde está a maioria dos bares, a calçada bem arborizada atrai jogadores de dominó e baralho, em sua maioria portuários esperando junto ao sindicato um chamado para trabalho. Os pombos também aparecem por aqui.



Foto 02 – Praça do Arsenal da Marinha.

A Praça do Arsenal da Marinha (Foto 02), única praça localizada na área tombada do Bairro do Recife, é o lugar escolhido por aposentados do porto para passar o dia, ou apenas uma tarde, pelos trabalhadores da área para um cochilo após o almoço,

por casais de namorados para namorar, ou por qualquer pessoa que quiser descansar um pouco. A praça, cercada por grades baixas e repleta de árvores, é um local agradável para sentar, conversar ou passar o tempo.

De volta ao Marco Zero, além dos turistas e alunos mencionados, em alguns dias observam-se pescadores e crianças, que vêm de outros bairros de bicicleta, a tomar banho na 'maré' (Foto 03) e a fazer competição de natação, além de alguns bêbados que também



Foto 03 – Mergulho no cais

mergulham para curar a ressaca. Estes quase são levados pela correnteza! O sol escaldante não possibilita uma estadia demorada no largo.

No Cais do Apolo, pessoas bem vestidas andam juntas a pessoas mais simples, algumas de rosto bem sofrido. Na parada de ônibus é comum ouvir reclamações da dificuldade de resolver um problema burocrático, da quantidade de vezes que é necessário vir ao Bairro para se conseguir solucionar o problema.

Não há sinal dos moradores do local. Não se percebe um cotidiano residencial.

À noite essa configuração muda completamente. Poucos carros estacionados na Moeda, muitos no Pólo Bom Jesus. Bares abertos, música ao vivo, pessoas circulando, luzes, maior policiamento. Uma agitação diferente da diurna. Não mais uma agitação decorrente das atividades de trabalho. Agora, uma agitação resultante do lazer, da diversão.

Em relação às transformações do Bairro durante o ano, alguns eventos marcam a vida na ilha. As comemorações do Carnaval, São João, Natal e Reveillon estão entre as principais. Nos últimos 3 anos, tem havido, no largo do Marco Zero, a encenação da

Paixão de Cristo no período da Páscoa. Entre os eventos promovidos pela Prefeitura, via Escritório de Revitalização, com o intuito de atrair visitantes ao Bairro, estão o Festival da Seresta, o qual acontece uma vez por ano; a Feira de Cultura Japonesa, que também ocorre uma vez ao ano, há seis anos, na Rua do Bom Jesus; o Domingo na Rua, realizado todos os domingos do mês, o qual é uma feirinha onde são vendidos brinquedos, roupas, artesanatos, antiguidades, objetos de artes e comidas. As barraquinhas se espalham ao longo da Rua do Bom Jesus, chegando a contornar parte da Praça do Arsenal da Marinha. Na feira, freqüentada por muitos, misturam-se mímicos que imitam estátuas, crianças, senhoras, jovens, casais e famílias; na última sexta-feira do mês, há uma exposição de automóveis antigos na Praça do Arsenal.

Na região da Moeda os próprios proprietários chegaram a promover o Moedão, Moeda na Paz e Royal Rock, eventos que não acontecem mais. No ano de 2002, nos dias 12 e 13 de outubro, foi realizado pela primeira vez, pela Padaria Brotfabrik, através de patrocínios, além do apoio da Prefeitura da Cidade e do ERBR³, o Brincando na Moeda, evento voltado para as crianças. Foram oferecidas oficinas de pintura e argila, além de brincadeiras, tais como fazer bolinhas de sabão, andar de perna de pau e descer de tiroleza.

De acordo com Zancheti; Marinho e Lacerda (1998:19), a ocupação do Bairro está ligada a cinco grandes atividades (Figura 01): o porto, este utilizando boa parte da área física existente, indústrias, serviços, órgãos públicos e comércio atacadista. Os armazéns, terminal açucareiro, retroporto e atracação fazem parte das atividades portuárias. Ligados ao porto estão também os sindicatos de estivadores, arrumadores, vigias e portuários, porém estes não se encontram na área física do porto. As

³ Escritório de Revitalização do Bairro do Recife.

fábricas Pilar, localizada ao norte da ilha, e Moinho Recife, localizada junto ao porto e à comunidade do Pilar, compreendem as atividades industriais.

A diversidade é a marca do ramo dos serviços, que está situado em sua maioria ao sul da ilha. São escritórios de arquitetura e de *design*; sedes de bancos nacionais e internacionais, entre eles Citibank, Bradesco, Unibanco, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Bandepe; espaços culturais e teatros, como o Centro Cultural Bandepe, que sempre exhibe de graça importantes exposições relativas à cultura e à história nordestina, Torre Malakoff, onde há exposições e se pode agendar

acesso à internet, Teatro Apolo, Teatro Maurício de Nassau; a sede do jornal Folha de Pernambuco; sindicato dos guardadores autônomos de carro do Bairro do Recife; estacionamentos; organizações não-governamentais, como o GAJOP; escritórios de comércio de importação e exportação; sapateiros e engraxates; escritórios de empresas como a Votorantim e Grupo João Santos; livrarias e papelarias; lojas de artesanato e arte; inúmeras casas de apostas; padarias; ambulantes que vendem desde laranjas, passando por cachorro-quente, até *cd* pirata; fiteiros; bancas de revista; lanchonetes,



Figura 01 – Atividades e Usos do Bairro do Recife.

Fonte: Zancheti, Marinho & Lacerda (1998)

bares e restaurantes. De acordo com dados do *site* da Prefeitura do Recife⁴, os quais não dispõem da data de atualização, existem 79 bares no Bairro, com sua maioria locada na Rua do Bom Jesus.

A Prefeitura da Cidade do Recife, Receita Federal, Polícia Federal, Tribunal Regional de Trabalho e Tribunal de Justiça fazem parte das instituições públicas que ocupam o setor oeste da ilha, uma área ampla, resultado de um aterro de meados do século XX. Algumas Secretarias estaduais funcionam em outras regiões do Bairro.

Lojas de peças, “*ferragens, máquinas e equipamentos, plásticos e borrachas, estivas e alimentos*” (Zancheti; Marinho; Lacerda, 1998:17) constituem o comércio atacadista da região.

Além desses cinco ramos de atividades, o espaço está ocupado por habitações, pensões e a Comunidade do Pilar. E ainda restam boates de prostituição. Segundo meu entrevistado Felipe, só existe uma boate de prostituição que é a *Franci's*, na Av. Alfredo Lisboa com entrada pela R. Vigário Tenório. Porém, como ele mesmo afirma⁵, há pensões onde não funcionam boates e que se pode alugar quarto para programas, no mesmo prédio da boate de *Franci's*. As outras pensões estão localizadas na parte sul da ilha, principalmente na região da Rua da Moeda e a Comunidade do Pilar, na porção norte.

Edifícios históricos ajudam a terminar de compor esse cenário: Forte do Brum, Sinagoga Kahal Zur Israel, Igrejas da Madre Deus e do Pilar, o Antigo Prédio da Alfândega e a Cruz do Patrão. Esta última não é fácil de ser vista, pois o acesso é difícil, já que está localizada nos terrenos do porto, uma vez que era utilizada como ponto de balizamento dos navios.

⁴ www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/bairrodorecife/index.html

⁵ “Povo de boate só tem *Franci's* mesmo. Assim de prostituição só *Franci's*, o resto...Tem as pensão né, ali do lado...Tem a de *Franci's*, em cima da Boate dela tem a pensão dela. Tem a de Ana que embaixo, primeiro andar, embaixo de *Franci's*.”, entrevista concedida por Felipe para a autora em 24/01/2003.

Estão aportando na ilha dois novos projetos que merecem um destaque devido ao tamanho, aspirações e mudanças que causarão no Bairro. São eles o **Complexo Paço Alfândega** e o **Porto Digital**.

O **Complexo Paço Alfândega** será um “*empreendimento voltado à cultura e ao lazer*” (*Folder do Paço Alfândega*), com seus edifícios distribuídos ao longo do Cais da Alfândega. Estão incluídos no complexo, o **Paço Alfândega**, antigo prédio da Alfândega, construído em 1732 para ser Convento dos Oratorianos, o qual nos últimos anos estava sendo utilizado em feiras esporádicas e estacionamento; o edifício **Chanteclair**, onde, na chamada época da boemia, funcionou boate e pensões; e os edifícios-garagem.

O **Paço Alfândega**, primeiro prédio do complexo a ser reformado, tem inauguração prevista para este ano ainda. A reforma no edifício o transformará em um *shopping* com 116 lojas, bares e restaurantes panorâmicos, voltados para o público de classes A, B e C+. De acordo com a gerente de marketing do Complexo, Marta Loreto, estão sendo feitas revitalizações nas paredes e fachadas, além de prospecções arqueológicas. Segundo ela, as peças que foram achadas no solo serão expostas, bem como as paredes internas que foram mantidas, conforme regras do IPHAN⁶, serão sinalizadas e datadas, e haverá uma indicação sobre a importância do prédio para a história do Recife. Ainda, nos edifícios-garagem, os quais serão conectados com o Paço, haverá um mini centro de convenções, espaço para exposições e um salão de festa. Para

⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ela, esse modelo de empreendimento torna o **Paço Alfândega** um centro cultural: “*não é só um centro de compras, um centro de lazer*”⁷.

| LEGENDA | |
|---------|-----------------------------|
| 1- | Espaço Cultural Chanteclair |
| 2- | Paço Alfândega |
| 3- | Edifícios-garagem |
| 4- | Pier e Deck |



Figura 02 – Localização dos edifícios do Complexo Paço Alfândega.
Fonte: Folder Paço Alfândega.

Para a inauguração do **Chanteclair** está previsto um prazo de doze meses, após o início da reforma. Neste edifício será instalado um centro de entretenimento com salas de cinema voltadas para filmes de arte, bares, um café-concerto, além de um teatro.

No *folder* do **Paço Alfândega**, direcionado para os lojistas, é destacado o potencial de consumo das classes alvo, a localização estratégica, o conforto e a segurança que serão oferecidos, além do fato de estar “devolvendo” à Cidade do Recife dois de seus “marcos históricos”.

⁷ Entrevista com Marta Loreto, concedida a autora em 25/09/2002.



Figura 03 - Complexo Paço Alfândega após sua conclusão. O Prédio cor de rosa é o Chanteclair, o branco é a Igreja Madre Deus e o amarelo, o Shopping Paço Alfândega. Fonte: Folder Paço Alfândega

Com a inauguração dos empreendimentos e através de intervenções nos espaços públicos, ruas restauradas com paralelepípedos à mostra e calçadas alargadas, espera-se uma requalificação do ambiente, um “redescobrimento” da área, o que acabará por influenciar a mudança do público freqüentador da área:

“...vai modificar bastante. E isso propicia que as pessoas venham passear na rua. Como você vê hoje na Rua do Bom Jesus...”;

“...pode ser que aconteça um próprio movimento deles de não quererem ficar por aqui, principalmente acontecendo uma série de mudanças nas ruas, irem pra ruas mais estreitas, onde o movimento é menor, onde cabe mais com o perfil underground”⁸.

Entretanto, antes mesmo de suas paredes começarem a ser levantadas, a construção dos modernos edifícios-garagem dotados de passarelas para automóveis no centro histórico da Cidade do Recife está gerando polêmica. Instituições públicas, como o Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, o Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE, a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa, e a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) são desfavoráveis à construção dos edifícios,

alegando que estes comprometeriam a autenticidade do projeto arquitetônico do Bairro do Recife e a percepção do espaço público pelo cidadão. Apesar de toda manifestação contrária e atenção recebida pelos meios de comunicação, o projeto do edifício foi aprovado na Comissão de Controle Urbanístico do Recife, em 02 de julho de 2003, e deverá ser levado para votação em reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano, em 18 de julho de 2003 (Commercio, 2003b; 2003c).

Com o *slogan* “Aqui desembarca o futuro”, o **Projeto Porto Digital**, associação sem fins lucrativos, é uma iniciativa que envolve governos, empresas e universidades e se propõe a reunir em um mesmo espaço físico, o Bairro do Recife, empreendimentos inovadores e competitivos, promovendo um ambiente de negócios voltado para a tecnologia da informação e da comunicação, visando colocar a cidade na rede da economia digital mundial.

Esse desembarque - que chega ao Bairro porque se precisava de um ambiente relativamente fechado, como todos os parques tecnológicos no mundo, nesse caso limitado por ser uma ilha, caracterizando-se como um parque tecnológico urbano aliado com revitalização - que teve início em julho de 2000, implicou, e ainda implicará, na recuperação e adaptação de casarios antigos e do próprio Bairro. Vários imóveis foram adquiridos e fibras óticas embutidas para adequar a região à tecnologia necessária para o funcionamento desses prédios. *“Os investimentos públicos, que totalizam R\$ 33 milhões, estão sendo complementados pela iniciativa privada nacional e internacional”* (Folder do Porto Digital). Para atrair empresas, são oferecidos incentivos nacionais, estaduais e municipais, tais como a Lei da Informática, a Redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a Lei de Incentivo à Ocupação de Solo, com a qual é possível conseguir isenção total ou parcial, em um prazo de 5 a 10 anos, de

⁸ Entrevista com Marta Loreto, concedida a autora em 25/09/2002.

IPTU⁹, ISS¹⁰, ITBI¹¹ e de Taxas de Licença de Localização e Funcionamento. Em seu ambiente, o **Porto Digital** contará com cinco equipamentos âncoras espalhados pelo Bairro: a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), o Centro de Estudos Avançados do Recife (C.E.S.A.R), o Centro Apolo de Integração e Suporte a Empreendimentos de Tecnologia de Informação e Comunicação Porto Digital (C.A.I.S. do Porto), o qual faz parte da Incubanet (Foto 04), uma incubadora de novos negócios, que proporciona aos recém-empREENDEDORES, o apoio técnico, espaço físico para estruturação e suporte para a empresa chegar aos grandes mercados, o ITBC (Information Technology Business Centre), edifício empresarial inteligente que abrigará empresas do setor e o Instituto de Inovação em Informática (I3), onde ficará



Foto 04 - Obra do Porto Digital – Novembro/2002.

⁹ Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

¹⁰ Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

¹¹ Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis.

alojado o Centro de Informática da UFPE. Dos cinco empreendimentos, os três primeiros já estão instalados e em funcionamento.

O projeto do **Porto Digital** expande-se para além da criação de um ambiente de negócios, aspira transformar “*o bairro atual na cidade da tecnologia*” (Gonçalves e Reynaldo, 2001) adequando a infra-estrutura do local a seus propósitos, criando um edifício *high tech* dentro de outro com 200 anos, apoiando a requalificação urbana do Pólo Pilar e projetos de inclusão social, ocupando vazios urbanos de baixo valor imobiliário, levando futuramente moradias e hotéis à ilha, mantendo o lazer e o entretenimento, entre outros tópicos do ambicioso plano.

De acordo com um de seus mentores, Sílvio Meira, o **Porto Digital** é o “futuro imerso dentro do passado”. Para ele, o projeto trará atividades e pessoas para o local, construindo uma nova comunidade e proporcionando a manutenção do processo de revitalização, pois, sob seu ponto de vista, intervenções limitadas não conseguem se manter¹².

Para haver uma boa convivência entre essa nova comunidade pretendida, a realidade tecnológica existente e a população moradora, o **Porto Digital** criou o **Instituto Porto Digital de Inclusão Social** que traz as crianças e adolescentes da favela para essa realidade através de cursos de informática, além de ser o fomentador, com verba de três milhões de reais, do projeto urbanização da Comunidade Nossa Senhora do Pilar, em parceria com a Prefeitura¹³.

1. 3 - Metodologia

¹² Opiniões colhidas em coletiva de imprensa que participei em 28/11/2002.

¹³ Dados obtidos, em novembro de 2002, em entrevista com Mariana Lacerda, na época assessora de imprensa do Porto Digital.

Ia ao bairro pela manhã ou à tarde e ficava fazendo observação, conforme registrei em diário de campo. Andava e parava em um banco de praça. Ouvia um pouco da conversa dos senhores que estavam lá. Às vezes conversava um pouquinho com eles. Continuava andando, parava novamente, desta vez no Marco Zero. Ficava por lá conversando com os pescadores ou meninos que iam dar um mergulho no cais do porto. Levantava, ia à padaria, situada na Rua da Moeda, comer um lanche e ficava observando as pessoas que iam comprar pão, lanche, tomar um cafezinho. Dava uma andada pela Rua do Bom Jesus para ver o que acontecia. Ia à Rua Mariz e Barros, tomava um guaraná e observava os guardadores de carro. Ia a um boteco tomar água e jogar nos caça-níqueis como todo mundo fazia.

Nessas andanças fui conhecendo realmente o ritmo do bairro. Fui mapeando lugares e pessoas. Passei a reconhecer os personagens dali. Bati papos com aposentados, senhoras, policiais, donos de bares e trabalhadores do porto. Nas conversas fui descobrindo as razões deles e as rotinas dos outros, ouvindo fofocas, histórias e lembranças. Fui conhecendo um pouco mais das pessoas e do lugar.

No meio tempo em que dava meus “passeios” entrevistei pessoas ligadas à Prefeitura, que trabalham no Escritório do Bairro do Recife - responsável por “cuidar” do bairro no sentido de organizar e promover eventos; por acompanhar qualquer intervenção que ocorra na área; por conhecer e controlar os imóveis, condições de estrutura e seus usos; por disponibilizar à população material informativo sobre o bairro e sua história – e pessoas ligadas a instituições privadas que estão investindo na região, além de ter visitado o futuro centro comercial e cultural Paço Alfândega.

Após essa fase de entrevistas com pessoas pertencentes a órgãos governamentais passei a entrevistar moradores e trabalhadores antigos, como donos de bares e trabalhadores do porto. Os entrevistados foram selecionados através do critério de morar

e/ou trabalhar no Bairro do Recife há tempo suficiente para perceber as mudanças e problemáticas provocadas pelo processo de revitalização no local, não existindo exclusividade na escolha por gênero ou idade. Como os edifícios, essas pessoas também fazem parte do bairro e da sua história, quis saber quem eram e, devido ao grau de ligação com o local, quis saber como eles se viam, conviviam com o bairro e sua transformação. Cheguei a eles através de indicações e tentativas próprias de aproximação.

Foram realizadas treze entrevistas gravadas e duas não gravadas. Quinze ao todo: duas com funcionários do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, uma com a assessora de comunicação do Porto digital, uma com a gerente de marketing do Complexo Paço Alfândega, uma com a assessora da Diretoria de Programas Especiais da URB, quatro com moradoras da Comunidade do Pilar, uma com um comerciante da Comunidade do Pilar, duas com trabalhadores do porto, uma com uma moradora de um cortiço e duas com moradores de pensão. A princípio foi um pouco difícil realizar as entrevistas por três razões: primeiro por eu ter me sentido invasora da privacidade dos entrevistados, segundo pela dificuldade em fazer alguns deles exporem suas opiniões e terceiro pelo fato de as pessoas já estarem cansadas de serem entrevistadas, seja por órgãos públicos, seja por jornalistas, seja por estudantes. Apesar disso, fui muito bem recebida por todos.

Comprometi-me com os moradores e trabalhadores a não colocar seus nomes no trabalho. Portanto, os nomes que aparecem no texto são fictícios.

Para entrevistar pessoas ligadas ao Escritório de Revitalização, Porto Digital e Paço Alfândega, me apresentei como estudante de mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, portando uma carta de apresentação, e tive boa receptividade. Por meio de um amigo, que tem um bar no Pólo Moeda, conheci Felipe,

segurança de um bar e morador de uma pensão. Felipe me apresentou à dona da pensão, com quem também fiz uma entrevista. Através de uns senhores que faziam uma mudança em um cortiço, tive acesso ao prédio, onde pude constatar seu péssimo estado de conservação. Por meio deles também entrei em contato e entrevistei Maria José, moradora, juntamente com seu marido e dois filhos, do cortiço.

Os trabalhadores do porto foram extremamente receptivos. Algumas vezes, antes de realizar as entrevistas, tinha passado em frente ao sindicato, na Rua Bom Jesus, onde eles costumam ficar, e tinha parado, tirado fotografias e conversado um pouco. Para entrevistá-los procurei os trabalhadores com quem havia conversado antes, pedi para fazer uma entrevista gravada e eles concordaram.

Entrevistar os moradores da Comunidade do Pilar foi mais trabalhoso. A primeira vez que entrei na comunidade foi com um amigo, com a desculpa de que iria ver a Igreja do Pilar. Como a comunidade fica escondida por trás dos armazéns da Fábrica Moinho Recife e é cercada pela Fábrica Pilar, ela se caracteriza como um local fechado, freqüentado apenas por quem ali mora, ou então por quem vai comprar drogas, pois há tráfico no local. Entrei perguntando onde era a igreja por ser de fora da comunidade, por saber que normalmente nenhum turista ou outra pessoa ali vai e achando que seria uma boa maneira de justificar minha presença. Nessa primeira incursão tive uma idéia geral de como era a comunidade. Pensei em entrar novamente, sozinha, mas fiquei apreensiva. No Escritório de Revitalização, fui informada de que seria melhor eu não ir sozinha, muito menos à tardinha. Rosa, que trabalha no Escritório, me indicou, como contato, a diretora da Escola do Pilar e uma pessoa da Diagonal, empresa de consultoria contratada pela URB para trabalhar com os moradores o projeto de reforma urbanística na comunidade. Na escola, fui muito bem recebida pela diretora, que me apresentou algumas mulheres que lá se achavam e que moravam na

comunidade. Três entrevistas foram feitas na secretaria da escola mesmo. Depois fui ao escritório da Diagonal, que fica situado em uma sala da escola, onde falei com Regina que me deixou a par de todo o trabalho realizado pela Diagonal, me explicou as diretrizes do plano de urbanização da área, e traçou um quadro das condições de vida atuais dos membros da comunidade. Como a comunidade vivia dias de tensão, pois havia ocorrido uma morte e a polícia tinha feito uma batida no local, Regina me orientou a procurar pessoas que moravam em locais mais acessíveis, para evitar que eu me adentrasse muito na área e me expusesse. A partir das indicações, fiz uma entrevista com Seu José, comerciante instalado próximo à Fábrica Moinho Recife e Dona Sílvia, que mora na rua Bernardo Vieira de Melo.

Ao reler as primeiras anotações do meu diário de campo vejo como minha percepção do Bairro mudou ao longo do período de observação. Trabalhando o olhar, fui adaptando-o e descobrindo novas realidades, novos aspectos. Ouvir os depoimentos dos moradores me ajudou a ampliar essa nova perspectiva e seguir em frente com o trabalho de análise.

II – ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA E A CIDADE

A antropologia desde o início buscou o exótico, o diferente, o que ficava distante dos locais de residência dos pesquisadores, que viajavam horas, dias, para chegar ao local onde estavam os grupos a serem estudados, geralmente povoados e aldeias. Durante o século XX ocorreram profundas transformações políticas, físicas¹⁴ e culturais em todo o mundo, mudando também esses exóticos distantes. Os antropólogos que iam, na segunda metade do século XX, para a África ou vinham para a América começaram a questionar o fim da antropologia, pois os povos “primitivos” ou estavam “acabando”, ou se “misturando” com os “desenvolvidos”. Quando Lévi-Strauss veio ao Brasil trouxe consigo a preocupação com o desaparecimento do objeto de estudo antropológico chegando a concluir que o exotismo teria que ser reconstituído “*com auxílio de fragmentos e destroços*” (2000:39) que agora se extinguíam.

Essa inquietação na antropologia vem junto com diversas transformações no mundo, que em sua maioria estão associadas de alguma forma, e são impulsionadas, pelos avanços tecnológicos. Ocorrem mudanças na produção, no mundo do trabalho, na vida econômica, na própria maneira de experienciar a vida, na natureza do estado e nos domínios territoriais, na esfera do conhecimento e da ciência (Castells, 1999; Sassen 1991).

Augé (1999) alerta para a necessidade de uma antropologia para o nosso tempo. Para ele, a antropologia continua possível e mais que nunca é útil e urgente. Os outros exóticos foram “destruídos” pela globalização, mas as relações entre nós e o outro, o outro e seus congêneres, continuam. Todos somos contemporâneos e mesmo assim as

diferenças continuam demarcadas, até em âmbito espacial. O nosso mundo atual é unificado e plural, heterogêneo e interligado.

A antropologia contemporânea mantém seu foco, que é o outro. Este outro agora está mais próximo e é necessário procurar olhar o outro no si-mesmo, o exótico no familiar “- *e esta alteridade corresponde à distância necessária para que uma observação seja possível, que não se assemelha a uma simples auto-reflexão*” (Augé; 1999:63). O objeto antropológico será sempre o outro, esteja próximo ou distante.

Igualmente, ao se falar em mundo conectado e em espaços de fluxo (Castells, 1999), a importância do espaço retorna à discussão. Hoje as facilidades de locomoção e comunicação provocam processos como desterritorialização, transnacionalidade e identidades deslocadas e desprendidas de espaços (Hall, 1999). Como fica a antropologia nesse aspecto? Arantes (2000a) afirma que mesmo nas ditas *idades globais* onde

“impera a comunicação mediatizada e a assim chamada desterritorialização das práticas sociais, para se compreender adequadamente o modo como se estrutura a vida social, as identidades e o sentimento de participar de uma nação, o espaço importa”(pg. 13).

Gupta e Ferguson, que discutem conceitos de espaço, diferença e identidade no artigo “*Mais além da ‘cultura’...*”, nos dizem:

“Uma antropologia cujos objetos não são mais concebidos automática e naturalmente ancorados no espaço precisará dar atenção especial ao modo como espaços e lugares são construídos, imaginados, contestados e impostos. Nesse sentido, não é um paradoxo dizer que as questões de espaço e lugar estão, nessa época

¹⁴ Refiro-me às transformações no ambiente natural, como o crescimento das cidades repletas de grandes construções e concreto; a destruição de florestas, matas, rios; os efeitos do homem sobre a natureza, transformando o espaço e adaptando-se a ele.

desterritorializada, mais que nunca no centro da representação antropológica” (2000:44).

Partindo do ponto de vista de que a construção do lugar permanece no centro da atenção antropológica, ainda que de um outro ângulo, segue-se adiante na discussão do papel da cidade, como lugar fértil e aglomerador de atividades, grupos e culturas, levando em consideração suas estratégias para sobreviver e renovar-se no mundo globalizado.

2.1 – O estudo de e em cidades

As rápidas transformações que ocorrem no mundo nos levam a promover mudanças em nossos estilos de vida e visões de mundo. O excesso de contato com o outro, facilitado pela tecnologia da comunicação, gera uma busca por uma raiz, por uma identidade (Featherstone, 1997) e, ao mesmo tempo, crises e luta por direito à diferença (Costa, 2002:20). A multiplicidade de identidades e acontecimentos desse mundo interligado pode ser encontrada com mais facilidade nas cidades, onde está situada grande parte da população mundial, onde se tem um maior acesso à tecnologia e onde há uma maior circulação de pessoas e imagens.

O estudo em cidades e sobre cidades vem ganhando importância na antropologia nas últimas décadas, como expressam as contribuições de Velho (1978, 1980, 2002), Oliven (1980, 1992), Arantes (2000a, 2000b), Magnani (2000, 2002).

Um dos primeiros antropólogos a enveredar por essa área foi Gilberto Velho, o qual no final da década de 60 desenvolveu seu primeiro trabalho em antropologia urbana. A Utopia Urbana, publicado em 1972, diz respeito a um estudo realizado em um edifício em Copacabana, no Rio de Janeiro. Falarei um pouco desse trabalho, para

ilustrar uma pesquisa em antropologia urbana e reforçar sua importância dentro desse ramo da disciplina.

Como habitante do bairro de Copacabana havia quase duas décadas, Velho percebeu várias mudanças no bairro, entre elas a ampliação do contingente populacional que estava refletida no aumento das construções de prédios e da presença de Copacabana na mídia. Essa situação o deixou curioso. De onde vieram esses novos residentes? Por que essas pessoas vieram morar aqui em Copacabana? Quem são os moradores do bairro? Foi com essas perguntas em mente que Velho decidiu fazer um estudo na área para respondê-las. Seu objeto de estudo foi o prédio onde morou por quase dois anos, de julho 1968 a março de 1970, e alguns outros moradores do bairro.

Como a antropologia urbana ainda estava engatinhando, como o próprio autor diz no livro, Velho tinha em suas mãos o problema de como fazer essa pesquisa no próprio bairro e, mais, no próprio prédio em que residia. Para realizá-la, Velho utilizou-se de entrevistas e observações realizadas por ele mesmo. Porém, como as relações entre vizinhos, como ele constatou, não eram das mais afáveis, duas alunas o ajudaram nas entrevistas e aplicaram questionários, o que veio ajudar muito com dados complementares, pois estas duas eram pessoas de fora do convívio, pessoas desconhecidas.

Para nos introduzir no mundo pesquisado, Velho descreve o bairro de Copacabana com bastante zelo e também conta um pouco de sua história. Em linhas gerais, é a partir da década de 1940 que o bairro se expande. Novos prédios foram edificadas. A construção do Túnel Novo, fazendo a ligação do bairro com o centro da cidade, aumenta o fluxo de pessoas na área. Mais gente passou a morar e a frequentar Copacabana. Na década de 1950, “*a densidade demográfica, ..., é uma das mais altas do mundo*” (Velho, 1978:28).

O edifício estudado, denominado de Estrela, estava localizado em uma das partes mais movimentadas do bairro. Era um prédio de “*dez andares com dezesseis apartamentos por andar e uma cobertura com seis apartamentos idênticos aos andares inferiores*”(Velho,1978:29). Esses apartamentos eram pequenos, com 39 m². Os moradores do edifício viviam em conflito entre si, seja porque o barulho de um apartamento incomodava o outro, ou por conta das roupas estendidas nas janelas, ou pelas fofocas sobre marido batendo em mulher (1978:45). Pelos moradores da região, o prédio era considerado um “balança-mais-não-cai”, um local de padrão moral baixo, pois era comum pessoas alugarem os apartamentos para encontros furtivos (1978:34).

Através da análise dos dados, Velho percebeu que a maioria dos residentes do edifício que veio de outros bairros da cidade, veio da zona norte. Os que vieram de outros estados e se instalaram em Copacabana, o fizeram praticamente pelos mesmos motivos que atraíram aqueles que residiam na cidade: Copacabana era um bairro moderno, movimentado, onde se tinha facilidades, diversão, liberdade. Onde era mais fácil viver e onde moravam vários parentes. Viver em Copacabana era o sonho de consumo de muitos. A mídia juntamente com os construtores lançavam para as pessoas imagens do bairro de felicidade, beleza, alegria e riqueza. Em suma, o bairro era o melhor lugar para se viver, mesmo que em cubículos.

Era essa a forma de pensar das pessoas que se mudaram para edifícios como o Estrela. Pessoas que vieram da periferia ou bairros da zona norte, deixando para trás casas espaçosas em busca dessa vida magnífica que era propagada pelos meios de comunicação. Nessas localidades dizer que morava em Copacabana era sinônimo de luxo, era *status*. A presença de parentes na área não significava laços. Talvez uns não queriam ficar com um *status* mais baixo e se mudavam para o bairro.

Velho conclui que existe toda uma imagem da sociedade construída por ela própria e Copacabana significava *status* para o lugar de origem das pessoas que se mudaram para lá naquele momento de expansão, mesmo que isso implicasse redução de espaço e vizinho inconvenientes. O fato de morar junto à praia e em um lugar movimentado, considerado moderno e variado pelo próprio morador e por grande parcela da sociedade, compensava as inconveniências e desconfortos de residir em prédio de menor *status* dentro do bairro. Dentro dessa imagem da sociedade, o local de moradia, entre outros aspectos, é de maior peso para classificação da posição social e grau de poder das pessoas.

Velho levantou questões e apontou soluções a respeito da alteridade e de como se fazer antropologia urbana, contribuindo muito para o aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de pesquisas urbanas, sejam elas nos bairros em que vivem os pesquisadores ou entre grupos que convivem com os antropólogos. A necessidade do trabalho de campo, da observação participante, é sempre enfatizada por ele como maneira de “*ir além das ‘aparências’ e identificar os ‘códigos’ nem sempre explicitados*” (1978:90). Os obstáculos que sempre aparecem e os truques usados durante a pesquisa também são discutidos pelo autor.

Após essa pesquisa em Copacabana, Velho continuou a investigar em cidades destacando as questões de individualidade (1994), cultura de classe média (1994) e desvio, entre outras.

Oliven (1980, 1992) nos diz que a princípio, estudos antropológicos em cidades e de grupos urbanos podem soar um pouco estranhos, sobretudo para a época em que escreveu, mas que é possível realizá-los visto que a Antropologia dispõe de instrumentos para tanto. Argumenta que desde sua origem no Brasil, a Antropologia estuda comunidades que têm a cidade como pano de fundo e que pesquisas em

contextos urbanos sempre ocuparam um lugar de importância na disciplina contribuindo com estudos relevantes.

Entre teorias que analisam a cidade discutidas por Oliven (1980), estão as que classificam a cidade como uma variável independente, considerando o modo de vida originado por ela como sua maior consequência, “*concedendo assim um forte valor explicativo ao urbano per se na análise de vários fenômenos que ocorrem no seu interior*” (pg.29). Sociólogos da Escola de Chicago, representantes deste segmento, estavam preocupados em analisar a desorganização, criminalidade, patologias causadas pela cidade, além da oposição entre moderno e tradicional, cidade e campo. E as teorias que a encaram como apenas um lugar onde as coisas acontecem, um aglomerado de diversas pessoas realizando diferentes e desiguais processos e práticas, não sendo a causa, mas podendo intervir nos seus desenvolvimentos.

Oliven (1992), alerta que a realização de pesquisas na sociedade em que o pesquisador vive requer a interpretação da própria cultura, tarefa aparentemente fácil por acharmos que conhecemos essa realidade. Através do trabalho de campo conciliando a observação participante, entrevistas abertas e outros métodos e técnicas qualitativos, o pesquisador pode construir novas interpretações da realidade e do grupo estudados exercendo, desta forma, a Antropologia um papel importante na compreensão da vida urbana nas sociedades complexas.

Assim como Oliven, Velho (2002) reforça a importância da pesquisa antropológica no meio urbano para o melhor entendimento dessa realidade mostrando que o leque de temas e assuntos abordados por esse ramo da disciplina vem aumentando com o passar dos anos, possibilitando um maior conhecimento das visões de mundo dos mais diferenciados atores sociais e resultando em trabalhos que estão ajudando no

desenvolvimento de políticas públicas alicerçadas em reais problemas e necessidades dos vários segmentos da sociedade.

“O tipo de trabalho que os antropólogos costumam realizar através de suas pesquisas pode ser um dos instrumentos para a valorização de um planejamento que sustente políticas públicas efetivamente democráticas. Concomitantemente, trata-se de valorizar o conhecimento em detrimento de iniciativas demagógicas e populistas, desprovidas de qualquer embasamento científico” (Velho, 2002:41).

Na linha de pesquisa em cidades, Arantes (2000a, 2000b) focaliza o patrimônio e a maneira como ele é socialmente construído; as transformações nos espaços públicos, procurando analisar o papel dos meios de comunicação na construção da imagem desses espaços e como a paisagem edificada interfere na formação das práticas sociais; a diferença nas cidades e o deslocamento dos direitos de cidadania pela cultura de consumo.

Arantes (2000a) menciona que as partes da cidade pertencem simbolicamente a algum grupo. Passando cotidianamente, repetimos os mesmos caminhos, não nos damos conta de que podemos ter um outro olhar e perceber essas apropriações, essas marcações de fronteiras e lugares. Em *Paisagens Paulistanas*, por exemplo, Arantes faz um percurso pelo centro de São Paulo percebendo como as pessoas que vivem na rua a utilizam e como constroem fronteiras, porosas e invisíveis. A partir do metrô, percebe-se que grupos de classe alta e média se deslocam pela cidade sentindo-se seguros, vigiados por sistemas de segurança eletrônica. Chegando às ruas, próximo a monumentos históricos, esta sensação de segurança é abalada pela presença de mendigos, drogados, crianças em situação de rua. Olhares, gestos e movimentos de seus corpos podem ser incompreensíveis para um estranho na área, além de causar medo. Nesse trabalho, Arantes observou os principais marcos históricos da cidade, mostrando

como eles são utilizados de formas diferentes nas diversas etapas do dia por vários indivíduos e grupos, as relações existente entre eles e como esses monumentos e atividades são marcos de referência e delimitam territórios.

“Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de ‘pertencimento’. Os lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros, como se fossem um gigantesco e harmonioso mosaico. A meu ver, eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição, onde atores e cenários desenvolvem atributos análogos ao que Victor Turner conceituou como limiares.” (Arantes, 2000a:106).

Contribuindo para a importância do estudo de e em cidades, a análise das transformações do espaço público tem ganhado força também segundo outras perspectivas, marcadamente aqueles constituídos através da revitalização de centros e sítios históricos. No caso do objeto de interesse deste estudo, o Bairro do Recife vem sendo analisado de diferentes ângulos, mais principalmente sob olhares de arquitetos e urbanistas (Botler, Pereira & Jurema, 1995; Gomes, 1995; Zancheti, 1995; Zancheti, Marinho & Lacerda, 1998; Medeiros, 2001).

Privilegiando uma perspectiva antropológica estou focalizando nesta dissertação as transformações recentes – 1993-2003 – que tornaram o Bairro do Recife, ou Recife Antigo, um pólo de trabalho e lazer. Estudar esse espaço que se transforma, resgatando sua história, revitalizando sua imagem e buscando estratégias de desenvolvimento e competitividade num mundo globalizado, é de grande valor, sobretudo quando

“o patrimônio cultural e as cidades históricas, por exemplo, passaram a ocupar lugar de destaque na vida cotidiana e na economia, na qualidade de pontos nodais de um sistema mundial de circulação de pessoas, signos e capitais.” (Arantes, 2000b:07).

O Bairro do Recife, região onde a cidade do Recife começou, vem sendo revitalizado, tendo sua imagem reconstruída e suas funções transformadas, caminhando junto com a tendência mundial. Suas ruas, seus prédios, seus espaços estão se adaptando a novos papéis e novos usos. Certos usos desse espaço são mais conhecidos e reconhecidos, inclusive pela Prefeitura que, por exemplo, separa determinadas áreas do bairro para público diferenciado, promovendo eventos específicos.

Considero o *velho-novo* espaço, um espaço urbano que tem em especial o investimento econômico e simbólico recebido. Olharei esse espaço “de perto e de dentro” como sugere Magnani (2002), incorporando atores e práticas que ampliariam “a *compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas*” (2002:11).

2.2 – As cidades e a economia global

As cidades vêm recebendo destaque dentro da economia global. Sassen (1991, 1998, 2002) enfatiza o papel das cidades globais na economia mundial. Segundo a autora, dentro desse contexto de dispersão de produção e de interdependência das economias, criou-se uma necessidade de centralização do controle, planejamento e gerenciamento e certas cidades assumiram essa função de controlar, planejar e gerenciar a circulação desses bens, serviços, informações, pessoas e tecnologias. Estas cidades são

chamadas pela autora de *ciudades globais* e se tornaram “*núcleos de um vasto sistema de comunicações e de mercado*” (2002: 192).

O declínio do modo de produção industrial que concentrava todas a etapa da produção no mesmo lugar, o surgimento e o crescimento de novas formas e meios de produção, com cada fase sendo realizada em um lugar do mundo, e a transformação na economia de mercado e negócios impulsionaram o surgimento desse tipo de cidade, as quais já desempenhavam um papel importante dentro de seus países e também no mundo. Além do papel que já exerciam, a existência de certos atrativos, como pessoal especializado, investimentos para atender as demandas geradas por essa nova forma de organização comercial e a decadência de outros centros regionais que competiam com essas cidades, facilitaram o alcance do posto de *cidade global*. Sassen (1991) aponta Tóquio, Nova Iorque e Londres como *ciudades globais* principalmente porque elas são responsáveis por conectar o mundo. São o ponto para onde as economias, informações e pessoas convergem, onde se cruzam e se encontram. Cidades como São Paulo, Paris, Hong Kong, Frankfurt continuam a ser importantes, exercendo papel de centralidades para seus países e/ou suas regiões, formando redes locais que se conectam com outras redes e outros pontos importantes do globo através das *ciudades globais*. Para Sassen, as *ciudades globais* não competem entre si, se complementam. A ascensão ao posto de *cidade global* é explicada por diversos fatores, especialmente pela forma como hoje é realizada a produção e pela possibilidade de controle à distância das várias etapas do processo de produção devido aos avanços tecnológicos. No caso de Tóquio, a autora menciona que a cidade assumiu mais recentemente esse posto sobretudo pelo fato de dispor das ferramentas necessárias para o controle da produção das indústrias que, nos anos 80, se deslocaram para países asiáticos em busca de mão-de-obra não especializada e barata.

Para o seu funcionamento, as *cidades globais* dispõem de equipamentos, mão-de-obra e serviços: redes hoteleiras internacionais, conglomerados de edifícios empresariais, mão-de-obra especializada, bom funcionamento dos serviços de telecomunicação e transporte, por exemplo. As funções que essas cidades exercem requerem serviços altamente especializados, buscados em todo o mundo, atraindo cada vez mais pessoas para esses centros. Para atender a esses trabalhadores de alta renda brotam serviços que atendem a seus gostos e vontades: lojas sofisticadas que comercializam alimentos ou roupas, restaurantes luxuosos, entre outros, tornando as cidades bastante parecidas nesse aspecto. Os serviços braçais, os quais não exigem especialização, necessários para o funcionamento de toda essa rede de altos serviços e negócios, são preenchidos pela população local. Criam-se empregos com altíssimos e baixos salários, achatando a classe média, que tende a sair da cidade por causa do aumento no custo de vida, contribuindo para o aumento da desigualdade social (Sassen, 1991, 1998).

Borja (1996), um outro autor que analisa o papel das cidades nesta nova ordem mundial, aponta as cidades como protagonistas, promovendo o desenvolvimento econômico e assumindo um evidente papel político. *“É na cidade que se tem construído não só a organização democrática, mas também a economia competitiva”* (1996:81).

Porém na América Latina esse processo sofre limitações:

“os efeitos sociais das políticas de ajuste, que se somaram às desigualdades e marginalidades herdadas; a fragilidade do tecido sócio-cultural das cidades e os graves déficits de infra-estrutura e serviços públicos têm atrasado a emergência das cidades como protagonistas.” (Borja, 1996:81).

Os governos das cidades têm um papel importante nesse caminho rumo a uma cidade competitiva. Borja (1996) propõe a elaboração de um planejamento estratégico.

Um plano viável para o futuro que abarque o público e o privado, que integre a população, que invista em infra-estrutura, segurança e qualidade de vida, construa ou modifique a própria imagem para si e para o exterior.

O turismo tem tido uma relevância nessa construção de uma cidade competitiva. Países latino-americanos estão investindo fortemente na indústria do turismo como uma forma de dar impulso ao desenvolvimento econômico. As cidades turísticas, e as que querem se tornar pólos de afluxo de turistas, estão recebendo, tanto do setor público quanto do privado, recursos para reforma e reestruturação de seus centros históricos e bairros degradados, elevando a auto-estima de seus moradores e usuários e promovendo lazer, diversão e história (Azevedo, 1994; Zancheti; Marinho & Lacerda, 1998; Leite 2001; Zanforlin, 2001).

O caso de Lisboa, discutido por Costa (2002), é um bom exemplo dessa adequação realizada pelas cidades. Em 1998, Lisboa sediou a Exposição Mundial, que recebeu a visita de mais de 10 milhões de pessoas, a qual tinha como tema os oceanos, um *“tema universal de atualidade”* (pg.22). Para o evento, foi feito um grande investimento, uma reforma urbanística, numa região ribeirinha degradada. Desde o começo, o projeto Expo’98 pretendeu *“projetar no mundo, mas também junto da própria população nacional uma imagem de modernidade recém-alcançada”* (pg.22) e também

“fazer dessa realização uma alavanca adicional de modernização, em diversos domínios, desde os científico, tecnológico e ambiental, até, em muito especial, aos que tinha a ver com a promoção de um cosmopolitismo cultural atualizado e de um ambiente urbano renovado” (Costa, 2002:23).

Lisboa é um exemplo das estratégias adotadas pelas cidades, muitas na margem do sistema econômico, que consistem em transformar a imagem para si e para o outro,

obter prestígio, confiança, destaque e importância no circuito mundial, através de reformas, notadamente de áreas degradadas, simbolizando uma reação, uma nova força. Essa tática é comumente aplicada a sítios históricos na busca de um diferencial, o qual se acredita que esteja na história peculiar a cada cidade, mesmo que essa história seja deturpada ou sirva apenas de pano de fundo para atividades que nada tenham a ver com história.

2.3 – Centros históricos e revitalização

Assim como o caso de Lisboa, o Recife também faz uma mudança em sua imagem interna e externa, seguindo uma tendência mundial:

“uma clara estratégia de marketing econômico e político desenvolvido com o objetivo de promover as cidades como sítios competitivos na disputa por recursos materiais e simbólicos, no interior dos fluxos globais” (Arantes, 2000a:155).

Centros históricos revitalizados são considerados por Arantes (2000a:152) *“obras de natureza cenográfica”*, pois *“projetos de iluminação, de paisagismo e fachadistas enquadram e valorizam fragmentos episódicos e fugazes da paisagem, feitos para fruição efêmera (bens pouco duráveis) e para contemplação à distância (de natureza cenográfica)”* (Arantes, 2000a:152-153). Segundo Arantes, os investimentos privilegiam apenas pontos que possam se tornar cartão postal para a cidade. Seu entorno não sofre valorização. Essas áreas revitalizadas são compostas, segundo ele, por *“vigilância, luz e narrativas bem elaboradas pela mídia”* (160), preenchendo a necessidade de segurança dos indivíduos.

Vivemos numa época de imagens, em que elas são criadas, reproduzidas e acreditadas, como sugere Appadurai (1997). Acredita-se tanto nessas imagens criadas

que elas terminam por se tornar um pouco real, um espetáculo. Busca-se um território, um passado, mas o que se tem, muitas vezes, é um passado que nunca existiu, um passado falso, construído a partir do agora.

Muitas das cidades que estão revitalizando seus centros e sítios históricos investem não somente na recuperação de fachadas, mas também se preocupam em levar tecnologia a essas áreas, como é o caso do Bairro do Recife. Arantes (2000a) chama atenção para o fato de que a

“acumulação informacional e tecnológica gera hierarquias até dentro da própria cidade. A globalização reestrutura o espaço público formando pontos estratégicos onde se concentram capital, empresa, força de trabalho e signos sobre um espaço que é transnacional”
(156).

Dentro desse contexto de revalorização de áreas históricas, atribuindo-lhes novos significados, explorando bens culturais e voltando-as principalmente para o lazer e o turismo, nos deparamos com vários casos de cidades brasileiras, entre elas Salvador, São Luís e Rio de Janeiro.

Entre essas cidades, talvez a transformação do centro histórico de Salvador tenha sido uma das mais comentadas pelos meios de comunicação. A Operação Pelourinho, como foi chamada a intervenção, foi lançada em 1992 com o intuito de recuperar e preservar seu conjunto arquitetônico e urbanístico. O Governo do Estado da Bahia, visando a inserção da cidade de Salvador via turismo nas redes da globalização, iniciou a recuperação/revitalização/reabilitação/requalificação da região dando um tratamento adequado às ruas, afastando a antiga população residente, pessoas de baixo poder aquisitivo, retirando a prostituição e a criminalidade, policiando a região, deixando o Pelourinho *“limpo, escovado e policiado”* (Azevedo, 1994:131). Um investimento maciço em propaganda foi realizado dentro e fora do país para transmitir a todos a nova

imagem do lugar. A finalidade de transformar o sítio histórico em atração turística, através da valorização do conjunto edificado e da utilização da identidade negra vinculada ao lugar, foi atingida, recebendo elogios e críticas de todos os lados. Azevedo (1994) concorda com o argumento de que os antigos prédios, em ruínas, foram salvos, porém critica o fato de a região ter sido transformada em uma coisa que nunca fora. As cores berrantes das fachadas, todas padronizadas, as reformas internas dos sobrados feitas de forma grosseira, a teatralização e indústria da bahianidade e a falta de vida própria de um bairro são itens que o levam a questionar até que ponto essa intervenção foi um sucesso e para quem. Azevedo (1994:137) critica a transição forçada e sem sensibilidade sem permitir que a própria cidade se transforme gradualmente, de acordo com os desejos e vontades de seus habitantes, impondo uma “*vida anti-natural*”, “coisa pra gringo ver”. Fernandes & Gomes (1995:51) consideram o projeto arrojado, principalmente por ter conseguido em pouco tempo reverter o processo de degradação que a área vinha sofrendo, porém criticam a falta de critérios na reconstrução da área, de forma que os resultados poderiam ser “*menos mercadológico e mais propositivo*” e ressaltam os conflitos que estão surgindo entre os novos frequentadores e donos do pedaço e os usuários mais desfavorecidos, que não são consumidores dos bares.

Outro caso que ficou bastante conhecido foi o da recuperação do centro histórico de São Luís, no Maranhão. No final da década de 70 o Governo Estadual estudou um modo de preservar a área histórica da capital do estado que passava por um processo de degradação. A partir de 1980 começou a ser implementado o Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís que continua até hoje. A manutenção do uso residencial, o incentivo a manifestações culturais, a adequação dos serviços públicos, o apoio à instalação de centros profissionalizantes e a restauração do patrimônio edificado e ambiental de forma a reintegrá-lo à dinâmica da cidade estão entre as propostas mais

bem sucedidas do Programa (Andrés, 1995). Com o investimento recebido do governo estadual para o incentivo do turismo na região, hoje São Luís conseguiu conquistar um lugar nas rotas turísticas do nordeste, aparecendo em telenovelas e em jornais, explorando seu potencial histórico e cultural.

No caso do Rio de Janeiro a intervenção se deu inicialmente em uma rua, a Sete de Setembro, no centro da cidade. O projeto Corredor Cultural estimulou a revitalização das atividades existentes no local e a recuperação dos imóveis, além de promover uma campanha de sensibilização e incentivo de seus proprietários, através de isenção do IPTU. Com o apoio do Projeto Cores da Cidade, o mesmo que apoiou a revitalização da Rua do Bom Jesus no Recife, foi realizada uma pesquisa sobre as cores originais dos edifícios para posterior pintura das fachadas (Fingerut, 1995). Edifícios históricos também foram recuperados e seus usos modificados com é o caso do Paço Imperial, antiga residência do Imperador, que hoje é um espaço de cultura e lazer composto de sala de cinema, salas de exposições e cafês.

Assim como essas intervenções supracitadas, o centro histórico do Recife, está passando por um processo de reforma/requalificação/revitalização e atraindo os olhares da população local e do meio acadêmico.

2.3.1 - A Revitalização do Bairro do Recife como Objeto de Estudo

O processo de revitalização do Bairro do Recife foi objeto de estudo realizado de vários ângulos diferentes por profissionais de diversas áreas, analisado e questionado em artigos e teses de mestrado e doutorado.

O arquiteto Gomes (1995) questiona o porquê de a intervenção ter sido realizada no Bairro do Recife e não nos Bairros de Santo Antônio e São José, já que a justificativa

da restauração de um centro histórico poderia ser utilizada para contemplar esses bairros, que concentram um conjunto arquitetônico de valor histórico e artístico maior do que o do Bairro do Recife. Em sua opinião, o Bairro do Recife pode ser considerado o centro histórico do Recife, porém vem sendo descaracterizado desde sua origem e nunca teve edifícios monumentais. O autor supõe que o Bairro foi escolhido como carro principal da política municipal da época por não fazer parte de áreas de especulação imobiliária e critica o fato de o lugar estar abandonado, de ser um lugar por onde ninguém passa. Alegando descontinuidades políticas, Gomes termina seu artigo com uma forte descrença na consolidação da revitalização do Bairro: “...vai se transformando somente numa boa esperança” (pg.94).

O arquiteto Sílvio Zancheti, que participou da elaboração do Plano de Revitalização, publicou, sozinho ou em parceria com outros profissionais, vários artigos sobre o Plano, desempenho e expectativas (Zancheti, 1995; Zancheti & Lacerda, 1998; Zancheti; Marinho & Lacerda, 1998), nos quais expõe as propostas, estratégias de parcerias e financiamento, ações previstas, e analisa as já ocorridas transformações na economia, imagem e infra-estrutura do local.

Ainda na especialidade de arquitetura e urbanismo, Medeiros (2001), na dissertação “*Expressões e sentidos da revitalização do Bairro do Recife: Limpeza, beleza e política de vida*”, aborda como o planejamento e a gestão do urbano podem incluir os desejos dos atores sociais, aqui considerados os planejadores e os que testemunharam o processo de revitalização, considerando a nossa época em que as cidades criam vantagens e atrativos para investimentos de grandes grupos econômicos, inserindo-se num perfil competitivo. Entre essas vantagens está a construção de uma nova imagem associada à prosperidade. Nesse contexto, a autora percebe o Bairro do

Recife como um recurso, um produto a ser oferecido pela Cidade do Recife, reflexo dessa nova ordem.

Através de entrevistas, a autora identificou três categorias de significação da revitalização, citadas no título de sua dissertação. Por limpeza e beleza entende-se a padronização, cenarização, simulação e exclusão relativas ao processo, que encara o centro histórico como um local sem vida própria, sendo a Rua do Bom Jesus o retrato desses significados. Por política de vida entende-se o rompimento com os padrões impostos. Para Medeiros, a revitalização do Bairro do Recife está ameaçada pela fragilidade e instabilidade inerente ao simulacro. O processo não se apropria do sentimento de pertencimento que há nos velhos habitantes e trabalhadores locais, não insere camadas menos privilegiadas economicamente nem consegue lidar com imprevistos. A autora recomenda um fazer urbano mais aproximado do vivido, um maior contato entre técnico e população, de modo que a desordem seja aproveitada e transformada em "*soluções criativas*" onde os múltiplos possam conviver.

Na área de comunicação social, Zanforlin (2001) escreveu uma monografia na qual discute a economia mundial, a sociedade de consumo e a cidade pós-modernizada, cidade esta que passa por práticas de *gentrification*, ou enobrecimento, tornando-se uma cidade-produto pronta para ser consumida, um parque temático repleto de simulações e cenários onde há a celebração da diferença. O Bairro do Recife, reformado, redesenhado, remodelado é encarado como uma estratégia do Recife para competir dentro dessa nova lógica que transforma certos locais da cidade em mercadorias. A autora ressalta a ajuda do movimento *mangue beat*¹⁵, que resgata os ícones recifenses, como o mangue, o caranguejo, o rio e as pontes, na edificação e difusão da nova imagem da cidade; compara a ilha a um parque temático com espaço para múltiplos

segmentos de consumidores, dando o exemplo da frequência nos distintos Pólos Bom Jesus e Moeda; e afirma que o Recife Antigo, que se diferencia do Recife Velho pelas transformações sofridas tanto pelo físico quanto pelo simbólico, reinventando um passado e o transformando em *souvenir*, tornou-se um simulacro, "*paródia de um passado que nunca existiu*"(pg.40). O processo de *gentrification* modifica paisagens, tornando-as similares em qualquer parte do mundo, e reforça uma busca por distinção, muitas vezes inventadas, impostas ou forçadas. "*Em tempos de sociedade de consumo a ordem é simular, reinventar e vender. Nada escapa à voracidade do mercado*"(pg.43).

Assim, como Zanforlin discute as adaptações da cidade atual, tendo o Bairro do Recife como um exemplo local desta tendência, Leite (2001) discute esses aspectos confrontando-os com o consumo cultural, as transformações no conceito de patrimônio e suas conjunturas políticas e a qualificação de um espaço urbano como espaço público. Focado nos usos e contra-usos de um espaço urbano contemporâneo (re)inventado, Leite discorre sobre a construção dos lugares, repleta de conflitos e muralhas.

O autor escolheu o Bairro do Recife como objeto porque, para ele, este foi o único caso de tombamento que levou em conta o fato de o bairro formar um conjunto arquitetônico eclético, onde está presente um pouco do Brasil holandês, do Brasil moderno do início do século XX e da arquitetura contemporânea, comprovando as mudanças nos conceitos e políticas patrimoniais. O autor analisa a utilização do bairro pela população moradora, trabalhadora e freqüentadora, percebendo uma clara divisão dos usos entre áreas e tempos. Através de observação e de entrevistas o autor compreende como os espaços são apropriados e definidos pelos indivíduos, erguendo, desse modo, fronteiras e limites invisíveis respeitados. A esses espaços são atribuídos valores e sentidos, se tornando *lugares*. É, então, a partir da construção de lugares,

¹⁵ Movimento Cultural recifense do início da década de 1990 que pregava a aliança entre o local e o global. Tinha como símbolo uma pata de caranguejo enfiada na lama que captava informações distantes como uma antena

espaços carregados de significados, que um espaço urbano, destituído de valor, se torna um espaço público.

O autor analisa o processo de revitalização e percebe que certos usos foram esperados, e até influenciados, pelo Plano. O principal uso ambicionado pelo Plano de Revitalização, como já visto, é o da diversão, do lazer, já que o Bairro se tornou uma área bonita, agradável, segura e limpa – no aspecto da limpeza física e social, pois programas de retirada de menores da rua e toques de recolher chegaram a ser estabelecidos por órgãos responsáveis a fim de deixar o ambiente ‘limpo’ - além de ser histórica. Porém, em meio a tensões existentes na construção dos lugares, contra-usos brotaram na ilha ‘reavivada’. Leite cita o exemplo da Praça do Marco Zero a qual foi tomada e assumida como palco de visibilidade e várias manifestações políticas ocorreram no local, a exemplo da comemoração da vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição municipal de 2000, contrariando as expectativas para ‘*a menina dos olhos*’ de governantes de tendência políticas diferentes. Além desse caso de contra-uso, Leite aponta também o estabelecimento espontâneo de um pólo alternativo na Rua da Moeda, opondo-se aos princípios de *gentrification*, ou enobrecimento, que se referem a escolha e reapropriação de uma determinada área da cidade para transformá-la em centralidade e desta forma receber investimentos públicos e privados, impondo valores e símbolos de uma nova camada social resultando em uma "paisagem de poder" (Zukin, 2000) assimetricamente apropriada. A fuga dos catadores de lata à aproximação do pesquisador e a surpresa ao serem bem tratados, revelam como estes são indesejados e como "participam" e "convivem" com a área revitalizada e mostram as desigualdades e diferenças da apropriação dos lugares pelos grupos, afirmando o caráter enobrecido do Bairro do Recife. Apesar dos esforços implementados na revitalização esses "ruídos visuais" e "fissuras" existem, e vão existir, no cenário.

Para Leite, na construção do espaço público, uma pluralidade de reivindicações distintas estão presentes e se articulando, nem sempre em harmonia. Os lugares são apropriados pelas práticas e políticas cotidianas. Não são apenas demarcados, mas também *"representam formas espacializadas e simbólicas de estabelecer singularidades de expressar dissensões e reivindicar direitos"*(pg.370). A construção social do espaço público *"não pertence somente a poucos iguais, mas a muitos diferentes"*(pg370).

Já Medeiros (2002) discute a globalização e suas conseqüências para as cidades e seus patrimônios considerados históricos. Medeiros usa o Bairro do Recife como objeto para ilustrar a questão principal de sua tese, que é o processo de construção social do patrimônio mundial. A escolha do Bairro do Recife como objeto de estudo pela autora é justificada pela necessidade de deslocar o eixo de atenção para o Nordeste, pelo fato de Recife exercer um papel influente na região, pelo caráter particular do processo de construção social do patrimônio cultural 'Bairro do Recife', pela acessibilidade das fontes e familiaridade com o objeto. Na tese a autora discute as esferas internacional, nacional e local de construção do patrimônio. São discutidas as mudanças ocorridas nas políticas patrimoniais no Brasil relacionando-as com as articulações que eram, e que ainda são feitas, entre conceitos de patrimônio locais, nacionais e internacionais. A autora lança a idéia de que estamos construindo patrimônios mundiais, não mais patrimônios nacionais. Para ela, as primeiras idéias de patrimônio nacional vêm da concepção modernista, da época em que se pretendia construir uma identidade nacional, quando foram estabelecidos padrões a serem respeitados, pois apenas caracterizavam um patrimônio nacional os bens e construções que se encaixassem nesses padrões. No âmbito dos conjuntos arquitetônicos inicialmente eram apenas considerados os conjuntos coloniais, a exemplo de Ouro Preto, primeira cidade a se tornar patrimônio

nacional. Com o passar dos anos, influências chegam de todas as partes modificando a conotação do que deveria ser considerado como patrimônio e, conseqüentemente, deveria ser preservado.

Medeiros percorre o caminho dessas mudanças desde o Brasil colônia, passando pela primeira metade do século XX, quando era majoritariamente considerado patrimônio apenas bens em 'pedra e cal', até chegar ao tombamento do Bairro do Recife, reflexo de um período em que a cultura material e imaterial são levadas em conta, levantando as condições em que seu tombamento foi realizado.

A conjuntura política da elaboração dos planos de intervenção, de reabilitação e de revitalização bem como os próprios planos são avaliados, seguindo a autora para um esboço das ações implementadas na área, além de apontar as alterações sofridas, levando sempre em conta as re-orientações das estratégias sob a influência do processo de globalização e de construção de um patrimônio mundial.

As datas das realizações dos trabalhos revelam a recente atração que o Bairro vem causando na área acadêmica. Esses trabalhos, que têm o Bairro do Recife como objeto, e o destaque dado ao Bairro nos meios de comunicação são a prova de que o processo de revitalização transforma e mexe bastante com o Bairro do Recife, assim como com a Cidade do Recife e com a sociedade local. Apesar do crescimento do número de trabalhos sobre o “Recife Antigo”, nenhum dos trabalhos mencionados considerou a população local como um todo, levando em consideração os outros habitantes e trabalhadores, que não os da comunidade do Pilar, como objeto principal de discussão, embora alguns autores discorram um pouco sobre o contraste existente entre os novos freqüentadores e a população local (Leite, 2001; Medeiros, 2001). Por essa e outras razões, neste trabalho, procuro descobrir, enxergar e dar visibilidade a essas pessoas e suas realidades.

III - O BAIRRO DO RECIFE

"Apenas o 'Povo'. O rio vinha contornando o istmo, juntava-se ao que descia suas águas pelos mangues do sul, e, reunidos, investiam o oceano na boca chamada pelos selvagens de 'paranambuco'... De assalto, quase sempre, as vagas golpeavam a murada dos arrecifes, cresciam num tapume de espumas, tombavam de supetão molhando pedras plantadas por Deus para darem abrigo e nome a uma cidade cujo destino andava ainda distante de se prometer." (Sette, 1978:27)



Figura 04 - Bairro do Recife/Séc. XVII. Fonte: Site da PCR

No início, ancoradouro de Olinda, sede da capitania. Uma lingüeta de terra que desde aí se estendia. Um povoado formado por pescadores. Uma restinga protegida por uma muralha

natural de arrecifes onde os primeiros futuros recifenses habitavam.

No início, ancoradouro de Olinda, sede da capitania. Uma lingüeta de terra que desde aí se estendia. Um povoado formado por pescadores. Uma restinga protegida por uma muralha natural de

Ribeira-Marinha dos Arrecifes, para os olindenses; Povo dos Arrecifes, Porto dos Navios, para os demais. Seja qual fora o nome recebido, a estreita faixa de *"terra estéril e arenosa"* (Sette, 1978:27) permaneceu quase um século, sem sofrer muitas alterações, como um povoado de gente ligada ao mar e de mercadores, composto por ruas estreitas e algumas edificações levantadas pelos portugueses como os Fortes de São

Jorge e do Bom Jesus, a cadeia, armazéns, docas e a ermida do Corpo Santo, além de palhoças (Sette, 1978:30). Mantinha laços com o mundo sendo porto de escoamento do açúcar da capitania de Pernambuco.

Em 1630, a concretização da invasão holandesa marcou o início de uma nova época para o povo da aldeia, a essa altura já chamada de Recife (Sette, 1978:29). O interesse dos holandeses pelas terras e riquezas brasileiras e o porto natural existente, na época a serviço da indústria açucareira, fez com que se instalasse nessa região a capital do império holandês no Brasil. O Conde Maurício de Nassau, representante da Companhia das Índias Ocidentais, não escolheu o Porto dos Navios para habitar devido às dificuldades naturais impostas. Preferiu se instalar na Ilha de Antônio Vaz, cercada de mangues e rios, com a intenção de transformá-la em cidade, passando a chamá-la de Cidade Maurícia. Com o palácio sede do império instalado onde hoje são os bairros de Santo Antônio e São José, Nassau deu início a grandes reformas em toda a área primitiva do que viria a ser a Cidade do Recife.



Figura 05 – Povo dos Arrecifes

Fonte: Site da PCR

Após incêndio e destruição de Olinda, provocado pelo holandeses, deu-se uma maior ocupação e expansão do Bairro do Recife, que cresceu através de sucessivos aterros. A construção de canais e pontes ligando a península à ilha e esta ao continente, os reparos na muralha de arrecifes, a liberdade de culto para católicos e judeus – que facilita o diálogo entre os habitantes da terra e os recém chegados – foram algumas das

mudanças realizadas pelos flamengos. De acordo com Sette (1978) esta foi uma época próspera para o bairro:

"...não haveria justiça em ressaltar a prosperidade do Recife após o incêndio de Olinda, e, notadamente, o período de Nassau, que não somente cuidaria da Cidade Maurícia, plantada na antiga Ilha dos Navios, mas igualmente estenderia seus cuidados à península onde se achava o ancoradouro e todos os serviços com ele relacionados" (p. 30).

A intervenção holandesa veio a ser a primeira grande transformação urbanística e cultural ocorrida nessa região, principalmente no futuro Bairro do Recife, desde os primeiros registros que datam de 1537 (Rezende, 2002:23).

No início do século XVII, Recife se consolidou como porto, o maior das Américas, exportando açúcar e importando negros e artigos para o bom funcionamento da economia açucareira.

Em 1709, por determinação da Carta Régia, o Recife deixou de fazer parte do território de Olinda (Rezende, 2002:23). Como é dos sonhos dos homens que uma cidade se inventa, parafraseando Pena Filho, Recife foi sendo inventada, expandida, seus arrabaldes virando povoados, freguesias, estradas sendo construídas para ligá-los ao centro, até que em 1823 foi nomeada cidade e em 1827 tornou-se a capital de Pernambuco (Rezende, 2002: 77). Condição alcançada um pouco tardiamente ao se levar em conta que Recife já dispunha de atividades, como a militar e a política, transferidas para seu território desde o incêndio em Olinda.

Depoimentos de viajantes revelam a vida do bairro peninsular no século XIX. Tonellare foi um desses que deixou gravadas suas memórias, as quais nos lembram Sette (1978):

"Na lingüeta vê negociantes trajados à européia, conversando; repara nos sobrados de três e quatro andares do bairro

da península, nas ruas geralmente estreitas, nas lojas com mercadorias da Índia e Inglaterra, e sobretudo ferem-lhe as vistas os negros" (p. 39)

e Rezende (2002): *"Suas ruas eram ocupadas por negros com seu trabalho de carregar fardos....enquanto negras vendiam, com seus pregões lenços e fazendas em cestos que carregavam na cabeça"(p. 69).*

Até o século XIX, a vida da urbe estava concentrada nos seus bairros iniciais: Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, com o comércio centralizado nos dois primeiros. O Bairro do Recife acumulava quase toda a economia da cidade. Mesmo não sendo mais apenas um porto, porém uma cidade, essa função era a de maior importância e se fazia necessário uma modernização do ancoradouro e dos serviços para maior agilidade no funcionamento.

No final do século XIX, um movimento de transformação social agitou o país e

"... trouxe como ordem a 'modernização', a 'limpeza' e o 'embelezamento'. A partir daquele momento, passou a ser redefinido o enquadramento social, progresso ou atraso, modernidade ou tradição, saúde ou debilidade, beleza ou feiura" (Lubambo, 1991:79).

A exaltação da modernidade e da higienização foi absorvida pelos governantes da cidade, cuja importância econômica tinha diminuído com o declínio da economia açucareira. A ideia de uma cidade funcional, moderna e limpa, somada à vontade de conseguir novamente um lugar de influência, pelo menos no âmbito do nordeste, resultou em uma proposta de modernização e melhoramento do porto, que findou em uma grande reforma da estrutura urbana, justificada pelo discurso renovador e saneador, acompanhando uma tendência mundial.

Durante o século XIX, inúmeros projetos para reforma e adequação do porto às necessidades da urbe haviam sido apresentados, porém não foram levados a cabo. Em

1907, foi criada uma Subcomissão da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro para fazer estudos a respeito das melhorias das quais carecia o Porto do Recife. Em 1908, foi aberta concorrência para construção das obras e em 1909 os trabalhos foram iniciados.

Nas duas primeiras décadas do século XX, ocorreu a segunda grande intervenção urbanística realizada no bairro, talvez a maior. Naquela época o Bairro do Recife

"concentrava o comércio importador e exportador, as finanças nacionais e estrangeiras, os serviços públicos básicos, como o transporte ferroviário e marítimo e as comunicações. Ainda assim, mais de 13.000 pessoas residiam neste Bairro por volta da primeira década deste século. Tal adensamento explica-se por ser uma área caracteristicamente ocupada por sobrados, nos quais, o pavimento térreo era, geralmente, liberado às atividades comerciais, deixando aos outros andares o uso residencial" (Lubambo, 1991:96)

Em decorrência do projeto de expansão do porto, as ruas tortuosas e estreitas deram lugar a avenidas que suportariam um grande tráfego, seguindo o modelo parisiense de Haussman. Indenizações foram pagas aos proprietários e o "bota abaixo" teve início. Como nessa época tradição e modernidade se opunham, não foram poupados os casarios coloniais e as edificações antigas, como os Arcos da Conceição e de Santo Antônio e a Igreja do Corpo Santo (Sette, 1978:54, Gomes, 1995:89). Sette (1978) lamenta a destruição ocorrida:

"...começara a demolição do velho bairro...Casas térreas dos becos silenciados...Pouco a pouco desaparecia aos olhos não um bairro, mas um cenário de milhares de criaturas no seu presente e no seu passado...E o Corpo Santo também se desmanchava...Tudo no chão. Nunca se vira uma loucura assim..." (pg.54-55).

Consequentemente, ocorreu a evasão de uma grande quantidade de pessoas para outras áreas da cidade. A parcela indesejada da população foi forçada a sair, deixando espaço para a construção de uma cidade à moda européia. *"Por longos anos seria um deserto, uma tristeza, umas ruínas"* (Sette, 1978:55)

Nas áreas onde houve demolições foram construídos edifícios modernos. Companhias financeiras, comerciais e seguradoras se instalaram nas principais vias. As atividades bancárias da cidade se concentraram no Bairro. A reforma rendeu uma valorização aos terrenos, resultante dos investimentos realizados na área. Da população existente, permaneciam apenas 3.201 pessoas em 1923, com sua maioria residindo nos prédios que não haviam sido derrubados.

"Na realidade, o que se assistiu no Bairro do Porto foi uma transformação de uma área já bastante valorizada, ainda mais 'atrativa'. Foram removidos, indistintamente vários grupos e, só àqueles mais favorecidos foi possível o retorno" (Lubambo, 1991:132).

Nos anos 40 houve um processo de esvaziamento e degradação no Bairro. Acreditava-se que a expansão do Porto atrairia recursos que promoveriam o desenvolvimento, o que não aconteceu porque foram abertos e equipados portos regionais. O bairro de Santo Antônio recebeu investimentos na infra-estrutura e foi transformado em centro simbólico e econômico da cidade, perdendo o Bairro do Recife a imagem de prestígio associada às atividades econômicas. Como disse Rocha (1967), *"não houve técnica que impedisse que o centro urbano da capital pernambucana emigrasse para a ilha vizinha, no outro lado do rio"* (p. 23). Novos casarões foram construídos e seus pavimentos superiores ocupados por prostíbulos, bastante comuns em áreas portuárias. Além deles, também surgem boates e cabarés (Madureira, 1995). *"Essa foi a época de ouro da boemia, dos cabarés, das boates e dos prostíbulos"* (Zancheti,

1995:100). Carlos Pena Filho (1996), no poema "O Bairro do Recife", ilustra bem a configuração desse cenário:

"Mas como vivem tão bem, em tão segura união, qualquer dia, todos juntos, vão fundar a Associação dos Múltiplos Pecadores, com banqueiros, comerciantes, prostitutas, vereadores, Ingleses do British Club, homens doentes e sãos, pois o camelô já disse que somos todos irmãos."

Nos depoimentos colhidos por Madureira (1995) de boêmios que vivenciaram o Recife Velho entre as décadas de 30 e 70, percebemos um Bairro alegre, uma região portuária, de caráter permissivo. Um espaço onde à noite encontravam-se os elementos próprios da boemia: o bar, a bebida, a música, os amigos, as mulheres. *"...porque onde houver bebida, mulher e música, aí você fecha o círculo, aí você tem realmente a boemia"*(1995:71). De acordo com os entrevistados, nas décadas de 40 e 50 não havia vida noturna na cidade a não ser no bairro do porto.

As mulheres da região, conforme relatos em Montenegro, Sales & Coimbra (1989) e Madureira (1995), estavam sempre bem vestidas, eram bastante educadas - *"mulheres de vergonha...apesar de serem mulheres de vida fácil"* (1989:64) - e saudáveis, pois faziam acompanhamento médico e tinham uma carteirinha de saúde pela qual os clientes perguntavam. Sem a carteirinha em dia não trabalhava. Antes das dez horas da noite elas não podiam estar nas ruas. Se fossem pegas fora do horário estabelecido eram levadas para o xadrez. Havia telas nas janelas dos prédios em que moravam para que não ficassem dependuradas, em respeito às famílias residentes. A partir das 22 horas, podiam descer das pensões e circular pelas ruas. Era mais ou menos nesse horário que o movimento começava e o Bairro *"tomava novas cores"* (1995:91).

Nas boates, cabarés e pensões, instalados em prédios nos quais geralmente os dois primeiros andares eram ocupados pelo bar, sinuca e pelo *dancing* e os últimos

pelos quartos, era possível assistir a *shows*, dançar, escolher uma música na radiola de ficha, beber, conversar e exercer a sexualidade. Ainda existiam os bares, que eram apenas bares, onde os boêmios se encontravam antes de seguirem para a 'zona'. A chique **pensão de Alzira**, as noites de dança no **Chanteclair**, a sinuca do **Moulin Rouge**, o pitu do **Gambrinus**, que hoje se encontra fechado, mas irá reabrir, como marco da época boêmia, no 'novo', totalmente remodelado, Chanteclair, trazendo para o prédio o valor 'histórico'; o **Bar 28**, que ainda existe; os bares para ingleses, os bares para gregos, o amanhecer do dia no **Texas Bar**, e para finalizar à noite, um maltado das **Galerias**. Todas essas são lembranças dos entrevistados de Madureira (1995), em sua maioria, 90%, homens pelo fato de que boemia do Bairro do Recife estava ligada à prostituição. Uma boemia bastante conhecida e aclamada, que chegou a ter uma constituição: a Constituição da República Independente do Recife Antigo, na qual era instituída a radiola de ficha e a garrafa como símbolos do Bairro do Recife e o bar Gambrinus, o bar 28 e Valdemar Marinheiro como patrimônio histórico-etílico (1995:72-73).

Havia uma divisão na ocupação das ruas. Na Avenida Marquês de Olinda e na Avenida Rio Branco ficavam as melhores boates. As ruas da Guia, Vigário Tenório e Bom Jesus eram consideradas áreas de baixo meretrício, região que as pessoas de classes mais baixas e trabalhadores das docas freqüentavam. De acordo com José Valdemiro da Silva, no relato em Montenegro, Sales & Coimbra (1989), “*havia determinadas pensões que um trabalhador como eu, do navio, às vezes não me enxeria de entrar porque sabia que o cachê era muito caro...*” (pg.65).

Quando jovem, geralmente vindas do interior, as mocinhas trabalhavam nas melhores boates. Com o passar dos anos, ao ficarem mais velhas, eram encontradas no baixo meretrício. Até os anos 50 viam-se muitas prostitutas estrangeiras. Havia também

as mulheres que vinham de outros bairros, não tinham pensão e alugavam quartos, chamados por José Valdemiro de ‘meia-noite’, onde apenas era preciso chegar, pagar subir.

Os estrangeiros eram parte da vida do Bairro. Com a chegada dos navios as ruas ficavam cheias. Havia brigas entre prostitutas por marinheiros, por dinheiro. Viam-se brigas de mulheres com navalhas e giletes. Havia ainda desentendimentos entre prostitutas e gigolôs e entre elas e os clientes. Brigas entre marinheiros também eram comuns. Apesar dessas brigas, não havia problemas com assaltos.

O carnaval dos corsos, maracatus, escolas de samba e pastoril foi lembrado pelos entrevistados de Montenegro, Sales & Coimbra (1989). Nos cabarés, as mulheres se fantasiavam de melindrosa, japonesa.

O Bairro permaneceu sem mudanças urbanísticas até os anos 60 quando foi transformado em ilha, com a abertura de um canal de ligação da foz dos rios Capibaribe e Beberibe com o Atlântico. Nesse período também ocorreu o aterramento do Cais do Apolo, onde foram construídos grandes edifícios, como os do Banco do Brasil, da Prefeitura da Cidade do Recife, e do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros, os quais alteraram uma parte do Bairro que se *“preservava até mesmo em sua reforma no início do século XX”* (Gomes, 1995:91).



Figura 06 – Bairro do Recife em 1631 e em 2001.

Fonte: Gonçalves e Reynaldo (2001)

Nos anos 70 e 80, o processo de metropolização expandiu a ocupação da cidade, deslocando a ocupação residencial de classes média e alta para subúrbios como Boa Viagem, Casa Forte e Espinheiro. O comércio também seguiu esse movimento e foram se desenvolvendo diversas centralidades. Ao centro da cidade restou a comercialização de artigos de primeiras necessidades e de baixo valor.

O Bairro do Recife continuou a depender do Porto. A construção e o início do funcionamento das atividades do Porto de Suape tem feito com que, nos últimos trinta anos, o movimento do porto tradicional decresça e, conseqüentemente, os serviços instalados na área do Bairro do Recife diminuam.

No final da década de 70 e início da de 80, foram criados departamentos, surgiram fundações e se elaboraram projetos voltados para a preservação de sítios históricos. Em 1979, implantou-se a lei municipal de proteção dos sítios históricos, Lei nº 13.957 de 26/12/79. Devido à modificação da localização das atividades econômicas e das habitações, essa Lei, que define zonas de preservação rigorosa e ambiental, foi implementada com mais facilidade. O espaço em que se encontra o Bairro do Recife é tido como área de preservação, diminuindo a possibilidade de uso dos imóveis no mercado imobiliário. Os proprietários de imóveis passaram a alugá-los para serem

usados como armazéns de estocagem e empresas de transporte de carga passaram a usar as vias públicas como estacionamento e para carga e descarga.

Com a diminuição das atividades do porto, as instalações tornaram-se ociosas. As áreas demolidas para construção de armazéns e pátios de *containers* foram abandonadas facilitando a formação e o crescimento de uma favela por entre as ruínas. *“O espaço da ilha do Recife foi se fechando, gradativamente, à cidade. Sua economia passou a se reproduzir sem introduzir novidades em sua estrutura”* (Zancheti, 1995:101). A degradação trouxe consigo uma imagem de marginalidade e perigo.

Nos anos 80, viam-se trabalhadores nas fábricas e filas nas portas dos Sindicatos para a chamada ao trabalho. A Praça do Arsenal da Marinha, antes conhecida como Praça dos Lisos, pois era o local onde os trabalhadores do porto esperavam a chamada ao trabalho, era freqüentada por portuários aposentados. Na Rua do Bom Jesus encontravam-se bêbados, mulheres e comerciantes com suas barracas. Observavam-se crianças dormindo nas ruas. À noite viam-se luzes coloridas nas pensões. As ruas *“refletiam o desgaste dos equipamentos e da infra-estrutura urbana. Não havia mais escola, não tinha posto de saúde, a segurança era precária”* (Leite, 2001:183). No final dessa década, o Bairro do Recife era o menos populoso e o mais pobre dos bairros que compõem o centro.

Segundo depoimentos em Montenegro, Sales & Coimbra (1989), a prostituição se manteve durante anos, apesar de não conservar o mesmo *glamour* anterior e a preocupação com a AIDS surgir. As regras em relação aos horários foram sendo mudadas e muitas meninas passaram a não residir mais no bairro. *“Quando você vê dá cinco e meia, seis horas, elas começam a chegar...Meninas novas de 13, 14, 15 e 16 anos que não moram aqui, vem somente pra batalhar”* (1989:128). A diminuição das atividades esvaziou o Bairro e o aumento da violência começou a incomodar: *“Hoje*

tudo é perigoso aqui dentro desse bairro. Não tem nada e é perigoso. Eu acho que é a ausência do povo aqui nesse bairro é que está dando perigo” (1989:99).

Conjunturas econômicas, maneiras de pensar, ideais negadores do passado, posturas políticas, fizeram com que esse pedaço da cidade fosse sendo deixado de lado pela maioria dos atores sociais, cedendo espaço para atores e atividades econômicas marginalizadas. Mudanças nas estruturas econômicas e na forma de pensamento começaram a fazer com que líderes políticos, no final dos anos 80, passassem a pensar em estratégias para trazer de volta o “brilho” e os olhares para essa área visando lucro e “desenvolvimento”. Essa movimentação resultou em dois planos distintos de reestruturação da ilha: o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, de 1987, que se propunha devolver o bairro para a população local, percebida como protagonista, e o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, de 1992, que visava dar nova vida ao local, reformando seus imóveis e transformando radicalmente seus usos.

3.1- Planos e Projetos

No Recife, a preocupação com a preservação dos sítios históricos data de meados da década de 70 quando a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM) fez um inventário e estabeleceu o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana (Zancheti, 1995:102). Nesta mesma época, foi criado dentro da Empresa de Urbanização do Recife (URB) um Departamento de Planejamento dos Sítios Históricos (DPSH), cuja responsabilidade era estudar, fazer levantamentos, elaborar projetos e fiscalizar as áreas de preservação. Dentre as áreas de proteção estava o Bairro do Recife. Contudo, não havia um plano específico para essa região.

Entre os anos de 1985 e 1988, a gestão municipal pretendeu e chegou a executar algumas ações com a finalidade de preservar fisicamente e revitalizar economicamente o Bairro do Recife (Gomes, 1995:93). Com uma postura política voltada para as causas populares, Jarbas Vasconcelos assumiu a prefeitura em 1986. Na sua gestão, almejou organizar o centro da cidade, que estava sendo tomado por ambulantes e vinha sendo alvo de insatisfação da população. Um documento escrito nessa gestão dizia que o *“objetivo principal da estratégia identifica que o centro é ‘o espaço complexo da cidadania, lugar em que nenhum grupo social possa impor unilateralmente seu domínio’”* (Zancheti, 1995:103). Incluído nesse plano de reabilitar a área central da cidade estava o Bairro do Recife, que recebeu um tratamento especial. Criou-se o Escritório de Reabilitação do Bairro do Recife, o qual promoveu estratégias para a área, estas, influenciadas por experiências italianas de governos comunistas.

Entre os objetivos do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife estavam a participação da população moradora, a integração Porto/Cidade, o resgate da vitalidade do bairro, o aproveitamento das estruturas funcional e física existentes, a proteção do patrimônio histórico e a participação popular nas ações da reabilitação.

A partir de 1987, foi montada uma equipe interdisciplinar que se reuniu com moradores, trabalhadores, empresários e comerciantes para discutir uma proposta para o Bairro. Entre as ações discutidas estavam a retirada das barracas de comida que ficavam nas ruas substituindo-as por um restaurante popular, de forma que quem tivesse barracas iria trabalhar no restaurante e os clientes continuariam a ter acesso à comida barata; a construção de apartamentos em prédios antigos para a população favelada, de modo que seus moradores não precisassem se afastar do local de trabalho; a transformação do Chanteclair em uma escola que ofereceria cursos profissionalizantes para essa população, de maneira que no ato da reforma os alunos já estivessem adquirindo uma

experiência profissional; a restauração de algumas pensões, como o conhecido Convento, para que os velhos que nela habitavam pudessem viver de maneira mais digna; a restauração de calçadas e fachadas; a construção de uma estação de passageiros no Porto; a reativação da linha de bonde – essas três últimas visando estimular o turismo; e a instalação do projeto Memória em Movimento, para o registro da história e memória do Bairro e da população através de entrevistas com os moradores (Montenegro; Sales; Coimbra, 1989). De todas essas ações previstas, apenas o registro oral foi concluído.

Essa tentativa de reabilitação tinha como característica assegurar o direito à moradia e à vida como um dever do Estado e abria espaço para a população apresentar e influir nas propostas, exercitando a cidadania. Esse projeto entendeu que *"a gestão do espaço público deve considerar o cidadão como sujeito do processo de revitalização, ou seja, a população como 'dona do lugar', elemento central de qualquer reforma"* (Medeiros, 2001:65).

IV – OS DISCURSOS DA REVITALIZAÇÃO

Com o fim da gestão de Vasconcelos o projeto de reabilitação é abandonado. Algumas análises sobre as causas dessa falência foram discutidas nos últimos anos por diversos autores. De acordo com Zancheti (1995), a continuidade do projeto foi comprometida pelo fato de ele estar voltado fundamentalmente para apenas um grupo social, os desfavorecidos, deixando de atrair os grandes atores, em termos de capital, os quais dariam continuidade à discussão. Um ponto que talvez tenha concorrido para sua descontinuidade foi o fato de o Plano não especificar como seriam implementadas as ações, sendo apenas *"uma carta de (boas) intenções"*, como sugere Leite (2001:174). Segundo este autor, essa gestão não pretendia transformar o Bairro do Recife em *"um investimento"* (pg.210), portanto, a escolha dos atores principais não caracteriza um erro, mas *"uma estratégia política de um tipo de intervenção pretendida"* (pg.209).

Para Gomes (1995), o fato de a administração seguinte não dar continuidade à política estabelecida colocou tudo a perder. Lúcia Leitão, em seminário ocorrido em 1993, ao falar sobre os erros da estratégia de intervenção no centro, diz ser preciso haver uma negociação permanente com todos os atores envolvidos, além de aprender a ver e escutar o outro para que um projeto tenha seguimento. Para prosperar é preciso envolver a população, conquistar colaboradores conscientes e restabelecer a troca, fazendo com que o indivíduo se sinta parte da cidade. Para ela, isso não aconteceu e, conseqüentemente, anos de um trabalho foram perdidos. Ressalta também que a degradação do centro histórico não ocorre por conta do tempo, mas por implicações políticas, econômicas e culturais. E foi isto que aconteceu. Por mais quatro anos os projetos para o Bairro do Recife ficaram parados:

"...fecham-se os canais de participação popular; interrompem-se as obras do 'Restaurante Popular' e os projetos de habitação de baixa renda; reformula-se o papel do ERBR que se vê reduzido a manutenção e à análise de projetos; e concentram-se esforços na única direção aparentemente possível: expandir os limites das zonas de preservação do Bairro do Recife para a ilha como um todo, à exceção da área pertencente ao Porto" (Medeiros, 2002: 283-284).

Em 1988, Joaquim Francisco assumiu a Prefeitura, mas não concluiu o mandato porque se candidatou a governador e foi eleito, ficando seu vice, Gilberto Marques Paulo, com o cargo de prefeito. Como governador, Joaquim Francisco, propôs um plano de desenvolvimento econômico para o estado em que *"um dos pilares de suas propostas era o incremento do turismo, onde se destacava a idéia de transformar o Bairro do Recife em um centro de atrações para visitantes nacionais e estrangeiros"* (Zancheti, 1995:104), baseado na experiência tida pela cidade de Nova Orleans – EUA – que restaurou e revitalizou o seu bairro francês. Durante a gestão de Gilberto Marques Paulo elaborou-se o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PBR).

O Bairro do Recife foi escolhido pelo Governo do Estado de Pernambuco para fazer parte desse plano mais amplo de desenvolvimento por ter um potencial ambiental, cultural e histórico explorável e único, composto por rios, pontes, mangues, exemplares da arquitetura de diversos séculos, tornando-se este um diferencial da capital pernambucana, para além do sol e do mar comum entre os estados nordestinos.

O Plano de Revitalização foi encomendado em 1991 pelo governo estadual para transformar o Bairro num pólo de atividades que oferecesse serviços de interesse turístico que permitissem o aumento da permanência dos turistas na cidade. Porém, ficou claro que um plano específico para o turismo não era bastante, pois para sua implantação era necessário que o Bairro tivesse vida urbana característica de um centro

e que fosse um símbolo da cidade para a população. A partir daí nasceu o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, com uma nova orientação em relação ao plano antecedente, tendo como objetivos principais

“...transformar a economia do bairro no sentido de torná-lo um centro metropolitano regional, tornar o Bairro do Recife um espaço de lazer e diversão para toda a população da cidade e torná-lo um centro de atração turística nacional” (Zancheti; Marinho; Lacerda, 1998:03).

A revitalização do Bairro do Recife foi incluída em um projeto maior, que se desenvolveu no decorrer dos últimos doze anos, de recuperação da cidade como um todo, valorizando praças e calçadas como sendo um local de encontro da população e área de lazer.

Ficando o plano pronto em 1992, as obras se iniciaram em 1993, época em que a administração do Plano de Revitalização do Bairro do Recife passa para a Prefeitura e Jarbas Vasconcelos a assume novamente, desta vez aliado à elite e a grupos políticos direitistas. Nessa gestão, de acordo com Gomes (1995), o prefeito não concluiu obras que tinha iniciado na sua gestão passada e partiu para novas ações no Bairro.

Obras emergenciais foram feitas e parcerias com investidores privados foram articuladas. Devido à descrença do ramo privado na real implantação e continuidade do Projeto de Revitalização, a Prefeitura adquiriu e reformou os primeiros imóveis, localizados na Rua do Bom Jesus, que dariam impulso ao projeto, para mostrar que o investimento privado não seria em vão.

Restauração de casario, implantação de bares e escritórios, recuperação de ruas e promoção de eventos foram os primeiros passos. A Fundação Roberto Marinho e as Tintas Ypiranga, que na época promoviam o Projeto Cores da Cidade, o qual recuperava

ruas em centros históricos, foram atraídas por essas primeiras mudanças e decidiram investir no Bairro do Recife, mais precisamente na Rua do Bom Jesus, restaurando fachadas e pintando-as com cores fortes. Depois dessas intervenções iniciais buscou-se um espaço para divulgação na mídia, a qual, segundo Fingerut (1995), arquiteta e gerente de patrimônio da Fundação Roberto Marinho, tem um papel capital ao mobilizar a comunidade.

Após a revitalização de uma parte da área proposta, a Rua do Bom Jesus, pontapé inicial na implementação da mudança dos usos, a mídia trouxe seus holofotes, reproduziu e trabalhou imagens e histórias, alertando a população, a qual tomou conhecimento desse 'novo' pólo de entretenimento. Hoje o bairro já conta com diversos bares, boates, cafês, lanchonetes, galerias de arte, escolas de dança, lojas, espaços para eventos e exposições e escritórios, mantendo-se em atividade dia e noite, encaixando-se perfeitamente em uma tendência que enxerga a cidade como um empreendimento capaz de gerar lucros e divisas por meio do consumo e do turismo, e que tem se expandido pelo globo nos últimos vinte anos: a alteração concreta e de imagem de sítios históricos degradados, transformados em espetáculos urbanos, em "*áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. Antigas áreas marginais das grandes cidades vão abrigando complexos centros de lazer, bares, restaurantes, galerias de arte e lojas de artesanato*" (Leite, 2001:213).

Sempre existiram mudanças, destruições e (re)construções no Bairro, ficando este, com quase nenhuma, ou nenhuma, reminiscência da tão aclamada época maurícia. Utiliza-se o discurso de exaltação de um passado de glória e riqueza, que já não existe mais, ou talvez nem tenha existido desta forma tão magnífica, para a valorização simbólica dessa área que é pretendida como a ponta de lança do desenvolvimento

estadual. Aliado a este discurso está o discurso de desenvolvimento social e tecnológico rumo a um “Recife para todos”.

A diferença deste plano para o anterior é que este não deu mais prioridade à voz dos moradores que de alguma maneira ajudaram a manter os edifícios, os monumentos e a vida no bairro. Sem a participação popular, os principais atores desta vez foram empresários e investidores. De acordo com Medeiros (2002),

“a recente estratégia consiste em ignorar ou negar a existência de uma dinâmica social própria, ancorada em um tempo diurno e outro noturno ainda dotados de certa alma, poesia, boemia. O que se propõe é a ‘Revitalização’, ou seja, trazer vida para uma área considerada destituída da mesma” (pg.288).

Juntamente com aspectos de ordem política e econômica, a decadência do Estado como gestor de tudo levou à necessidade de articulação entre o público e o privado (Martins, 1993). Todos os esforços para a revitalização do Bairro do Recife têm o poder público como regulador e articulador, na tentativa de tornar o espaço atrativo para o público e o privado, incorporando o capital deste último, influenciando na mudança, em pouco tempo, do caráter de um Plano para o outro.

4.1- O Plano de Revitalização do Bairro do Recife e suas adaptações

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife, diferente do plano anterior, foi elaborado como um processo que duraria não apenas o período de uma gestão, mas de várias, possibilitando e propondo, assim, reavaliações e futuras adaptações. Não foi apenas um projeto para uma simples intervenção em um centro histórico, mas um projeto de desenvolvimento econômico, com concretizações a curto, médio e longo

prazo, que envolveria a Cidade do Recife e o Estado de Pernambuco na tentativa de colocá-los nas redes e conexões do turismo, da tecnologia de informação e comunicação, além de tornar o Bairro um centro de atração e destaque para todo o Brasil.

Baseado no princípio de parcerias entre público e privado - no qual o interesse do último esteve presente desde a elaboração do Plano - a Prefeitura e o Governo Estadual estavam encarregados de se articular com a comunidade e a iniciativa privada; manter o Escritório de Revitalização para fazer articulações entre governos, além de gerenciar, implantar, operar e revisar o Plano; manter as infra-estruturas urbanas; buscar empréstimos junto a agências de financiamento nacionais e internacionais, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de promover incentivos fiscais.

O Plano mostrava-se extremamente preocupado com a mudança da imagem do Bairro, até de maneira radical. Como apontado anteriormente, a imagem existente era indesejada e se buscava afirmar outra totalmente diferente, que se aproximasse da imagem mantida pelos grandes centros internacionais, uma vez que este era considerado um aspecto decisivo levado em conta por grandes empresas na hora da escolha de um local para se fixar. O engajamento da sociedade também era uma preocupação, pois se partia do princípio de que sem o apoio e a motivação da população que passaria a ser usuária, a consolidação do Plano seria afetada, tornando mais difícil promover a mudança dos usos sem precisar ser imposta aos proprietários. E para esse engajamento surgir era crucial a mudança da imagem local.

Para a elaboração das ações que seriam postas em prática, foram feitos estudos e levantamentos da infra-estrutura, da morfologia urbana, das áreas ociosas, das atividades instaladas e a partir disso foram identificadas diferentes regiões, delimitadas em setores (Mapa 02) e em cada setor foram apontados pólos de interesse. Cada setor

MAPA 02



SETORES, MONUMENTOS E ÁREA TOMBADOS

recebeu uma denominação de acordo com os procedimentos adequados para a intervenção, de acordo com sua especificidade.

O Setor de Intervenção Controlada tem como objetivo principal assegurar a preservação, conservação e valorização dos imóveis e estruturas urbanas localizadas na área onde ocorreu a reforma do início do século XX e no domínio do Porto, pois abrigava *"um conjunto edificado de valor cultural reconhecido, onde serão promovidos empreendimentos públicos e privados de conservação na recuperação da infraestrutura, reciclagem dos imóveis e dinamização de atividades"* (Zancheti; Marinho; Lacerda, 1998:70).

O Setor de Renovação Urbana compreende a área ao norte da ilha, onde estão localizadas as Fábricas Pilar e Moinho Recife, a Comunidade Nossa Senhora do Pilar, a Igreja do Pilar, armazéns, galpões e espaços ociosos, entendida como região com capacidade para transformação. Para esse setor foi prevista uma renovação no padrão de ocupação, através de novas construções, notadamente voltadas para habitação popular, além de uma tentativa de promover uma 'abertura' desse espaço para um maior convívio público. A diversificação e o incremento das atividades e usos também foram propostos para servir de apoio *"`a dinamização das áreas de maior restrição, localizadas no Setor de Intervenção Controlada"* (Zancheti; Marinho; Lacerda, 1998:72).

O terceiro setor delimitado na ilha do Recife foi o Setor de Consolidação, o qual abrange a área resultante de aterros da década de 60, onde estão localizadas várias instituições públicas e apresenta baixa taxa de ocupação. Para esse pedaço foi pretendida uma consolidação das atividades já existentes e a *"abertura de áreas de convívio, complementares na dinamização e revitalização do Bairro, funcionando como diversificação das opções de lazer da cidade e como atrativo para a implementação do uso habitacional no Bairro do Recife"* (Zancheti; Marinho; Lacerda, 1998:73).

Os Pólos de Interesse (Mapa 03) são tidos como áreas prioritárias dentro de cada Setor, possuindo cada qual programas específicos de modo a agilizar a sua implementação. No início do plano haviam sido indicados quatro Pólos de Interesse: Bom Jesus e Alfândega, Arrecifes, Pilar e Capibaribe (Zancheti, Marinho; Lacerda, 1998). Porém, ao longo da implantação do plano, eles foram desmembrados, excluídos ou renomeados. Em 2002, de acordo com mapa da URB, os Pólos de Interesse eram Alfândega, Arrecifes, Bom Jesus, Fluvial, Novo Recife e Pilar. Apesar de não constar originalmente como um pólo no Plano, o Pólo Moeda, que está nos limites do Pólo Alfândega, é denominado assim pela população e veículos de comunicação. Esse Pólo surgiu de maneira espontânea nos arredores da Rua da Moeda e acabou sendo instituído pela Prefeitura como um pólo alternativo, onde são promovidos eventos voltados para esse público.

Além dessa divisão e definição técnica, foram elaborados projetos estruturadores, que poderiam ser realizados separadamente por instituições públicas ou privadas, e de impacto, promovidos pelos poderes públicos municipal e estadual, para assegurar o compromisso com a implantação do Plano e causar impacto, visando garantir seu êxito. Estavam entre os projetos estruturadores o estabelecimento de um centro de animação cultural, lazer e comércio no Pólo Bom Jesus; a construção de um terminal marítimo de passageiros no armazém 11; a implementação do Shopping Cultural Alfândega; a edificação do Centro Múltiplo do Pilar para apoio às atividades do Porto; a construção de apartamentos nos antigos armazéns; a construção de um aquário onde haveria biblioteca especializada, auditórios, salas de exposição; a transformação da área do cais que vai do Marco Zero até o sul da ilha em um espaço de lazer e comércio com vista para o mar, um '*water front*'. Entre os projetos de impactos

MAPA 03



PÓLOS DE INTERESSE E MONUMENTOS TOMBADOS

estavam em primeira instância a reforma das praças do Arsenal da Marinha e do Marco Zero (Rio Branco), a revitalização da Torre Malakoff, a construção do Terminal Marítimo e a criação de quarteirões de animação próximos a Rua Bom Jesus, os quais marcariam o Plano uma vez que estariam indicando o sentido das transformações. Em segunda instância estavam a recuperação das quadras do Pilar para implantação do Centro Múltiplo, a construção dos apartamentos nos armazéns, a preparação de uma nova legislação de uso e ocupação do solo para o setor de renovação, a urbanização da Av. Alfredo Lisboa e a integração da Estação e do Forte do Brum.

Nos dados em Zancheti; Marinho & Lacerda (1998) não há menção sobre propostas para a Comunidade do Pilar. Em um momento citam que o sucesso do Centro Múltiplo do Pilar estava dependendo da *“resolução do problema da Favela do Rato”*. Para liberação do terreno do Centro Múltiplo, era pensada uma relocação da população para áreas próximas ao centro da cidade. Não havia uma preocupação em mantê-los no mesmo lugar.

Incluída no projeto da virada do século, *‘Eu vi o mundo, ele começava no Recife’*, que iria marcar a gestão do Prefeito Roberto Magalhães, a Praça Rio Branco, onde está localizado o Marco Zero da cidade, foi completamente transformada, causando contestação. Antes uma praça arborizada (Figura 07), calma, que cumpria o papel de lugar de encontro e descanso, bastante freqüentada pelos trabalhadores e moradores da região, metamorfoseou-se em um amplo largo para eventos. Seus bancos e árvores foram arrancados, no chão foi inscrito um painel do artista plástico Cícero Dias e a estátua do Barão de Rio Branco perdeu sua posição central na praça, sendo relocada em um cantinho, ficando quase imperceptível.



Figura 07 - Praça Rio Branco antes da reforma

Fonte: Cartão Postal Agência Imago

A praça foi propositalmente transformada em local para grandes eventos e festividades que movimentam quase que mensalmente o Bairro do Recife (Foto 05). Inesperadamente tornou-se palco de manifestações políticas, a exemplo da ampla comemoração da eleição do Prefeito João Paulo, do Partido dos Trabalhadores, no fim de 2000, e da vitória do Presidente Lula, em 2002, a ponto de a praça passar a ser chamada por muitos de Marco Treze. Além de ser ponto de convergência e de parada para se fazer protestos, como contra a violência, e reivindicações, como a salarial.



Foto 05 – Praça Rio Branco com Terminal Marítimo de Passageiros ao Fundo em 2002

Assim como a transformação da praça originou discussões na cidade, a construção do Parque das Esculturas (Foto 06) nos arrecifes em frente á Praça provocou mais que isso, gerou boatos e confusões em relação ao



Foto 06 – Parque das Esculturas

conteúdo fálico da obra do artista plástico pernambucano Francisco Brennand. Mesmo assim foi inaugurado e se tornou mais um atrativo para visitação no Bairro. À noite o parque é iluminado e a torre de cristal recebe uma iluminação especial.

Para a infelicidade dos planejadores, ou talvez pela falta de um estudo mais aprofundado, o Terminal Marítimo foi concluído, mas nunca exerceu a função prevista, pois os navios de passageiros não conseguiam chegar até ele devido a pouca profundidade do local. Foi inaugurado, mas fechado em seguida, abrindo apenas poucas vezes para alguns eventos como feiras de informática ou para personalidades *vips* assistirem a largada de regatas.

Aos poucos, modificações foram ocorrendo. O armazém número catorze foi transformado em espaço para teatro, festas e *shows*, funcionando ainda hoje. No Cais do Apolo foi inaugurado o Teatro Hermilo Borba Filho que mantém ligação física com o Teatro Apolo formando o complexo Apolo-Hermilo. O Teatro Apolo passou a exhibir sessões de cinema nas segundas, terças e quartas a preço popular. O armazém 12 foi utilizado inúmeras vezes para eventos como feiras e *shows* e continua exercendo essa função, porém esporadicamente.

Mais distante da área revitalizada, na Rua do Brum, num ambiente mais escuro, escondido e calmo, encontram-se estabelecimentos voltados para grupos GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). Parece-me que a atração causada pelo Bairro atinge todos

independente de seus estilos de vida, porém grupos ainda não totalmente aceitos na sociedade preferem se fixar em locais mais afastados.

Inúmeros bares e boates foram inaugurados e assim como surgiram, desapareceram. Parece que há uma rápida passagem do auge à decadência. Há uma constante transformação na disposição das atrações no Bairro. A “cara” do Bairro em 2002 estava muito mudada em relação às primeiras visitas que fiz ao Bairro em 2000. Alguns bares não existiam mais, alguns espaços para festas estavam fechados, algumas boates haviam mudado de nome. Poucos estabelecimentos continuam no mesmo lugar e com o mesmo nome. Há um caráter de uso intenso e rápido dos espaços de lazer que se estabelecem no bairro.

Durante o trabalho de campo, observei que havia um grupo de atores, participantes de um projeto da Fundação de Cultura da Cidade, vestidos com trajes do século XIX (Foto 07), representando para turistas e pessoas



Foto 07 – Atores na Praça do Arsenal.

que estivessem presentes uma rápida história do Bairro, percorrendo seus monumentos, edifícios e ruas de destaque: Marco Zero, Rua do Bom Jesus, realçando a Sinagoga Kahal Zur Israel, Praça do Arsenal da Marinha, destacando a Torre Malakoff, e Rua do Apolo, finalizando sua representação em frente ao Teatro Apolo. O percurso das apresentações era restrito à região revitalizada, sem menção a outros monumentos ou lugares do Bairro. A presença desses personagens caracterizados me remete ao que Urry (1999) discute sobre a indústria da tradição e história na Inglaterra. Urry diz que a partir dos anos 80 houve um aumento no cadastro de patrimônio nacional e um crescimento

no número de cidades inglesas que se tornaram atração turística baseadas em sua tradição e história, aspectos que têm sua veracidade questionada pelo autor. Ao descrever essas mudanças cita como ferramenta de distração e de afirmação do passado, dramatizações com figurinos de época (1999:147).

Nos grandes eventos, a Prefeitura através do escritório do Bairro, controla os locais onde vão ser localizadas as barracas de bebidas e comidas de modo que não fiquem na frente de imóvel de destaque, na tentativa de evitar danos aos imóveis, demonstrando, dessa maneira, preocupação com a preservação do espaço.

Mas nem tudo que estava previsto no Plano foi concretizado. Alguns projetos foram abandonados ou adaptados à realidade, à necessidade ou ao eixo político adotado. Outros ainda permanecem parados esperando a hora de serem colocados em prática.

No caso da população moradora da Favela do Rato, que passou a se chamar Comunidade Nossa Senhora do Pilar, foi proposto um programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social, pois para a consolidação do Bairro como “centro cultural metropolitano” e “espaço de excelência em tecnologia”, não era *“concebível a convivência com a situação de exclusão social e segregação espacial em que se encontra a Comunidade do Pilar”* (PCR, Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social).

Segundo esse programa, os moradores continuariam a residir no Bairro, em apartamentos construídos na região do Pilar e os comerciantes também seriam relocados para um centro de comércio e serviços próximo aos apartamentos. Quando se iniciou a gestão de João Paulo, em 2001, um projeto prévio já existia, para cento e oitenta famílias interessadas, números obtidos em uma sondagem feita na gestão anterior. Porém, quando a nova gestão levou o projeto para a comunidade, ele foi contestado. Através de reuniões no Escritório de Revitalização iniciou-se uma discussão entre

comunidade e Prefeitura sobre o projeto. O número de famílias interessadas em continuar a viver no Bairro se mostrou maior do que o proposto inicialmente, talvez porque famílias que desejavam sair do Bairro resolveram ficar depois dos primeiros passos do projeto de inclusão. As reuniões passaram a ser na escola, mais próxima fisicamente da comunidade. De acordo com Clara Calábria, assessora da Diretoria de Programas Especiais da URB, aproximando-se da realidade da comunidade, os técnicos viram que era necessário ampliar o projeto, pois outras reivindicações eram feitas pela população e havia uma série de falhas, principalmente em relação ao número de habitações¹⁶.

O Programa de Requalificação Urbana e Inclusão Social é resultado de um convênio firmado entre Prefeitura da Cidade do Recife e Governo do Estado de Pernambuco que prevê um investimento total de R\$ 13 milhões. O Programa é dotado de um plano de ação social em três etapas¹⁷: a) ações preliminares, já realizadas, quando foram feitos contatos com a comunidade, eleita uma comissão de moradores para participar das discussões, uma pesquisa sócio-econômica para diagnóstico da área, implantação de um escritório para atendimento a comunidade, entre outras; b) ações de desenvolvimento social durante a obra, que viriam a ser a relocação de comerciantes e famílias que desejem ir para outros bairros, o reassentamento das famílias nos apartamentos, a capacitação dos moradores para inserção no mercado de trabalho, para citar algumas; c) ações de desenvolvimento social pós-obra, como por exemplo o apoio e orientação às famílias, a elaboração de estatuto de condomínio, a avaliação do processo de intervenção junto com a comunidade. O Programa se encontra ainda na segunda etapa com algumas ações concretizadas, outras em andamento e outras que ainda não saíram do papel.

¹⁶ Dados obtidos em entrevista com Clara Calábria, assessora da Diretoria de Programas Especiais da URB, em Novembro de 2002.

Vários parceiros estão juntos nessa empreitada, entre eles a Caixa Econômica, entrando com recursos, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, através de recursos do Porto Digital, a Organização Social Porto Digital, promovendo cursos de informática, o Porto do Recife, cedendo terrenos da União para os apartamentos e equipamentos coletivos, Secretarias e Órgãos municipais, como as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Saúde, Educação, a Legião Assistencial do Recife, além da Alfândega Empreendimentos, oferecendo postos de trabalho no Paço Alfândega. A Prefeitura, por meio desses agentes, está oferecendo cursos de qualificação para que os moradores sejam capacitados para assumir, entre outras possibilidades, um posto no *shopping*.

Está proposta a construção de quatrocentas e vinte habitações, em edifícios de três a quatro pavimentos, dependendo da proximidade com a Igreja do Pilar (Foto 08), de acordo com as leis que regem a região e



Foto 08 – Igreja do Pilar

recomendações do IPHAN, segundo as quais quanto mais próximo o edifício for da Igreja, mais baixo ele deve ser. Consistirão em habitações de um quarto podendo ser transformadas em habitações de dois e de dois quartos podendo ser transformadas em habitações de três quartos. Serão entregues concessões de uso aos residentes, de modo que o imóvel não poderá ser vendido, apenas herdado, evitando a especulação imobiliária por parte dos moradores.

¹⁷ Todas as ações previstas se encontram em anexo.

A primeira etapa da obra, prevista para 2003, foi orçada em R\$ 6 milhões. Serão construídas duzentas e quarenta moradias com água, saneamento, drenagem, pavimentação e iluminação. Para a finalização do programa, a Prefeitura irá captar R\$ 6,5 milhões, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Programa de Requalificação Urbana e Inclusão Social é bastante bem intencionado, porém obstáculos estão aparecendo e comprometendo sua realização. O terreno a ser desapropriado para a construção dos edifícios é de propriedade da União e ainda não foi liberado. Não se sabe ainda quando isso vai acontecer. Os recursos financeiros já foram captados, mas é preciso ter o terreno para a obra ser iniciada. O início das obras foi adiado mais de uma vez, causando aborrecimento entre a população local. De toda forma, conforme uma técnica social da Diagonal Urbana me falou, em uma conversa, que se o projeto não tiver continuidade os moradores da comunidade serão informados.

Assim, a partir de uma estratégia de desenvolvimento local, articulando setores público e privado, investindo na tecnologia, no lazer e no consumo, além de trazer à tona as causas sociais, tão em voga nesse início de século e nessa nova gestão dos governos federal e municipal, aos poucos, o bairro passou de Recife Velho a Recife Antigo, adjetivo, este, não mais pejorativo e de muito mais charme.

4.2 - A História Se Repete? – A Reforma de 1910 versus A Revitalização do Bairro do Recife

Com uma parte de seu território tombado pelo IPHAN, o Bairro do Recife vem sofrendo intervenções físicas e de imagem. Vários de seus prédios foram e estão sendo

restaurados, seu sistema de telecomunicações adaptado às novas exigências dos projetos instalados na região, sua imagem trabalhada e transformada através de propaganda e eventos, e seus usos alterados. O Bairro adapta-se aos novos padrões de competitividade impostos às cidades pela nova ordem econômica global.

Ao lembrar da reforma ocorrida no início do século passado, percebe-se uma semelhança entre aquela e a revitalização que o Bairro sofre agora:

"...a operação de Reforma do Bairro do Recife supôs dois momentos: no primeiro, a expropriação de frações sociais, segregadas e excluídas do Bairro, e no segundo, a valorização e transformação de usos e ocupação da área para ser apropriada por outras frações sociais.

No mesmo local onde se erguia o pardieiro, explorado pelo comerciante, dono também do armazém que servia ao trabalhador do Porto ou de uma oficina, surge um prédio suntuoso, repleto de escritórios de grandes companhias nacionais ou estrangeiras, com uma agência bancária, uma loja de miudezas importadas ou uma 'requintada' confeitaria" (Lubambo, 1991:143).

A ordem pós-moderna da limpeza e da beleza, levantada por Medeiros (2001) pode ser comparada aos princípios de higienização, embelezamento e modernização (Lubambo, 1991:79) aclamados no início do século XX e absorvidos no Bairro do Recife na forma de reforma urbana. A segunda e terceira onda de atribuição de sentidos (Leite, 2001), respectivamente a reforma do início e o processo de revitalização do final do século passado, surgem com propostas em alguns pontos parecidas e em outros diferentes. Ambas pretendiam mudar a aparência e a imagem do lugar, através de ações de fora para dentro e de cima para baixo, partindo do poder público a atribuição de novos sentidos, adaptando-se cada uma aos padrões de sua época. Na primeira tentativa buscou-se recuperar a importância na economia nordestina, o papel de centro

econômico da região Nordeste, construindo uma imagem de modernidade no centro econômico da cidade. Na segunda tentativa busca-se entrar nas redes inter-cidades, recuperar posto de destaque entre as capitais brasileiras e realizar atividades e tarefas antes não cogitadas, como é o caso da implantação de um pólo de tecnologia da informação e comunicação, a fim de se tornar um centro internacional de atração de pessoas e investimentos. Desta forma, o Recife, através do Bairro do Recife, transformando e adaptando seu espaço físico, injeta valores simbólicos e corre atrás de postos perdidos e de novos postos, através de novos meios, o turismo e a tecnologia da informação, no caso da interferência analisada nesta dissertação, tomando a revitalização urbana como uma estratégia de desenvolvimento local.

Com as mudanças ocorridas no mundo, os fins pretendidos pelas intervenções são parecidos, ao mesmo tempo apresentam diferenças, e as conseqüências das empreitadas bastante comparáveis: reforma urbana, com conseqüente valorização da área contribuindo para o aumento do valor imobiliário e para a saída de muitas pessoas do bairro; expulsão, direta ou indireta de parcela da população; transformação dos usos. Do mesmo modo que, no início do século XX, no mesmo local onde se erguia um pardieiro surge um prédio suntuoso (Lubambo, 1991:143), na década de 1990, no mesmo lugar onde se fazia 'zona' se ergue uma boate para 'filhinhos de papai'.

De acordo com Lubambo (1991), a implantação da Reforma do Bairro do Recife seguiu tendência do momento histórico - projeto de modernização nacional somados a discursos renovadores e saneadores - e teve o Estado como viabilizador. Desapropriações e demolições foram feitas e modernas construções erguidas. "...*Criava-se um novo espaço e dele se expropriava o passado*" (Pg.125). As desapropriações e demolições, em sua maioria em históricos edifícios de cômodos e mocambos, vistos como 'insalubres', 'perigosos' ou de 'desagradável impressão' (pg.124), provocaram a

ida desses habitantes, população indesejada para os propósitos da reforma, para outras áreas próximas, continuando a viver do mesmo modo que anteriormente. O problema da "falta de higiene e segurança" não foi solucionado, foi apenas transferido para outras localidades.

A reforma gerou uma valorização dos terrenos, que atingiu mais de 400% de aumento no preço do metro quadrado (m²). A reocupação dessas áreas pelos que tinham poder aquisitivo para voltar ou chegar ao lugar foi rápida. Os novos terrenos criados após as desapropriações eram mais extensos por causa do remembramento das antigas áreas e tornaram-se mais caro. Como consequência, o número de pessoas no Bairro passou a ser menor. Houve uma elitização na apropriação do novo Bairro do Recife.

As avenidas principais, Marquês de Olinda e Central, hoje Rio Branco, foram logo ocupadas por companhias comerciais, financeiras e seguradoras. O comércio exportador e importador, transações financeiras relacionadas ao Porto, e comércio e serviços usuais da cidade continuaram a ser as atividades predominantes no Bairro. Não houve uma mudança brusca nos usos do lugar, mas houve uma significativa mudança na forma como esses usos estavam sendo realizados agora, como ilustrado acima na citação de Lubambo (1991).

Os gastos com a reocupação da área foram públicos, mas benefícios foram privados. Alguns não realizaram bons negócios, pois quem alugava cômodos recebeu indenizações abaixo do preço de mercado, além de perder a clientela e a renda. Outros conseguiram lucrar com a Reforma. Quem ficou com seus imóveis intactos, alugou quartos a um preço maior por causa da menor concorrência, já que havia menor quantidade de cômodos disponíveis. Quem tinha influência, conseguiu uma melhor indenização. Quem chegou para ocupar as áreas mais valorizadas pós-reforma, apesar dos altos preços cobrados, obteve lucros. A área que já era valorizada, tornou-se mais

valorizada ainda. Novos ares foram dados ao lugar favorecendo o retorno daqueles com alto poder aquisitivo.

No final do século XX e no início do século XXI assiste-se a uma nova remodelação, tanto física quanto simbólica, do Bairro do Recife. Desta vez, o Bairro, destituído do papel de centralidade, perdido a partir de meados do século passado, é alvo de um Plano de Revitalização que visa transformá-lo em pólo cultural, de lazer e de tecnologia da informação e comunicação. Para isso, houve incentivo e persuasão dos proprietários dos imóveis a se engajarem no projeto. Para o pontapé inicial foram desapropriados cinco imóveis na principal rua do Plano. Novamente ocorreram desapropriação e indenização, mas poucas.

A diferença deste plano para o anterior repousa na amplitude, na forma como está sendo realizado e no caráter misto de investimento de capital, público e privado, este último recebendo incentivos de isenção de taxas e impostos. O Plano de Revitalização foi elaborado para ser realizado em etapas, dividindo metodologicamente o Bairro em setores, para melhor execução, com previsão temporal para as realizações. A intervenção do início do século ocorreu em todo o Bairro, com demolições que não apresentavam preocupação alguma em manter vestígios do que teria sido um passado a ser esquecido em prol de uma imagem de modernidade, e foi idealizado para ser concluído em poucos anos, apesar de o processo de reconstrução das áreas demolidas menos valorizadas se arrastar por quase dez anos. Já na intervenção do final do século passado, havia o interesse em manter os imóveis "antigos", a preocupação em evocar a história, deixando à mostra elementos que comprovassem esse passado. De toda forma, mudanças iniciais foram afastando os moradores, no começo os que viviam nas ruas que estavam no foco da primeira etapa do projeto.

De acordo com dados em Zancheti & Lacerda (1998), entre 1993 e 1996, os gastos da Prefeitura foram distribuídos da seguinte forma: desapropriações de imóveis, 8,04%; elaboração de projetos, 20,06%; obras, 71,9%. Nesse caso, também houve investimentos privados, diferente da investida anterior onde o Estado era o financiador. Os investimentos públicos, pequenos se comparados à Operação Pelourinho, teve, no caso do Bairro do Recife um *“efeito multiplicador substancial, obetendo forte resposta do setor privado”* (pg.03). Para cada R\$ 1,00 investido pelo poder público no Bairro, o setor privado investiu R\$ 1,07 na Rua do Bom Jesus. O investimento privado se deu em sua maior parte para fins comerciais, seguidos de fins institucionais.

Os investimentos foram inicialmente concentrados no Pólo Bom Jesus, que representa apenas 10% da área total construída do Bairro. A recuperação dos prédios primeiramente se dava apenas no andar inferior, deixando os superiores sem recuperação. Várias propriedades estavam sem utilização ou subutilizadas e à noite a área parecia abandonada. As melhorias na região da Rua do Bom Jesus ocasionaram a elevação dos preços dos aluguéis na área, enquanto outras áreas do Bairro tiveram seus preços reduzidos. Contudo, as melhorias foram gradativamente extendidas a outros espaços da ilha o que certamente contribuiu para valorização dos imóveis das novas áreas atendidas.

Embora as duas reformas se diferenciem no tratamento dado à importância do passado, elas se assemelham por provocarem o afastamento de seus moradores e trabalhadores ligados a atividades exercidas anteriormente ao início das reformas. No caso do processo de revitalização que acontece no Bairro, muita gente foi gradualmente saindo da área, perdendo seu local de moradia e/ou trabalho devido às mudanças ocorridas nos usos do lugar. A prática da prostituição, comum na ilha antes da reforma, perdeu sua força uma vez que seus clientes deixaram de freqüentar os bordéis e as

prostitutas tiveram que seguir para outros pontos mais rentáveis. Apesar disso, ainda permanece na ilha uma população que vive em condições adversas, encravada na periferia desse novo Centro do Recife. Desta vez, uma outra maneira de ver essa população faz com que as políticas públicas busquem favorecer alguns moradores, notadamente aqueles que residem no entorno da Igreja do Pilar, monumento tombado em nível federal.

V – A POPULAÇÃO LOCAL:

trabalhadores do porto, moradores de pensões e da Comunidade do Pilar

Para apreender as realidades dos sujeitos que têm um maior grau de inserção, de pertencimento ao Bairro do Recife, realidades estas, invisíveis ao simples passante, entrevistei trabalhadores do Porto e residentes. São pessoas que estão na ilha há anos compondo a paisagem e estabelecendo um ritmo à vida não revitalizada. A divisão na apresentação das observações nas categorias moradores da comunidade, moradores de pensões e trabalhadores do porto, reflete a separação física entre seus locais de trabalho e/ou moradia e a divisão que existe em seus modos de vida.

5.1 - Quem mora no Bairro do Recife?

Em 1840 eram 1.893 habitantes, de acordo com Sette (1978:48). Em 1910, 13.000. Três anos depois, época da reforma, 5.146 residentes. Mais dez anos, apenas 3.206 moradores¹⁸. E a população continuava a decrescer. Nos anos 70, 1.670, segundo dados em Zancheti; Marinho & Lacerda (1998:12). Ainda conforme esses dados, em 1980, eram 604 residentes e em 1991, apenas 566 pessoas com residência fixa no Bairro. Em 2001, 1110 residentes, a maioria das quais na Comunidade do Pilar.

Responder essa pergunta com dados atuais foi difícil. Sempre andava pelo Bairro do Recife e via roupas penduradas nas janelas dos edifícios. Achava que toda aquela população estivesse registrada nos censos. Não foi fácil descobrir quantos, quem

¹⁸ Dados de 1910, 1913 e 1923 retirados de LUBAMBO (1991), pgs. 96, 124, 136, respectivamente.

eram e onde residiam esses moradores. Procurei nos censos do IBGE, mas não consegui encontrar a informação que buscava, pois só havia dados da cidade como um todo. Fui à biblioteca do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife e as pessoas com quem falei não souberam me responder com precisão. Disseram que os dados que tinham eram muito antigos e não condiziam com a realidade atual e que a população residente no Bairro era muito inconstante, com alguns moradores deixando o Bairro e outros ali chegando, um fluxo que nos ultimamente se caracterizava por maior saída do que chegada de pessoas.

Mas onde moravam essas pessoas? Conforme Zancheti; Marinho & Lacerda (1998), "*os habitantes concentram-se na Favela do Rato (Comunidade do Pilar).... Os outros moradores vivem em pensões e casas de cômodos*" (pg.12).

Tive acesso ao Plano de Desenvolvimento do Porto Digital (Gonçalves & Reynaldo, 2001), o qual continha dados sobre uma comunidade existente no bairro. De acordo com esse trabalho, alguns moradores estão há mais de cinquenta anos na ilha, a maioria residindo no Pilar e no Brum, outros chegaram há uns vinte e cinco anos, como uma porção dos que moram na Comunidade do Pilar, onde vivem mais de 1.000 pessoas. Sobre as pensões, o Plano apenas diz que entre os anos de 1993 e 1996 ações da revitalização foram eficientes em afastar seus moradores, sem fornecer números, nem indicar as condições de vida e das habitações em que essas pessoas residiam.

Visitei o *site* da Prefeitura da Cidade do Recife¹⁹, que detém um espaço especial dedicado ao Bairro do Recife, entretanto não há sequer menção à população residente. Voltei, então, ao Escritório de Revitalização, desta vez já em 2003, e procurei a pessoa responsável pela parte social que pôde me inteirar dos últimos resultados de pesquisas realizadas pela Empresa de Urbanização do Recife (URB). De acordo com esses

¹⁹ www.recife.pe.gov.br

dados²⁰, colhidos em outubro de 2001, encontravam-se residindo na Comunidade do Pilar, 1052 pessoas, distribuídas em 463 imóveis, todos cadastrados. Obtive também dados colhidos em janeiro de 2003, contidos em um relatório no qual estavam cadastrados os imóveis com uso residencial no perímetro tombado pelo IPHAN²¹. Nele estão registrados nove imóveis, enquadrados como casa de cômodos, onde se pode alugar quartos por diárias, e um imóvel caracterizado como cortiço, conhecido como o antigo *Convento*. A população residente nesses 10 imóveis é de 58 indivíduos, além da população temporária, que não tem esses cômodos como residência fixa.

Verifica-se, então, segundo os dados mais recentes (Recife, 2001), a existência de 1110 pessoas residindo no Bairro do Recife, a maioria instalada na Comunidade do Pilar. Com a constatação de que a população que mora no Bairro do Recife se concentra na Comunidade do Pilar e em pensões, direcionei minha investigação para essa área do Bairro do Recife.

5.1.1 - A Comunidade do Pilar - A Pobreza Escondida

A Comunidade do Pilar, antes conhecida como Favela do Rato, está localizada no Bairro do Recife. Essa comunidade fica "Fora-de-Portas"²² escondida entre ruas que foram fechadas pelas Fábricas Pilar e Moinho Recife, que delimitam seu território ao norte e ao sul, respectivamente, tendo a leste, a Av. Alfredo Lisboa e a Oeste, a Rua do Brum. É um pedacinho escondido que não tem atrativos de lazer como a Rua do Bom Jesus. O que existe de patrimônio histórico edificado é a Igreja do Pilar, que está com suas portas e janelas fechadas por tijolos.

²⁰ RECIFE. (2001). *Pólo Pilar: Diagnóstico Sócio-Econômico da Comunidade Nossa Senhora do Pilar - Bairro do Recife*. Empresa de Urbanização do Recife, Prefeitura da Cidade do Recife.

²¹ Ver mapa 02

²² Ao final da Rua Bom Jesus, ao norte, existia um arco delimitando o que estava dentro e fora de portas.

O histórico dessa comunidade começa na década de 70 com as desapropriações e demolições de seis quadras compreendidas entre o Moinho Recife, Fábrica Pilar, Ruas de São Jorge e do Brum, para ampliação do porto. A população da área foi desalojada e se iniciou um processo de deterioração física e funcional. Um muro de dois metros de altura foi erguido. Entre os anos de 1975 e 1987 a ocupação informal tomou conta das calçadas. Durante o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, em 1987, tomou-se conhecimento oficial da Favela do Rato, que existia em condições precárias, inclusive contando com a visível presença dos roedores que lhe dava nome. Em 1995, a ocupação, antes restrita às calçadas expandiu-se para o interior a partir de aberturas no muro existente. Em 1997, durante a implantação do Plano de Revitalização do Bairro, foi inaugurada uma escola municipal. Segundo dados da Prefeitura²³, nos últimos 16 anos a ocupação do local vem crescendo, passando de 87 edificações em 1987, para 370 em 1997 e finalmente para as 463 edificações registradas em 2001.

Decidi visitar a favela acompanhada de um amigo. Fomos andando em direção à comunidade do Pilar e resolvi usar a desculpa de ir ver a Igreja do Pilar para entrar na comunidade, para justificar minha presença nessa área onde ninguém entra, apenas os que moram e os funcionários ligados à Prefeitura que fazem trabalhos assistenciais.

Passamos pelos depósitos de farinha da Fábrica Moinho Recife. O movimento era o que eu sempre tinha visto: homens carregando sacos e os colocando nos caminhões. As pessoas meio brancas de pó e as ruas também. Um pouco antes desse trecho pudemos ver carrocinhas vendendo cachorro-quente e refrigerante a preços módicos a pessoas que provavelmente trabalham pela região: Porto, Moinho Recife, Pilar.

²³ RECIFE. (2001). *Programa de requalificação urbanística e inclusão social*. Empresa de Urbanização do Recife, Prefeitura da Cidade do Recife.

Fomos entrando pela favela. Depois das fábricas existe uma rua de barro e nos lados muitos barracos. Esta é a comunidade. No início vêem-se alguns botecos comercializando bebidas e comida. Logo que entramos as pessoas ficaram olhando como se perguntassem quem éramos nós e o que estaríamos fazendo por lá. Éramos estranhos ao ambiente, eu com bolsa relativamente grande e meu amigo com uma mochila e uma máquina fotográfica, e com aparência de estrangeiro.

Continuamos a caminhar. Para justificar a nossa presença diante de todos os olhares, perguntei se aquele era o caminho que nos levaria à Igreja do Pilar. Confirmaram e seguimos. A rua é de barro com esgotos e água correndo. Os casebres são feitos de restos de madeira, papelão, plástico, fórmica e alguns poucos, de tijolos. As pessoas estavam em frente de casa conversando e as crianças brincando, correndo. Umas mulheres estavam sentadas em cadeiras na frente de casa conversando. Outras estendiam roupas. As portas das casas geralmente estavam abertas. Fomos adentrando e os olhares se voltaram para nós.

No final da rua se encontra a Igreja do Pilar. Ela está completamente fechada. Janelas, portas, qualquer abertura que existia antes está fechada por tijolos. No início fiquei meio revoltada pela situação da igreja, mas depois soube, através de jornais²⁴, que ela estava assim porque tinha sido saqueada várias vezes e como o IPHAN e a Prefeitura não tinham como manter a segurança no local, preferiram vedá-la. No largo haviam pessoas conversando, sentadas nas escadarias. Paramos em frente à Igreja e ficamos observando. Um homem gritou: “ - Vocês são doidos de estarem por aqui! Aqui só tem ladrão e traficante! Só tem boca!”. Nós ficamos apenas olhando. Então outro homem que estava sentado na escada da igreja interpelou o primeiro: “ – O que é você tá falando aí? Aqui na favela tem gente decente! Não tem nada disso não!”. Depois de

²⁴ Jornal do Commercio. (2002f), *Igreja do Pilar é mais uma vez alvo de vândalos*. Recife, 07 de novembro.

um tempo resolvemos retornar. Na volta uma mulher que estava estendendo roupas comentou: “ – Não liguem não. Ele tá bêbo. Aqui não tem problema não.”

Ao entrar na comunidade a paisagem muda de uma forma brusca. Afasta-se da Rua do Bom Jesus, ou da Praça do Arsenal, que estão localizadas mais perto do caminho para a favela, de um ambiente arborizado, ruas de paralelepípedos, pessoas passeando, descansando, conversando, bebendo ou se divertindo; passa-se por um trecho em que homens fortes carregam sacos e sacos de farinha, todos sujos de pó; segue-se por uma rua sem urbanização alguma, com esgotos correndo, pequenas casas improvisadas e muita gente. Sai-se de um espaço de diversão e 'história', passa-se por um de trabalho e chega-se a um de residência, sem 'história' nem pompa.

A realidade da comunidade

A realidade da comunidade é bem distinta da vivenciada na área revitalizada do Bairro. Segundo Lacerda (2003), a Comunidade do Pilar detém os piores índices de inclusão social do município (saúde, emprego, educação...) e é considerada a pior periferia da Cidade do Recife. Para melhor delinear essa situação, exporei falas dos moradores, permitindo que suas vozes sejam ouvidas.

O conjunto de habitantes da Comunidade do Pilar é bastante heterogêneo. Vivem lá prostitutas, travestis, trabalhadores do porto, desempregados, comerciantes, aposentados, pessoas que sempre moraram ali, e pessoas que vieram de outros bairros. O grau de instrução é baixo. Mais de 68 % da população não concluiu o 1º Grau, conforme tabela abaixo:

Tabela 01- Grau de Escolaridade

| ESCOLARIDADE | ABSOLUTO | PERCENTUAL |
|--------------------|-------------|------------|
| Analfabeto | 77 | 7,3 |
| 1º Grau Incompleto | 718 | 68,3 |
| 1º Grau Completo | 9 | 0,9 |
| 2º Grau Incompleto | 30 | 2,9 |
| 2º Grau Completo | 41 | 3,8 |
| Superior | 3 | 0,3 |
| Não Informado | 170 | 16,1 |
| Outro | 4 | 0,4 |
| TOTAL | 1052 | 100 |

Fonte: Pólo Pilar – Diagnóstico Sócio-Econômico da Comunidade Nossa Senhora do Pilar – Bairro do Recife, Out/2001. Recife:

URB.

A população é carente, existindo alguns moradores em condições de extrema miséria, que não têm sequer documentos, e vivem pedindo de porta em porta na própria comunidade:

“Bem, eu vim morar aqui pela uma necessidade porque eu morava na rua.”(Márcia);

“... o que só me atrapalha é o alimento delas. Eu batalho, eu corro aqui. E o colégio me ajuda a eu alimentar minhas filhas. Quando não tenho comida eles vai e me ajuda.” (Severina);

“Agora mesmo, hoje mesmo, amanheci lisa. Fui ali, eu disse só tenho três ‘real’, botei três ‘real’ de galinha que eu não vou passar fome” (Sílvia);

“Só come quando ganha aquela sopa, quando ganha aquele pão, quando ganha aquela roupa usada. Só veste uma roupa se for usada, não tem dinheiro pra comprar.” (Sílvia).

A renda de 41% da população é de até R\$ 180,00²⁵, alguns não têm renda, conforme tabela abaixo:

Tabela 02 – Tipos de Renda Familiar

| TIPOS DE RENDA | ABSOLUTO | PERCENTUAL |
|-------------------|------------|---------------|
| Formal | 85 | 23.8% |
| Informal | 227 | 63.4% |
| Sem Renda | 42 | 11.7% |
| Formal e Informal | 04 | 1.1% |
| TOTAL | 358 | 100.0% |

Fonte: DIUR/ABRIL/98

²⁵ Dados estatísticos retirados de RECIFE. (2001). *Pólo Pilar: Diagnóstico Sócio-Econômico da Comunidade Nossa Senhora do Pilar - Bairro do Recife*. Empresa de Urbanização do Recife, Prefeitura da Cidade do Recife.

Famílias inteiras dependem de incentivos do governo, como o *bolsa-escola*, gerando até brigas pelo dinheiro:

"Minha sorte é que eu ganho essa bolsa-escola"(Márcia);

"...passei uns tempos paradas, só com a bolsa-escola e a renda do homem"(Olívia);

"Até briga por dinheiro do bolsa-escola tem. Porque a avó quer receber o dinheiro da neta e a mãe também quer"(Sílvia).

Muitos não têm emprego garantido e vivem de bicos, catando lata ou vendendo cerveja em eventos. Mais de 70% dos trabalhadores da comunidade atuam no próprio Bairro²⁶:

"Muitos trabalham. Muitos não têm trabalho, não têm emprego, não é. 'Veve' de catar latinha. Outros 'veve' de, puxando carroça. É assim. Tem muitos que é arrumador, tem uns que é estivador"(Olívia).

A habitação é improvisada com madeira, taipa, tijolos, plástico e paredes de ruínas. A maioria, 55,9 %, tem apenas um cômodo e 22,7 % são de dois cômodos. Algumas em péssimas condições de moradia:



Foto 09 – Comunidade do Pilar Fonte: Site do CDI-PE

"Se você ver a casa dela, tá caindo. Tá caindo...Esses paus ali é tudo dela pra ver se ajeita a casa dela" (Sílvia);

"....mora num banheiro deste tamanho. Aquilo não é uma casa, é um banheiro" (Sílvia).

²⁶ Dados de RECIFE. (2001). *Programa de requalificação urbanística e inclusão social*. Empresa de Urbanização do Recife, Prefeitura da Cidade do Recife.

A região dispõe de serviço de saneamento como água e esgoto, mas são apenas algumas casas que deles se beneficiam. As casas também têm luz. Mas, como na maioria das favelas, nenhum desses serviços é pago.

Os insetos estão por todo o lado, os ratos também:

“É rato, barata, formiga, muriçoca. Nós ‘conveve’ com tudo isso.” (Márcia);

“Rato é demais. Já morreu até gente aí com doença de rato. Já foi gente hospitalizado e tudo.” (Olívia).

Mesmo nessas condições as famílias continuam crescendo. São mães solteiras com seis filhos, casais de desempregados com sete filhos. Adolescentes grávidas, com mais de um filho. Jovens avós que mal sustentam os filhos e têm que assumir os netos, como é o caso de Olívia, que trabalha em seu fiteiro na porta da escola da comunidade, onde mora com o marido e os filhos, cuja filha de 19 anos está aproximadamente no sexto mês de gravidez.

Existem bocas de fumo na área, o que gera certa violência e acaba envolvendo os jovens com o tráfico de drogas:

“E eu não tenho nada a ver que perto da minha casa seja boca de fumo. Sabe por quê? Porque a polícia é paga pra fazer o serviço dela e não a comunidade fazer o trabalho da polícia...Eles entraram na minha casa e me trataram como cachorro, que é o que eu tô me sentindo. Até hoje estressada, tratada como cachorro. Quando vê o pessoal no meio da rua, é botando na parede. Não respeita de menor, de maior, velho, ninguém.”(Sílvia);

A falta de controle sobre os filhos, a ociosidade e o medo do envolvimento deles em transações ilegais afligem as mães desses jovens. Márcia, moradora da comunidade, é responsável por seis filhos dentro os quais um se encontra preso e um outro está “perturbando muito” a ponto de ela procurar um juiz para colocar seu filho em um ambiente onde ele esteja seguro e não a preocupe.

A violência e o tráfico são atribuídos ao crescimento da favela, à chegada de gente de fora, de malandros e de vagabundos:

"Além dos inseto de madrugada, de dia tem os inseto que é gente"(Márcia);

"...logo quando era pequeno meus filho não se envolvia com nada, né. Agora a favela cresceu. Muita malandragem aumentou. Tai meu filho se envolvendo." (Márcia).

O abandono por parte dos órgãos competentes é uma queixa constante, principalmente depois da remodelação do Bairro do Recife:

"O que tem de ruim? Rato. Muito rato. Rato e um abandono total que tem nessa comunidade. Agora você vê uma comunidade dessa pequena, bem em cima da Prefeitura, bem em cima do Recife Antigo, onde só tem turista, e a comunidade tão abandonada."(Olívia).

No início da dissertação, quando falava das condições em que fiz as entrevistas, usei o termo "entrar na comunidade". Esse termo me leva também a pensar em outro aspecto do estar separado, isolado, excluído em relação ao resto da ilha, para além do aspecto físico. Ao se referirem à comunidade, seus moradores falavam "aqui dentro", e para se referirem à parte revitalizada sempre falavam "Recife Antigo", como se eles não fizessem parte desse Recife Antigo:

"Meu marido tinha um bar no Recife Antigo."(Sílvia);

"A turma sai daqui, de noite mesmo, pega as carrocinhas, vão lá pra frente do Recife Antigo, ali vender as coisas" (Sr. José);

"Agora você vê uma comunidade dessa pequena, bem em cima da Prefeitura, bem em cima do Recife Antigo..."(Olívia);

"...quando é época de evento, quem tem comércio tem direito de pegar barraca no Recife Antigo." (Sr. José).

Os moradores da comunidade a consideram um espaço fechado, à parte do resto da ilha. Como se existissem dois bairros distintos dentro de um só. Além da comunidade, o próprio Bairro do Recife é um lugar fechado para eles, pois há claras barreiras físicas. Referem-se ao resto da cidade como "lá fora": "*Eu só vou lá pra fora se for pra trabalhar.*" (Silvia); contrapondo ao "aqui dentro", expressão utilizada para se referirem à ilha. Eles estão duplamente cercados, limitados.

A vida no Pilar, como é chamada a região, está intimamente ligada ao ciclo dos eventos no "Recife Antigo", pois boa parte dos moradores "defendem alguma coisa" fazendo biscates nos eventos, seja catando latas, vendendo bebidas, churrasco, pastéis, batata frita, ou guardando carros nas ruas, motivando uma movimentação interna na busca por dinheiro para comprar as mercadorias que serão vendidas, pela definição do local de trabalho - seja confirmar em que rua irão colocar a barraca, seja saber em que barraca vão trabalhar -, na busca por ajudantes ou por alguém que vá precisar de ajuda. À parte do trabalho, alguns vão às festas para se divertir, principalmente os mais jovens.

O trabalho

A preocupação com a falta de emprego é um tema sempre tocado nas entrevistas. A baixa qualificação e a falta de oportunidades leva a população a viver de trabalhos esporádicos, informais, algumas vezes apropriando-se do espaço do Bairro do Recife como seu, como é o caso dos *flanelinhas*.

O trabalho informal esteve sempre presente no cotidiano dos habitantes da comunidade, modificando, com a revitalização, apenas o modo de exercer esse trabalho. Antes eram ambulantes na Rua do Bom Jesus, hoje são barraqueiros em eventos no próprio Bairro, alguns cadastrados pela Prefeitura, recebendo uma maior infra-estrutura

e pagando impostos, outros vendendo bebidas em depósitos de isopor e churrasquinhos fora da "barreira" imposta pela Prefeitura.

A Prefeitura coordena a colocação e disposição de barracas nos grandes eventos do Bairro do Recife, limitando seu número e distribuindo-as aos comerciantes através de sorteios. Um número de barracas é instituído para cada evento. Algumas são reservadas para serem sorteadas entre os comerciantes da comunidade e outras são sorteadas entre barraqueiros do Recife, cadastrados no Sindicato dos Quiosqueiros, o que para os comerciantes da comunidade é uma injustiça, visto que os outros estão invadindo a "área" deles: *“Gente que não mora na área da gente, que vem do Pina, vem de Boa Viagem, vem de outros lugares explorar a área da gente, entendeu?” (Sílvia).*

O sorteio é feito entre os comerciantes locais que se cadastraram antes do evento. É uma questão de sorte conseguir uma barraca. Muitos ainda não conseguiram. No último evento, a Paixão de Cristo do Recife, em abril, vinte e oito comerciantes disputaram três vagas a eles destinadas, de um total de dez.

Para comprar as mercadorias que vendem nas barracas, pedem dinheiro emprestado a conhecidos ou ao Banco do Povo²⁷, um programa da Prefeitura da Cidade do Recife para facilitar o crédito para quem tem pequenos negócios. No Banco do Povo não é preciso apresentar avalista, os juros são de 2 a 4% ao ano e o trabalhador pode trabalhar por conta própria ou para alguma pequena empresa, além de receber orientação técnica. Esses empréstimos caem como uma luva para as mãos dessa população.

Quem consegue colocar uma barraca em um evento, tem bom lucro, porém boa parte desse dinheiro já está comprometida com dívidas adquiridas em empréstimos e nas mercearias da comunidade, ressaltando a incerteza do dia a dia dessa população.

²⁷ <http://www.recife.pe.gov.br/pr/sececonomico/p1.html>

Para ter renda, muitos abrem uma venda, ou barracas como chamam, na própria casa. Vendem artigos básicos como feijão, arroz, açúcar, papel higiênico, a um preço mais elevado que o de mercado. Há uma diferenciação no preço à vista e fiado, prática, esta, muito comum na região. Catar lata, catar papelão, vender picolé na própria comunidade, guardar carros ou simplesmente pedir, são outras alternativas encontradas.

As histórias de vida de Sílvia e Olívia são um retrato dessa realidade.

Sílvia, que mora no Bairro do Recife desde os quinze anos, hoje aos quarenta, já trabalhou como ambulante na Rua do Bom Jesus, teve um bar juntamente com seu marido, herdado da família dele, na Rua do Apolo, nos anos em que o processo de revitalização estava apenas começando e esta rua concentrava um público jovem alternativo; ultimamente é *barraqueira*, vende churrasquinhos, batata-frita e bebidas em eventos e, para garantir uma renda, vende picolés confeccionados por ela mesma na comunidade. No último grande evento, a Paixão de Cristo, em abril, não foi sorteada para ter direito a uma barraca e foi trabalhar com um conhecido, porém ficou doente e amargou um prejuízo de R\$ 90,00, tendo que vender dois butijões de gás para quitar as dívidas. Durante o carnaval, Sílvia conseguiu um bom lucro com sua barraca, mas parte desta quantia já devia a amigos e em barracas.

Olívia vive há oito anos na comunidade e já trabalhou como *flanelinha*, vendeu roupa, teve barraca no Recife Antigo e atualmente tem um fiteiro que comprou com um empréstimo conseguido por meio da Cruzada de Ação Social, instituição envolvida no programa de requalificação do Pilar.

Na entrada da comunidade há também os comerciantes que mantêm seus negócios próximos às fabricas Pilar e Moinho, de onde vêm seus clientes. Alguns não residem na comunidade, apenas mantêm o negócio ali, outros passam a semana lá e voltam para casa, em outros bairros, no final de semana, e outros, ainda, realizam o comércio em suas próprias casas. São vendidas bebidas, comidas, como dobradinhas e buchadas, por exemplo, e lanches a baixos preços, tendo em vista as possibilidades econômicas de seus consumidores em potencial. As condições de higiene e conforto são precárias. Geralmente há algumas mesas de alumínio em pequenos vãos, e quando não há, as pessoas comem em pé mesmo, na maioria das vezes ao som de um rádio.

Conscientes da realidade vivida por seus fregueses, os comerciantes localizados na “entrada da comunidade” se mostram extremamente insatisfeitos com a possibilidade de mudança de seus pontos comerciais, que serão transferidos, de acordo com o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social, para um centro de comércio no Pilar requalificado, ficando, desta maneira, distantes dos seus consumidores. Sr. José, comerciante da área, explicou-me que a maioria das pessoas que ali compram, trabalham por perto e compram fiado. A proximidade do local de trabalho e as facilidades de compra são o que conquista os clientes. Indo para longe, a sua clientela não iria se deslocar até o centro comercial e comprariam fiado em algum lugar mais próximo:

“...do jeito que tão querendo fazer, tão querendo achatar a gente porque tão tirando a gente de uma área que a gente tá colocado pra botar numa área que a gente vai fazer uma aventura” (Sr. José);

“Esses pessoal que tão em fiado já vai fazer fiado em outro canto mais perto, não vai lá pra baixo” (Sr. José).

Seu desejo é que o projeto não caminhe. Essa vontade é reforçada pela descrença que tem na realização de projetos públicos. Segundo Sr. José, que se estabeleceu na

comunidade há oito anos, desde que ele chegou no Bairro há a promessa de melhorias na área que transformaria a estrutura do comércio. Para ele, melhor é ficar onde está porque ali é que é especial, próximo ao movimento. E enquanto estiver do jeito que está, enquanto a reforma ficar só no projeto, está bom. E os comerciantes vão levando a vida na esperança que, de modo antagônico aos residentes, o projeto não se concretize.

Além das pessoas que trabalham em barracas durante eventos, dos pequenos comerciantes que vendem artigos básicos para a própria comunidade, dos pedintes, dos catadores de lata e papel, dos assalariados (trabalhadores do porto, domésticas, fiteiros...) e dos comerciantes da “entrada da comunidade”, estão surgindo oportunidades de trabalho para os jovens da comunidade através do projeto de inclusão social. Esses jovens são acolhidos em trabalho voluntário e recebem capacitação, geralmente em computação, provavelmente o futuro forte da ilha, depois do lazer histórico.

Esperanças de conseguir um trabalho estão brotando para aqueles que estão se capacitando nos cursos oferecidos pelo projeto de inclusão nos novos espaços que irão passar a existir com a inauguração dos *shoppings* do Bairro, em alguns postos já disponibilizados pelo Paço Alfândega, e em outros empreendimentos fora da ilha.

"Era lindo aquele homem ali"²⁸ - As intervenções da revitalização

Aparentemente o processo de revitalização não mudou em nada a vida dos moradores da Comunidade Nossa Senhora do Pilar. Entretanto, olhando mais detalhadamente percebemos que a atenção dispensada à comunidade pela Prefeitura e instituições parceiras ampliou a possibilidade de capacitação profissional e pessoal de

²⁸ Frase dita por D. Sílvia, em entrevista para a autora, se referindo à estátua do Barão de Rio Branco.

seus moradores. Este ano, quando estava no escritório da Diagonal, na comunidade do Pilar, tive a oportunidade de ter uma breve conversa que me mostrou o real funcionamento dessas capacitações. Enquanto esperava no escritório conheci Dona Jucilene que me contou ter feito um curso de limpeza hospitalar, além do curso de cabeleireira, e que havia sido selecionada para trabalhar numa empresa do ramo.

A presença do escritório do Programa de Requalificação e de assistentes sociais trouxe benefícios a essa população como, por exemplo, a ajuda na retirada de documentos e orientações em geral. A nova movimentação gerada pela concretização dos pólos de diversão e a realização de eventos proporcionou um trabalho informal, mais um meio de ganhar a vida com a colocação de barracas, seja dentro ou fora da “barreira” imposta pela Prefeitura. Mudanças no leque de oportunidades profissional começaram a acontecer, as físicas ainda não.

As transformações físicas na região do Pilar, que comumente causam maior impacto, ainda não se efetivaram, porém sua base já começou a ser construída através das ações preliminares do Programa de Requalificação Urbanística. A demora na conclusão do projeto de urbanização faz aumentar ainda mais a descrença por parte dos moradores, que esperam por isso há anos, de modo contrário aos comerciantes, transformando em sonho a possibilidade de uma moradia mais confortável e digna:

“Esse projeto da gente era pra ser feito ano passado a casa da gente, até hoje...Fica o dito por não dito. Não... é em dezembro, é em janeiro, é em fevereiro. Tinha certeza que esse projeto começava em janeiro. Já mudou pra março, já mudou pra dezembro. Ai, paro ano pra janeiro. E ninguém tá vendo fazer nada”(Sílvia).

“Eu achava...eu...se for verdade mesmo vai ser bom. Eu sou doidinha que essa favela já saia. Mas é uma coisa que eu acho muito difícil.” (Olívia)

Ao mesmo tempo que se incomodam com a demora em ter seus apartamentos, os moradores se preocupam com os compromissos que terão de assumir nessa nova realidade. Os novos apartamentos terão os serviços de água e luz regularizados e será necessário pagar condomínio. Mais gastos que inquietam essa população que mal se sustenta sem essas obrigações.

Um pouco mais distante da comunidade, na área revitalizada da ilha, as transformações físicas já podem ser vistas e sentidas por todos. Espaços que antes eram utilizados pelos moradores do Pilar, que eram símbolos para eles, foram alterados, a exemplo da Praça do Marco Zero. A Praça onde Dona Sílvia ia descansar com a filha, olhar a estátua do Barão de Rio Branco a tomar conta dos navios e tirar fotos não existe mais. A Praça virou um amplo largo para realização dos eventos nos quais normalmente Dona Sílvia trabalha. “Aquele homem” não consegue mais cuidar dos seus navios de onde está agora:

“Se eu tivesse dinheiro eu lutava pra botar ele no mesmo lugar. Que era muito lindo aquele homem ali. Agora onde ele tá, ele só fica apontando, não vê os navios dele. Antes ele ficava de frente pros navios dele. Eu acho que ele tem um cuidado naqueles navios mais que todo mundo.” (Sílvia).

A travessia para os arrecifes, do outro lado do cais, para pescar, tomar banho de rio e se divertir também era algo comum de se fazer, mas hoje em dia é preciso pagar para atravessar e a falta de dinheiro impede essa diversão. A saída é ficar em casa. Quando há algum evento de cujo artista gostam, conseguem dar uma escapada do trabalho para dar uma olhada.

“Bairro melhor que esse não existe”²⁹ - A relação com o lugar

²⁹ Frase dita por D. Sílvia em entrevista à autora quando questionada se gostava ou não de morar no Bairro do Recife.

Como visto anteriormente, a ligação com o lugar e seus símbolos revela uma inserção verdadeira, que não é forçada por atores externos. A lembrança de Dona Sílvia do banho no rio nunca será lembrada por outros que não tenham habitado, realmente vivido, feito parte da ilha. A construção da vida dessas pessoas está marcada pela ilha. A frase acima, dita por Dona Sílvia, revela que, apesar de todas as dificuldades, os moradores da comunidade gostam do Bairro do Recife e da comunidade.

A solidariedade, a localização e o bairro em si são razões de gostar de viver ali. A ajuda que vem da própria comunidade reforça a ligação entre seus moradores e o lugar. Quando um precisa, alguém dá um fogão velho, outro dá um prato de sopa, outro dá uma roupa usada:

"O que é que tem de bom? A gente pode passar da hora do comer, mas não passa fome" (Sílvia).

"As meninas lá da comunidade onde eu moro me deu um fogão com registro e tudo" (Severina)

A proximidade do centro comercial da cidade e de seus principais bairros oferece aos moradores um fácil acesso a mercados, hospitais, instituições públicas, igrejas, entre outros lugares. Esse aspecto valoriza bastante seu local de moradia. Segundo Sr. José:

"Praqui tudo é perto. Só não é perto pra cemitério, porque eu não vejo um cemitério por aqui por perto. Mas pro resto, tudo é perto. Você quer ir na padaria tem perto, farmácia tem perto. Você aí já tá dentro do centro já."

Existem algumas pessoas não têm esse apego ao local e afirmam que sairiam de lá caso fossem oferecidas melhores condições de moradia em outro bairro, entretanto a existência de um projeto de urbanização gera expectativas:

“Eu prefiro...quer dizer...se for como eu tô pensando, em melhoria, eu preferi ficar né. Mas se for continuar assim, eu prefiro sair. Porque tem hora que eu me arrependo por ter pedido pra ficar, sabe. Tem hora que eu me arrependo. Mas se melhorar eu pretendo ficar.”(Márcia).

Com todas as melhorias recebidas, o *status* do Bairro do Recife foi elevado em relação aos anos anteriores às reformas (notadamente décadas de 70 e 80). Ocorreu uma valorização física e sobretudo simbólica que me foi retratada por alguns entrevistados, especialmente por Dona Sílvia. Ela se orgulha de ter crescido no Bairro, de ter conhecido durante sua vida na ilha muitas pessoas, incluindo advogados e médicos que a tratam muito bem, e tem guardado em casa, com muito cuidado, todos os recortes de jornais onde apareceu dando entrevistas. A valorização dada ao Bairro pela comunidade e pela mídia, através da qual os moradores da ilha tiveram oportunidade de serem vistos, aumenta o orgulho e a vontade de permanecer, apesar de todas as dificuldades e descrenças. Os passeios para o outro lado do cais, a pescaria, o descanso na praça do Marco Zero ao lado do Barão de Rio Branco não acontecem mais, porém irão continuar na memória.

Esse novo *status* preocupa os empreendedores da requalificação do Pilar porque o lugar, assim como a Copacabana do final da década de 60 para os moradores dos subúrbios cariocas (Velho, 1978), pode se tornar um centro de atração para familiares ou outras pessoas de classes sociais mais baixas que desejem usufruir do *status* do lugar e dos benefícios recebidos por essa população.

Como é vista pelos outros

As diferenças, diversidade e desigualdades existentes entre a população local podem ser percebidas nas dessemelhanças da natureza de suas preocupações, dos modos

de apropriação do espaço, dos modos de vida, entre outras coisas. Um aspecto que me chamou a atenção para a separação e distância que há entre eles foi a imagem de exclusão e de lugar a ser evitado que comunidade carrega consigo. Esta não é vista pelos outros moradores da ilha e por trabalhadores do porto como um bom lugar. Nas entrevistas fica claro a associação que é feita por eles entre a comunidade, as drogas e a violência. Os portuários, mesmo dizendo ser pobres e morar em favelas, como a Favela do Coque, em Joana Bezerra, e do Bode, no Pina, não gostariam de morar no Pilar. Parece que o nível de pobreza da comunidade está abaixo do nível em que eles vivem. Como se considerassem pobres, mas não tanto a ponto de morar na comunidade. Os entrevistados não freqüentam a comunidade e também não gostam do ambiente de lá. Para eles é um lugar que não presta:

"Porque é muito violento aí dentro, né. Violento demais"(Ricardo);

"...aqui, quer dizer, pra mim não dá pra morar. Não dá porque não tem moradia...Só se for dentro da favela. Ali eu não vou" (Rodrigo).

"...Eu mesmo não vou ali...eu moro esse tempo todinho aqui, eu juro a você, desde que tem o Brum, se eu muito fui ali foi cinco vezes. Esse tempo todinho. Não gosto dali" (Felipe).

Por parte dos habitantes da comunidade, não percebi que esse estigma dado pelos outros grupos que compõem a população local fosse sentido, mas notei que eles têm plena consciência da presença das drogas e da miséria em seu cotidiano, da situação de exclusão e esquecimento em que vivem em relação ao resto da sociedade. Consideram-se pobres, porém dignos e aptos para o trabalho:

" Esse é o meu desejo que ela dê uma vida melhor à filha dela, entendeu, do que eu dei a ela. Quer dizer, como pobre, porém digna" (Sílvia)

"Eu quero trabalhar pra ganhar meu dinheiro porque enquanto eu tiver força de trabalhar eu quero trabalhar..."(Sílvia)

5.1.2 – Os moradores das pensões

As pensões são comumente um vão com divisórias de madeira, havendo uma área comum para todos os moradores, geralmente uma pequena sala e uma cozinha. A privacidade dos quartos é mínima, porque além das divisórias serem de madeira, não alcançam o teto.

Moradores de pensões são trabalhadores do porto, velhas prostitutas, aposentados ou apenas pessoas que sempre viveram por ali. Alguns trabalham como flanelinhas ou catadores de lata no próprio Bairro, como é o caso de Dona Maria das Dores, que mora na Rua Tomazina e vive na esquina de casa “tomando conta” dos carros e catando latas. São pessoas simples, pobres, muitas vezes desamparadas, sem renda, sem família.

Dona Nogueira, aos seus 70 anos, sempre foi “coordenadora” de pensões no Bairro do Recife e não pensa em sair jamais de lá porque, segundo ela, é perto de tudo, da igreja que freqüenta três vezes por semana e do mercado, por exemplo, e distante de bichos, como cobra, comuns nos subúrbios. É responsável pela pensão em que vive com seus 'filhinhos': vários gatos, os quais reconhece um a um e chama pelo nome. A única coisa de que reclama é da violência, que a impede de sair portando jóias nos braços e no pescoço como antigamente, com medo de que lhe

assaltem e roubem. Dona Nogueira não passeia pelo Bairro, diz que não há o que fazer por lá.

Um cortiço bastante conhecido na Ilha do Recife foi o *Convento*. Certo dia fiz uma visita ao lugar sem saber que aquele prédio era a famoso *Convento* descrito nos primeiros projetos de intervenção no Bairro do Recife. Havia passado algumas vezes pela frente do edifício em ruínas, mas não tinha tido ainda a coragem de pedir para nele entrar. Nesse dia havia algumas pessoas fazendo mudança e pedi para conhecer o prédio. O edifício estava em péssimo estado de conservação. Na escada havia lixo, as paredes eram sujas e em alguns trechos do primeiro andar não havia mais teto. O segundo andar estava desativado porque não havia mais teto nem luz e tinha um vazamento. No primeiro andar havia um corredor com divisórias de madeira separando os cômodos. De forma diferente das pensões, os cômodos do convento eram maiores e seus moradores tinham uma verdadeira casa dentro daquele espaço.

Conheci Dona Maria José no *Convento*. Ela morava lá com o marido e duas filhas. Em seu cômodo havia mesa, armários, camas, fogão. Dona Maria José me informou que todos estavam se mudando porque o dono do prédio o tinha pedido de volta para vender. Reflexo da valorização da área. Ela disse que iria se mudar para o Brum, ali perto, pois seu marido sempre tinha morado naquelas imediações e não queria sair. Disse que não trabalhava, apenas cuidava das filhas. Não passeava pelo Bairro, nem deixava as filhas pequenas saírem de casa porque tinha medo da violência. Saíam apenas para visitar parentes em outros bairros e passavam o dia na janela olhando o movimento.

Quase ao lado do *Convento*, na época em que fiz a visita, havia uma espécie de boate que funcionava toda quarta-feira em horário de matinê, das 17 às 22 horas, freqüentada basicamente por colegiais vestidos de preto, num estilo bem *underground*. O barulho, o consumo de bebidas alcoólicas e a homossexualidade explícita entre esses jovens chamavam a atenção de todos. As filhas de Dona Maria José ficavam na varanda apenas olhando. Talvez pelo que via ao lado de sua casa Dona Maria José não quisesse que as filhas ficassem pelo Bairro do Recife.

Felipe mora em pensões do Bairro desde a adolescência. Ainda menor de idade freqüentava a ilha e ficava nas portas das boates esperando uma oportunidade para subir. Depois que entrou para o exército foi morar no velho bairro, onde já trabalhou como discotecário, balconista e porteiro de boates. Hoje é segurança de um bar na região da Moeda e também trabalha para um firma onde ocupa esse mesmo posto. Mesmo quando foi casado e morou em outras vizinhanças, Felipe nunca deixou de freqüentar o Bairro do Recife.

O Bairro significou para ele a independência, pois foi o primeiro lugar onde morou só. As lembranças de adolescência e juventude ficaram marcadas pela boemia vivida no Bairro nas décadas de 70 e 80. As mulheres de sua vida conheceu nas boates.

Conviveu com prostitutas, marinheiros e boêmios e acompanhou a decadência do porto, cabarés e boates, como explica:

“ O porto foi fechando, aí foi caindo, caindo e as boates não tinha movimento, entendeu. Primeiro a fechar aqui foi Toni’s Drinks...Depois fechou...a segunda a fechar foi o Black Tie, depois Chanteclair, depois fechou, onde ali o São Francisco, era o Channel.

Pronto, acho que ficou só Adília's, quando era dela. O Orion, que era na esquina, em cima da farmácia, também era muito comentado, fechou.”.

Histórias para contar não lhe faltam. Lembra de detalhes dos bares, das mulheres, das festas:

“Aqui, naquela época, as mulheres ganhavam dinheiro, os homens...eu mesmo ganhei muito dinheiro aqui. ... tocava aquelas músicas de grego, eles quebravam pratos lá em Adília's. Eu adorava varrer porque achava dinheiro, cordão, relógio, entendeu. Viajei já muito através dessas meninas, com as meninas. Uma vez foi Rio, mais foi Santos, São Paulo, Salvador. Tudo que foi porto.”

Percebi certa nostalgia em suas lembranças. Hoje em dia não frequenta o Bairro, não tem lugar bom para ir: *“É que não tem pra onde você ir, entendeu”.*

Assim como moradores da comunidade do Pilar, Felipe se orgulha em dizer que anteriormente já foi procurado para contar sua história no Bairro, e mostrar que essa vida na ilha proporcionou a ele conhecer e manter amizade com pessoas de outras classes sociais, como médicos e advogados, frequentemente clientes dos locais onde trabalhou.

Com o passar dos anos, mudanças foram acontecendo naturalmente. A diminuição do movimento do porto afetou sua vida e de suas amigas prostitutas. A quantidade de dinheiro que se ganhava nas décadas passadas não se consegue mais ganhar. As prostitutas que conhecia ou estão morando longe ou ficaram pobres. Muitas estão a pedir por aí. A violência e o consumo de drogas na região o incomodam e outro dia quase foi assaltado na rua onde mora. As mudanças na paisagem e nos costumes do lugar são sentidas:

“Lá na praça (Marco Zero), pra quem gosta né, tá melhor, ficou melhor. Mas eu acharia melhor a outra né. No domingo tinha

brincadeira, palhaço, mágico. O povo passava... tem os botes pro outro lado, caiu muito.”

“Tendo alguma festinha pela praça sabe, é animado. Mas sem ter nadinha. Você chega aqui no domingo aqui de noite parece um cemitério. Vem só por passar porque tudo fechado. Tudo fechado. Isso aqui é bem dizer morto.”

A animação da qual fazia parte e gostava ficou na memória. Ao comparar a vida do Bairro na época boêmia e nos dias de hoje, não tem dúvida que antes era melhor:

“Eu achava muito mais animado. Tinha mais ponto pra você ir. Tinha muita coisa ruim, mas era...eu mesmo gostava antigamente, não é.”

“Eu mesmo se fosse fazer assim, se você quiser agora ou há vinte anos atrás, eu queria há vinte anos atrás.”

5.2 – Os trabalhadores do Porto

Rodrigo e Ricardo são portuários há pouco mais de vinte anos. Na época em que entraram no porto, fim dos anos 70 e início dos anos 80, a vaga era conquistada por herança. Quando alguém morria ou se aposentava, a vaga automaticamente era repassada para um familiar. Foi desta forma que eles iniciaram a carreira de portuários. Rodrigo, por exemplo, entrou na vaga de um tio. Atualmente só se conquista o emprego de portuário através de concurso.

Sobre os trabalhos no porto, explicaram-me que há uma divisão nas tarefas realizadas. São sete as categorias dentro do porto, entre elas arrumadores, consertadores,

estivadores, portuários e vigias. Os portuários e estivadores são encarregados da carga e descarga das mercadorias, entretanto, a diferença entre eles se deve ao fato de que na realização do trabalho, o portuário permanece em terra e o estivador fica no navio. Pelo o que eles disseram, há uma certa hierarquia entre as categorias dos trabalhadores do porto, pois falam dos arrumadores como pessoas sem educação, que não conseguiriam ter uma conversa saudável comigo, sem segundas intenções.

O processo de reestruturação do porto e das leis que vem ocorrendo nos últimos anos tem afetado a vidas desses homens. Em consequência da modernização implementada muita gente foi demitida e indenizada. Houve a implantação de maquinárias que provocou a redução do número de funcionários necessários para realizar as tarefas, reduzindo conseqüentemente a quantidade de oportunidades de trabalho, causando um certo descontentamento:

“Os empresários não quer...ele não dá vez ao trabalhador. Ele dá valor a parte mecanizada. ... Que uma máquina não pede pra almoçar, não pede vale transporte, não pede décimo terceiro, não pede repouso. Não pede nada. Só é botar um chip nela, alguma coisa, e ela trabalha o dia todinho. Aí o que é que tão fazendo, tem trabalho da gente aí que trabalhava com 16 homens, pra embarcar 18 sacos de açúcar. ... Agora vem uma lengada com 32 sacos e só trabalha dois homens. E agora vê como foi bom informatizar, pra eles é melhor né. A gente pra embarcar 4.000 sacos de açúcar, 5, passava o dia todinho. Hoje em dia você já trabalha desembarca 10.000. Bom pra eles, né, que eles vendem mais. E pra gente, perdeu.” (Rodrigo)

A diminuição do movimento do Porto com a transferência de algumas de suas atividades para o Porto de Suape fez com que aumentasse ainda a incerteza de trabalho:

“...se não tiver navio, a gente não trabalha não”(Rodrigo).

Houve mudança também na carga horária de trabalho. Antes das reformas, os portuários deixavam o porto apenas quando terminavam de descarregar, ou carregar.

Agora trabalham doze horas durante o dia ou treze horas à noite. O trabalho é árduo, debaixo de sol, chuva e vento: “*A gente é feito soldado*” (Rodrigo). Valorizam o trabalho que fazem e destacam a importância dele para todos. O trabalho que realizam contribui para a economia da cidade e para a vida de todos. Segundo eles tudo que a gente compra entra na cidade pelo porto, seja macarrão, feijão ou arroz, apesar de o nosso país ser tão produtivo.

Todos têm um número de chamada através dos quais são conhecidos e se cumprimentam. Esses números são colocados nos quadros do sindicato indicando o navio em que irão trabalhar, data e horário. Ao me darem o telefone de contato, disseram seus nomes e números para que fossem facilmente localizados caso eu precisasse falar com eles novamente.

Em frente ao Sindicato dos Portuários, na Rua do Bom Jesus, é sempre possível ver vários trabalhadores jogando baralho, dominó, ou batendo papo. Eles se agrupam ali para estarem disponíveis caso apareça algum trabalho extra. Boa parte de seu tempo é gasto em frente ao sindicato: “*A nossa vida gira tudo por aqui. Aqui tem metade da vida da gente...*” (Rodrigo). O sindicato também é um ponto de encontro. Após o serviço os amigos se reúnem ali para, nos finais de semana, irem beber ou dançar em bares e clubes de dança localizados em outros bairros da cidade. Poucas são as vezes que ficam no próprio Bairro do Recife.

Pelo que percebi nas entrevistas eles estão inteirados do cotidiano do Bairro. Conhecem as pessoas, sabem o que cada um faz, sabem o que acontece pelo Bairro, que grupos fazem o quê e onde. Durante entrevista me contaram sobre mulheres que fazem programas, jovens que freqüentam a ilha durante a semana. Mencionam a presença de jovens vestidos de preto, principalmente meninas que estão envolvidas com drogas e

homossexualismo, se mostram preocupados com elas, e dizem que são meninas de classe social diferente da sua:

“As menina passa o dia todo namorando. É fumando maconha, loló. Rola tudo ali” (Rodrigo)

“Mas vou dizer o nome na linguagem de vocês. É sapatão que só uma derrota. As menina tudo rola, se beijando aí, uma hora dessa. ” (Ricardo)

“Uma vez que eu cheguei aqui domingo, seis horas da manhã. Tinha duas boyzinha ali quase semi-nua. Cheia de cola, de pó, mostrando os seio. ” (Rodrigo)

“Mas a gente sabe. A gente sabe. Ela chega lá com o papo dela, o papo dela, a expressão, a educação dela. A gente sabe que elas são estudante “ (Ricardo)

“É tudo filha de papai. A gente sabe. Tudo é filha de rico, a gente sabe. A gente sabe até pelo rosto das pessoas ... A cor, o tipo da pele”.(Rogério)

As melhorias ocorridas no Bairro são bem vistas por eles. Dizem que antes a região era muito violenta. Havia muito roubo, muitas mulheres seminuas nas ruas a fazer programas, muitas crianças vagando, muitas brigas entre mulheres, principalmente na Rua do Bom Jesus, onde sempre estiveram presentes devido à localização de seu sindicato. Depois das alterações causadas pelo processo de revitalização se tornou possível sentar-se nos bancos da rua ou num barzinho e conversar sem medo de sofrer algum assalto. De acordo com eles, uma jovem como eu não passaria da esquina sem ser roubada. As reformas realizadas melhoraram a imagem do lugar e trouxeram turistas e visitantes, alguns ilustres, como a Rainha da Holanda, que antes não passavam por ali. Antes, segundo eles, não havia nada para ver e hoje tem a sinagoga, por exemplo. A mudança nessa imagem trouxe consigo além dos visitantes, os meios de comunicação. Relatam sempre a presença de equipes de televisão fazendo reportagens, mas com eles

ainda não fizeram nenhuma. Dizem que “esse povo” não está interessado no que os trabalhadores pequenos têm a dizer. Apenas em época de eleição são procurados.

Rodrigo e Ricardo se mostram orgulhosos de trabalharem ali, numa área histórica, descobrindo aos poucos, no compasso do processo de revitalização, o que existe na região. Assimilam o discurso do valor histórico, repetindo a importância do lugar e ressaltando que se deve preservar: *“Realmente é histórico, não pode mexer, não é?” (Ricardo).*

Entretanto toda intervenção tem seu preço. Para eles a reformulação da Praça do Marco Zero e a utilização dos armazéns para outros fins foram realizações péssimas porque perderam espaço de trabalho. Dizem que o porto está perdendo espaço. Nas mudanças realizadas pelo governo dizem prevalecer a vontade do mais forte, do maior, dos que têm dinheiro. Os armazéns são usados por empresários para discotecagem, não mais para o trabalho deles. Ricardo diz que muitos bares da região são de parentes de políticos influentes. Os donos dos bares mais antigos foram obrigados a se adequarem ao novo padrão da Rua do Bom Jesus, caso contrário seriam expulsos.

O novo padrão instalado elevou os preços dos produtos e serviços na área: *“Tudo é caro, tudo tem que pagar, tudo aluguel” (Ricardo).* A Rua do Bom Jesus, onde se localiza seu sindicato, é uma das mais enobrecidas do Bairro, e seus serviços os mais caros da região. A maioria dos novos bares se encontra na calçada oposta à do sindicato. Os dois me relatam que poucas foram as vezes que passaram na calçada enobrecida. Ficam apenas em frente ao seu sindicato, embaixo das frondosas árvores. Sentem a diferenciação e separação imposta nesse novo contexto do Bairro do Recife, como mostra o diálogo abaixo:

Ricardo: *Ah, o lado de lá é o lado do burguês.(calçada oposta a calçada de seu sindicato)*

Rodrigo: *Pronto, esse que tá ali, uma água dessa aí é dois reais.*

Ricardo: *É, uma dose é sete, oito reais. Uma cerveja é três reais.*

Rodrigo: *Daquela long neck. Daquela maior não vende não.*

Ricardo: *Vende não.*

Rodrigo: *Já pra não vender a pobre mesmo.*

Ricardo: *É.*

Rodrigo: *Quer que eu diga uma coisa a tu? Eu tô aqui esse tempo todinho. Se eu passei naquela rota dali umas cinco vez , passei muito. Só ando por esse lado de cá.*

Ricardo: *Só. A gente só anda por esse lado de cá.*

Rodrigo: *Porque existe a diferença. Você sabe que existe a diferença.*

Ricardo: *Existe. Em todo canto há discriminação.*

Rodrigo: *É. Porque existe. Tá vendo as pessoas já fica assustado tudinho, mesmo a gente, mesmo a gente todos os dia aqui, mas mesmo fica assustado, certo?*

Essa divisão é percebida não apenas no contexto da Rua do Bom Jesus. Eles assumem a existência de uma divisão e distância entre o mundo deles e o meu percebida por mim através da maneira como se referiam a mim, como “uma jovem como você”, pelo fato de eu ser uma estudante universitária e pelo modo que me vestia, e de como explicavam seu vocabulário para eu entender.

As transformações no Bairro foram bem aceitas por eles, apesar de demonstrarem certas insatisfações relativas ao modo como foram feitas, sem sua participação, e à diminuição do volume de trabalho, muitas vezes atribuída as mudanças nos usos das estruturas do Bairro, o que nem sempre é verdadeira. A melhora na imagem do lugar aumentou a auto-estima em seu trabalho, mesmo convivendo com a discriminação e separação cotidianamente.

5.3 – Diferenças e desigualdades entre a população local

Destaquei a existência de três universos, três níveis de vivência do lugar, formados pelo grupo dos moradores da Comunidade do Pilar, o grupo dos moradores de pensões e o grupo dos trabalhadores do porto. As opiniões sobre as mudanças no lugar foram divergentes, às vezes contraditórias, variando segundo as diferenças individuais na experimentação da vida.

Além da separação entre esses três universos destacados, as evidências empíricas revelam existir a separação entre eles e os novos freqüentadores e trabalhadores do lugar. Os trabalhadores do porto, por exemplo, sentem essa nova divisão, posto que seu sindicato está localizado na rua mais valorizada do bairro: a Rua do Bom Jesus, onde os efeitos da revitalização são mais facilmente sentidos. Ao refletir sobre como os moradores do Pilar se referem à comunidade e ao bairro revitalizado, percebo que realmente eles não fazem parte desse "Recife Antigo", desse Recife voltado para o lazer, desse Recife "colorido, alegre e histórico". Como também não fazem parte desse "Recife Antigo" os portuários e os moradores de pensão, percebo que eles estão ali no Bairro do Recife, na ilha, mas não no Recife Antigo reavivado. Os portuários, em entrevista, contam que pouquíssimas vezes pisaram na calçada da Rua do Bom Jesus onde estão instalados os novos bares, "bares de rico" segundo eles. Essa separação dos espaços na Rua do Bom Jesus foi bem exemplificada por Leite (2001:252) quando chama a calçada enobrecida, a dos "bares de rico", de *calçada-luz* e a calçada comum, utilizada pelos trabalhadores e populares, de *calçada-sombra*. Divisão esta, que somente à noite se esmaece. Entre os moradores de pensões, percebi a sua não inclusão no bairro enobrecido pelo fato de eles, como os outros dois grupos, também não passearem, freqüentarem, usufruírem do bairro como uma área revitalizada deve ser usufruída: através do consumo, seja ele em bares, feiras, eventos culturais ou *shows*.

Notei que moradores e trabalhadores do porto se conhecem, formando uma rede de relações. Quando perguntei se conheciam outras pessoas no Bairro, responderam com um tom de voz mais forte e alegre: “claro!”; “eu conheço todo mundo!”; “eu conheço muita gente!”; “todo mundo me conhece!”. Conhecer e ser conhecido é importante para eles, realça as relações sociais mantidas por eles e nos mostra que eles estão ali, mantêm um círculo de relações e amizades, sendo excluídos das novas redes formadas depois do início do processo de revitalização. Esse aspecto reforça a idéia de um grupo articulado, não são apenas pessoas que ali moram ou trabalham. Nesse espaço físico se constrói, através das práticas cotidianas, um espaço social distinto daquele construído e vivido pelos frequentadores e outros usuários da ilha.

Com relação à população moradora, durante o processo de revitalização muita gente saiu, perdeu trabalho ou local de moradia. Ao contrário das intervenções anteriores, desta vez, uma maneira diferente de ver a população residente faz com que as políticas públicas tenham a intenção de favorecer alguns. Os moradores de pensões não foram escolhidos para serem beneficiados como os moradores do Pilar. Sob a alegação de que não podem ser tirados dali, pois fazem parte do lugar, os órgãos públicos desenvolveram um projeto de reurbanização para esta região, que na verdade seria mais um projeto de urbanização mesmo.

É interessante perceber as mudanças no modo de como essa população vem sendo vista dentro do processo de revitalização iniciado em 1993. Como descrito anteriormente, nos primeiros passos do Plano de Revitalização, a população era apenas mencionada como um problema, era vista como uma população que precisava ser retirada daquele espaço para o bom funcionamento dos projetos para região. Com as mudanças nas administrações, a população foi recebendo uma maior atenção. Porém é preciso ter um olhar crítico sobre essa intenção de urbanização da comunidade do Pilar.

Ao mesmo tempo em que são colocados em um ambiente com as condições e infra-estruturas necessárias para uma vida mais confortável, eles continuam a estar separados. O projeto prevê a existência de praça, escola, creche, posto de saúde para a comunidade, de modo a fazer com que a comunidade não tenha a necessidade de sair daquele espaço e continue separada. Percebi uma grande preocupação do poder público em não deixar a população do Pilar nas condições em que se encontram, principalmente por estar no entorno de um monumento tombado em nível federal. Apesar de o poder municipal, articulado com outros níveis de poder públicos, empresas e instituições civis, ter uma ideologia voltada para o social, me questiono se essa intervenção no Pólo Pilar não é mais uma maneira de concentrar na região todos os serviços necessários para uma vida adequada, disponibilizando escola, posto de saúde, comércio, por exemplo, de modo que não seja preciso circular pelo bairro, deixando-os afastados, distantes do resto da ilha, desta forma a não interferir na esfera do lazer das classes média e alta que por lá circulam.

Ao mesmo tempo que me questiono se essa urbanização não é uma forma de criar mais uma barreira, outro ponto que me faz refletir é a questão da inclusão do Pilar no roteiro turístico do Bairro do Recife. Certa vez, ainda quando fazia minha monografia, em 2000, tive uma conversa com um arquiteto ligado ao governo estadual que me disse haver planos para que fosse incentivado no Recife um outro tipo de turismo, o *turismo interpretativo*. Essa nova forma de turismo é nada mais nada menos do que a ida de turistas aos lugares “reais”, seu contato com a vida “real” dos moradores do lugar que estão visitando. Na época, esse arquiteto estava realizando um *workshop* com um grupo de ingleses que vieram à cidade especialmente para isto. Ele me citou o exemplo de Brasília Teimosa, situada na zona sul do Recife, que está sendo destacada pelo potencial turístico, tanto físico quanto pela peculiaridade do bairro, seu tamanho,

vida cultural, etc. Sabendo desses planos de *turismo interpretativo* e analisando o que se encontra escrito no Programa de Reurbanização, no qual é dito que é necessário “abrir” a comunidade, integrá-la fisicamente com o restante da ilha através da “*criação de acessos e de atrativos históricos*” e considerando as falas dos técnicos: “...*Então você vai abrir, vai ser aberto aquilo ali. Você vai ver toda a comunidade, vai ver a Igreja.*”, me pergunto se esse projeto também visa ter a comunidade como mais um ponto turístico, desta vez um turismo “real”, não mais histórico, de prédios antigos e ruas de paralelepípedos, mas de pessoas reais, no seu cotidiano remodelado sem mais sinais das ruas de barro, esgotos a céu aberto e barracos de madeira.

E assim, aquela ilha que merecia um olhar mais atento nos revela diversas redes e universos repletos de diferenças e desigualdades. São diversos mundos que podem ser vistos como ilhotas que se ligam, se conectam, em alguns momentos, através de algumas pontes, e, apesar de estarem separadas, juntas formam a Ilha do Recife, por muitas vezes percebida apenas como uma só.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de incluir o Recife no circuito turístico e da tecnologia da informação e comunicação nacional e internacional e de promover o desenvolvimento econômico municipal e estadual, resultou na intervenção urbana e social na Ilha do Recife, prática comum em diferentes partes do mundo na atualidade. A ilha segregada foi reagregada através de fortes investimentos nas estruturas urbanas e na imagem. Novas separações entre os indivíduos que nela habitam e trabalham e os que estão passando a integrá-la começam a ser construídas, incorporando-se às previamente existentes no cotidiano da população local.

A (re)invenção de um espaço claramente voltado para indivíduos com poder de compra se choca com a realidade diária vivida pelos menos favorecidos moradores do lugar. Tentativas de esconder esses indivíduos indesejados pela nova proposta de uso do local são verificadas. Ações para minorar a situação crítica na qual se encontram são direcionadas àqueles que não podem ser indiretamente expulsos pelas ações de

revalorização do lugar. Contudo, a lentidão do processo burocrático arrasta consigo a esperança dessas pessoas. A segregação continua.

Para realizar este trabalho, tentei compreender as vidas, rotinas, inter-relações, maneiras de pensar da população afetada pelo projeto de revitalização e, desta forma, descobrir como cada um reagiu, percebeu, sentiu a intervenção no Bairro do Recife, seu local de moradia e de trabalho. A revitalização impôs mudanças na vida dessas pessoas, que se adaptaram da maneira que lhes foi possível. Os moradores das pensões, por exemplo, vão aos poucos abandonando o Bairro à medida que os proprietários dos imóveis os requisitam. Os portuários, por sua vez, continuam a passar manhãs e tardes na Rua do Bom Jesus a espera da chamada para o trabalho, restringindo-se, entretanto, a fazê-lo dentro de um limite territorial estabelecido por uma fronteira invisível, usando apenas a calçada do lado da rua, onde seu sindicato se localiza.

Os dados analisados não negam que as ações que estão sendo levadas a cabo beneficiam essa população de alguma forma, notadamente a residente na Comunidade do Pilar, maioria dos habitantes da área. Entretanto quero mostrar a importância de se verificar mais a fundo se as realizações não são mais uma maneira de esconder essa população ou de transformá-la em mais uma atração turística.

Ao propor uma revitalização de um espaço urbano que vai mexer com toda a cidade e principalmente com os moradores e trabalhadores locais, os gestores dessa empreitada, notadamente os órgãos responsáveis pela cidade e sua população, devem levar em conta a presença dessas pessoas, seus valores, bem como suas diferenças internas e externas, incluindo-os nesse grande projeto e não tratando-os como se não existissem. Arantes (2000a) levanta um ponto de extrema importância nessa época de (re)construção dos espaços: é preciso *“lutar para que prevaleçam na construção do*

espaço público, o respeito e o sentimento de responsabilidade pelo semelhante e pelo diferente.”(163).

Com relação aos grupos pesquisados, acredito que poderiam ser objetos de outros estudos tamanha é sua diversidade. Entre os trabalhadores do porto, por exemplo, há uma divisão de trabalhos bem definida e estratificada, a qual poderia ser explorada em termos da hierarquia existente entre os diferentes cargos por eles ocupados. A comunidade do Pilar, constituída por mais de mil pessoas e formada por comerciantes, desempregados, prostitutas, vagabundos, aposentados e biscateiros, possui uma realidade complexa na qual as relações de vizinhança e a visão que seus moradores têm do valor histórico do lugar em que vivem poderiam ser analisadas. As pensões também, com seus universos múltiplos, apesar de serem poucas e estarem perdendo espaço devido às mudanças dos usos dos imóveis do Bairro, poderiam se prestar a uma observação mais aprofundada da relação que seus moradores estabelecem entre si, como também a uma averiguação de suas origens e das motivações que os levaram ao Bairro.

Espero que de alguma forma este trabalho possa contribuir para a reconstrução democrática desse importante espaço para a Cidade do Recife e estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. (1995), "Programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís", in S. Zancheti, G. Marinho & V. Milet (orgs), *Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*, Recife, UFPE/ Mestrado em Desenvolvimento Urbano.
- APPADURAI, Arjun. (1997), *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. USA, Public Worlds Series, University of Minnesota Press.
- ARANTES, Antônio A. (2000a), *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, Unicamp, São Paulo, Imprensa Oficial.
- _____. (2000b), *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.
- AUGÉ, Marc. (1999), *O sentido dos outros*. Tradução de Francisco Manoel da Rocha Filho. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2001), *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 2ª edição, Campinas, Papirus.
- AZEVEDO, Roberto Marinho de. (1994), "Será o novo Pelourinho um engano?". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23. Rio de Janeiro: IPHAN.

- BORJA, Jordi. (1996), “As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana”, in T. Fischer (org), *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*, Rio de Janeiro, FGV.
- BOTLER, Milton, PEREIRA, Roberto & JUREMA, Sílvia. (1995), “Estratégias recentes e perspectivas de revitalização do Bairro do Recife”, in S. Zancheti, G. Marinho & V. Milet (orgs), *Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*, Recife, UFPE/ Mestrado em Desenvolvimento Urbano.
- CASTELLS, Manuel. (1999), *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra.
- COSTA, Antônio Firmino da. (2002), “Identidades culturais urbanas em época de globalização”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17, nº 48: 15-30.
- DAMATTA, Roberto. (1978), “O ofício do etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’”, in E. O. Nunes (org), *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*, Rio de Janeiro, Zahar.
- FEATHERSTONE, Mike. (1997), *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, Studio Nobel/SESC.
- FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. (1995), “Operação Pelourinho: o que há de novo, além das cores?”, in S. Zancheti, G. Marinho & V. Milet (orgs), *Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*, Recife, UFPE/Mestrado em Desenvolvimento Urbano
- FINGUERUT, Sílvia. (1995), “Cores da cidade: os casos do Rio de Janeiro e Recife”, in S. Zancheti, G. Marinho & V. Milet (orgs), *Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*, Recife, UFPE/Mestrado em Desenvolvimento Urbano.
- FORTUNA, Carlos. (1997), “As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 33, ano 12, Fev.
- GONÇALVES, Maria Paula & REYNALDO, Amélia. (2001), *Plano de desenvolvimento do Porto Digital*. Recife, Porto Digital, datilo.
- GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. (2000), “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença”, in A. A. Arantes (org.), *O espaço da diferença*, Campinas, Papirus.
- HALL, Stuart. (1999), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de

- Tomaz Tadeu da Silva Guacira Lopes Louro. 3ª edição, Rio de Janeiro, DP&A.
- HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. (1997), *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- LACERDA, Norma. (2003), "*Centros e periferias: tensões e conflitos*". Artigo apresentado no X Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional em Belo Horizonte, MG. Recife, datilo.
- LEITÃO, Lúcia. (1993), "O centro do Recife: desafio e oportunidade", in SARINHO, Byron & BORGES, Waldemar (orgs). *Seminário Recife, cidadania e revitalização*. Memória do seminário. Recife: Inojosa Editores.
- LEITE, Rogério Proença. (2001), *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Tese de doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, datilo.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (2000), *Tristes Trópicos*. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. 3ª reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras.
- LUBAMBO, Cátia Wanderley. (1991), *Bairro do Recife: entre o corpo santo e o marco zero*. Recife, CEPE, FCCR.
- MADUREIRA, Sevy. (1995), *Bairro do Recife: porto seguro da boemia*. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, SEPLAN.
- MAGNANI, José Guilherme C. (2000), "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole", in J. G. C Magnani & L. L. Torres (org), *Na metrópole: textos de antropologia urbana*, São Paulo, Editora da USP/ Fapesp.
- _____. (2002), "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 49, Jun.
- MARTINS, Paulo Henrique. (1993), "Cidadania Omissa X Degradação Urbana", in SARINHO, Byron & BORGES, Waldemar (orgs). *Seminário Recife, cidadania e revitalização*. Memória do seminário. Recife, Inojosa Editores.
- MEDEIROS, Ana Elisabeth de Almeida. (2002), *Materialidade e imaterialidade criadoras: O global, o nacional, o local na construção do patrimônio mundial: o 'Bairro do Recife' como caso*. Tese de doutoramento. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, datilo.
- MEDEIROS, Cândida R. V. de. (2001), *Expressões e sentidos da revitalização do Bairro do Recife: Limpeza, beleza e política de vida*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade

Federal de Pernambuco, datilo.

MELO, Júlia Morim de. (2001), *A (Re)invenção do local: O Bairro do Recife, seu resgate, novos usos e significados sociais*. Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, datilo.

MONTENEGRO, Antônio Torres, SALES, Ivandro da C. & COIMBRA, Sílvia R. (orgs) (1989), *Bairro do Recife: porto de muitas histórias*. Recife, Gráfica Recife.

OLIVEN, Ruben George. (1980), “Por uma antropologia em cidades brasileira”, in G. Velho (coord, *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*, Rio de Janeiro, Campus.

_____. (1992), *A antropologia de grupos urbanos*. 3ª edição, Petrólis, Vozes.

PENA FILHO, Carlos. (1996), *Guia Prático da Cidade do Recife*. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife.

RECIFE. (2001), *Pólo Pilar: Diagnóstico Sócio-econômico da Comunidade Nossa Senhora do Pilar – Bairro do Recife*. Recife: Empresa de Urbanização do Recife/ Prefeitura da Cidade do Recife.

_____. (2002), *Comunidade do Pilar, Bairro do Recife, Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social*. Recife: Empresa de Urbanização do Recife/ Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Recife.

REZENDE, Antônio Paulo. (2002), *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

ROCHA, Tadeu. (1967), *Roteiros do Recife (Olinda e Guararapes)*. Recife, Gráfica Ipanema.

SASSEN, Saskia. (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press.

_____. (1998), “Os espaços da economia global”, in F. A. M. de Oliveira (org), *Globalização, regionalização e nacionalismo*, São Paulo, Unesp.

_____. (2002), “A cidade global”, in L. Lavinas, L. Carleial & M. R. Nabuco (orgs), *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Annablume.

SETTE, Mário. (1978), *Arruar, História Pitoresca do Recife Antigo*. 3 ed. Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil.

URB. (1989), *Memória em Movimento - Serviço de Pesquisa e Documentação no Bairro do Recife/ Relatório de atividades*. Recife: Empresa de Urbanização do

Recife -URB, Departamento de Preservação dos Sítios Históricos - DPSH, Grupo Técnico do Bairro do Recife.

URRY, John. (1999), *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes Moura. 2ª ed.. São Paulo, Studio Nobel.

VELHO, Gilberto.(1978) *A Utopia Urbana: Um estudo em antropologia social*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar.

_____. (1980), “O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia”, in G. Velho (coord), *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*, Rio de Janeiro, Campus.

_____. (1994), “Observando o familiar”, in G. Velho, *Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. (2002), “Antropologia e cidade”, in L. L. Oliveira (org), *Cidade: história e desafios*, Rio de Janeiro, FGV.

ZANCHETI, Sílvio. (1995), “Revalorização de áreas centrais - a estratégia do Bairro do Recife”, in S. Zancheti, G. Marinho & V. Milet (orgs), *Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*, Recife, UFPE/Mestrado em Desenvolvimento Urbano.

ZANCHETI, Sílvio & LACERDA, Norma. (1998), *"A revitalização de áreas históricas como estratégia de desenvolvimento local: Avaliação do caso do Bairro do Recife"*. Datilo.

ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo & LACERDA, Norma (orgs). (1998), *Revitalização do Bairro do Recife: plano, regulação e avaliação*. Recife, Ed. Universitária da UFPE.

ZANFORLIN, Sofia. (2001), *A cidade pós-moderna e o mercado: O Recife Antigo como um produto cultural*. Monografia de conclusão do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco, datilo.

ZUKIN, Sharon. (2000), “Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano”, in A. A. Arantes (org.), *O espaço da diferença*, Campinas, Papirus.

_____. (2000), “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”, in A. A. Arantes (org.), *O espaço da diferença*, Campinas, Papirus.

ARTIGOS DE JORNAIS

DIÁRIO de Pernambuco. (1998), *Favela contrasta com a beleza do local*. In: **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de março.

_____. (1999), *Novo uso para o Pólo Pilar*. In: **Diário de Pernambuco**. Recife, 31 de março.

_____. (2000), *Pátio do Pilar vai ser revitalizado*. In: **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de julho.

_____. (2002), *Porto Digital*. In: **Diário de Pernambuco**. Caderno Vida Urbana. Recife, 17 de setembro.

_____. (2003), *Recife Antigo se consolidou como um dos principais pólos de animação do carnaval*. In: **Diário de Pernambuco**. Caderno Vida Urbana. Recife, 05 de março.

FOLHA de São Paulo. (1997), *Bairro do Recife vive metamorfose diária*. In: **Folha de São Paulo**. Caderno Turismo. São Paulo, 06 de outubro.

_____. (1998), *Prostituição perde espaço para o lazer*. In: **Folha de São Paulo**. Caderno Turismo. São Paulo, 27 de abril.

_____. (2000), *Cores vivas dão luz a casarões antigos*. In: **Folha de São Paulo**. Caderno Turismo. São Paulo, 28 de fevereiro.

JORNAL do Commercio. (2002a), *Comunidade do Pilar vai ser reurbanizada*. In: **Jornal do Commercio**. Caderno Cidades. Recife, 22 de março.

_____. (2002b), *Empresários criticam projeto social*. In: **Jornal do Commercio**. Recife, 01 de junho.

_____. (2002c), *Restauração de Casario impulsiona Pólo Moeda*. In: **Jornal do Commercio**. Caderno Cidades. Recife, 13 de junho.

_____. (2002d), *Empresas privadas dão exemplo e revitalizam o Bairro do Recife*. In: **Jornal do Commercio**. Caderno Cidades. Recife, 04 de Agosto.

_____. (2002e), *Comunidade do Pilar recebe benfeitorias*. In: **Jornal do Commercio**. Recife, 17 de setembro.

_____. (2002f), *Igreja do Pilar é mais uma vez alvo de vândalos*. In: **Jornal do Commercio**. Recife, 07 de novembro.

- _____. (2002g), *Prefeitura do Recife desenvolve projeto-piloto de habitação popular no Bairro do Recife*. In: **Jornal do Commercio**. Recife, 24 de novembro.
- _____. (2002h), *Modernização do Pátio do Pilar está encalhada*. In: **Jornal do Commercio**. Recife, 29 de dezembro.
- _____. (2003a). *Recife quer ser cidade patrimônio*. In: **Jornal do Commercio**. Recife, 03 de abril.
- _____. (2003b). *Passarelas são alvo de polêmica*. In: **Jornal do Commercio**. Recife, 01 de julho.
- _____. (2003c). *CCU aprova obra de passarela*. In: **Jornal do Commercio**. Recife, 03 de julho.

SITES VISITADOS

Comitê para Democratização da Informática/Pernambuco. www.cdi-pe.org.br

Porto Digital. www.portodigital.org

Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). www.recife.pe.gov.br

Secretaria de Planejamento da PCR. www.recife.pe.gov.br/secplanejamento/pilar.html

ANEXO

ANEXO I

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E INCLUSÃO SOCIAL – EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE (URB)/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE/ PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

PLANO DE AÇÃO SOCIAL

A) AÇÕES PRELIMINARES

- Contato/visita à comunidade;
- Escolha de Comissão Provisória dos Moradores;
- Apresentação e discussão do projeto habitacional existente;
- Negociação com a Comissão Provisória para elaboração de novo projeto habitacional/urbanístico, diante da rejeição do projeto anterior;
- Mobilização da comunidade para realização de pesquisa Sócio-Econômica, pela URB RECIFE;
- Estabelecimento de parcerias com Secretarias do Município, Governo do Estado, Empresariado, ONGs, Universidade e outros órgãos;
- Realização de Pesquisa sócio-econômica para elaboração de diagnóstico da área;
- Assembléia geral para apresentação do Diagnóstico Sócio-Econômico;
- Definição da política habitacional a ser implantada no Pólo Pilar;
- Apresentação de novo Projeto Habitacional/Urbanístico, para análise da comunidade;
- Instalação de Escritório local para atendimento à comunidade;
- Apoio à implantação do Programa de Saúde da Família e o fortalecimento do Programa de Agentes comunitários de Saúde;
- Reuniões setoriais com os moradores por ruas/ quadras para “estudo de caso” dos que desejam permanecer na comunidade, os que desejam sair e os comerciantes;
- Seleção de pessoas para mão-de-obra para as intervenções físicas na área;
- Assembléia geral para apresentação da versão final dos projetos de acordo com as observações propostas pela comunidade;
- Contratação de Consultora para elaboração do Plano de Reassentamento;
- Reuniões com a comunidade, Prefeitura e Consultora para discussão e ajustes do Plano de Reassentamento;
- Realização de pesquisa qualitativa com os moradores mais antigos, lideranças e comerciantes, para compreensão da dinâmica da comunidade.

B) AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DURANTE A OBRA

- Negociar com os moradores e comerciantes a remoção ou relocação das habitações e pontos comerciais, em frente às obras;
- Promover o inventário dos pertences das famílias a serem relocadas;
- Relocar os comerciantes e as famílias que desejam sair da comunidade para outros bairros;
- Remover as famílias que desejam permanecer na área e encontram-se em frente de obras, para moradias provisórias ou para unidades habitacionais/comerciais já desocupadas pelos que saíram da área;

- Mobilização e reuniões com a população para a formação do Grupo de Articulação do Pilar – GAPI, que acompanhará todo o processo de intervenção;
- Montagem do processo eleitoral e eleição do GAPI;
- Realização de campanhas de Marketing Social que contribuam para mudança espontânea de atitudes e de comportamento dos moradores;
- Produzir e distribuir material educativo informativo e de divulgação sobre saúde, meio ambiente, lixo, cidadania, cooperativismo e patrimônio;
- Desenvolver projeto de Educação Ambiental/Patrimonial;
- Desenvolver projeto de Geração de Trabalho e Renda;
- Capacitar moradores, inclusive em informática, para inserção no mercado de trabalho;
- Identificar as habilidades artísticas e literárias dos moradores para desenvolvimento de suas potencialidades e formação de grupos culturais;
- Elaborar o projeto de Gestão Condominial;
- Capacitar as lideranças identificadas para gestão condominial;
- Promover atividades de lazer e estimular a expressão cultural dos moradores;
- Escolha dos critérios e calendário para ocupação das unidades habitacionais pelos beneficiários;
- Reassentar as famílias nos blocos de apartamentos;
- Reassentar os comerciantes nos boxes construídos na área já negociada nos projetos arquitetônicos.

C) AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PÓS-OBRA

- Apoiar/orientar as famílias reassentadas;
- Atualizar o cadastro dos moradores do conjunto habitacional;
- Identificar os problemas e tratá-los junto como GAPI;
- Convocar os moradores para assinatura do Termo de Adesão;
- Discutir e definir a estrutura de gestão de condomínio;
- Elaborar o Estatuto do Condomínio;
- Acompanhar a eleição dos representantes do condomínio;
- Apoiar e acompanhar o grupo gestor;
- Orientar e promover a regularização fundiária;
- Registrar o instrumento jurídico de regularização e devolver aos moradores;
- Apoiar/orientar as relações de convivência em condomínio;
- Estimular a participação em grupos de esporte e lazer;
- Avaliar todo o processo de intervenção junto com a comunidade;
- Realizar reuniões sistemáticas para monitoramento/acompanhamento das ações.

